

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MARINGÁ
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES
DEPARTAMENTO DE PSICOLOGIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM PSICOLOGIA

VINÍCIUS ROMAGNOLLI RODRIGUES GOMES

Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos
“ideais” da sociedade de consumo.

MARINGÁ
2014

VINÍCIUS ROMAGNOLLI RODRIGUES GOMES

Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos
“ideais” da sociedade de consumo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Psicologia.

Área de concentração: Constituição do sujeito e historicidade

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Angela Maria Pires Caniato

MARINGÁ
2014

FOLHA DE APROVAÇÃO

VINÍCIUS ROMAGNOLLI RODRIGUES GOMES

Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos
“ideais” da sociedade de consumo.

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia do Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Estadual de Maringá, como requisito parcial para a obtenção do título de Mestre em Psicologia.

BANCA EXAMINADORA

Profa. Dra. Angela Maria Pires Caniato
PPI/Universidade Estadual de Maringá (Presidente)

Profa. Dra. Regina Cristófolli Abeche
PPI/Universidade Estadual de Maringá

Profa. Dra. Cláudia Amorim Garcia
Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro – PUC/RJ

Aprovada em: 25 de julho de 2014
Local da defesa: FADEC

Dedico este trabalho ao meu querido e saudoso avô Oripes Rodrigues Gomes (1932-2012), que despertou em mim, com suas histórias, a vontade de saber e conhecer.

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre as muitas que me ajudaram a realizar este trabalho.

À Profa. Dra. Angela Maria Pires Caniato, pessoa admirável e incansável com quem muito aprendi; por quem tenho enorme carinho, respeito e consideração. Poderei dizer que foi um orgulho ser seu orientando.

À Profa. Dra. Cláudia Amorim Garcia, a qual já admirava pelos artigos e livros e passei a admirar ainda mais após conhecer pessoalmente.

À Profa. Dra. Regina Abeche, que sempre me apoiou e incentivou mesmo nos momentos adversos.

À Profa. Dra. Solange Ramos de Andrade que despertou em mim o interesse pela pesquisa.

À Profa. Ms. Valéria Codato que despertou em mim o interesse pela psicanálise.

Ao Prof. Dr. Eduardo Augusto Tomanik, sempre solícito e atencioso comigo.

Ao Programa de Pós-Graduação em Psicologia, pela infraestrutura e recursos oferecidos para a realização deste trabalho.

À Maria Cristina Recco, que acompanhou toda minha jornada adolescente.

Ao meu pai, que mesmo distante se faz sempre presente com suas cartas, livros e recortes de jornais.

À minha mãe, irmãos e família que me dão todo respaldo para seguir em frente.

À Ana Paula Kawashima, inspiração para todos os momentos.

O discurso adolescente traz consigo o incômodo da submissão suportada; a euforia e a vertigem da promessa de autonomia; os sonhos de transformação da realidade percebida e, ainda, o desamparo da falta de referências que se mostrem seguras.

Tiago Corbisier Matheus

Adolescentes na contemporaneidade: desamparo e laços fragilizados em meio aos
“ideais” da sociedade de consumo.

RESUMO

Esta dissertação tem como proposta compreender a adolescência na contemporaneidade sob uma ótica psicanalítica articulada ao social, que compreende a adolescência como uma configuração específica da estrutura histórica, ou seja, um sujeito que se constrói na/pela relação com o outro, pela via social, cultural e a partir dos processos identificatórios. Partindo da obra de Sigmund Freud (1856-1939), bem como de psicanalistas e sociólogos contemporâneos, nosso propósito é compreender o cenário social contemporâneo, cujos ideais forjados pela sociedade de consumo e sua porta-voz, a indústria cultural produzem impactos subjetivos nos adolescentes. A noção de *ideal*, na perspectiva psicanalítica é um “conceito-limite” que põe em relevo a dimensão social do sujeito psíquico, ou seja, os ideais apontam para o lugar que o outro ocupa na constituição do sujeito e seriam os elementos norteadores da cultura, oferecendo referências sobre aquilo que deve ser almejado. Nossa hipótese, no entanto, é de que os ideais da contemporaneidade não têm cumprido a função de amparo e promoção de laços sociais tal como proposto por Freud (1930/2010). Ao invés disso, têm intensificado o desamparo dos adolescentes e dificultado a construção de laços sociais, lançando-os na busca por amparo no consumo e na virtualidade, bem como para a construção de laços em meio a formações grupais efêmeras ou na internet e nas redes sociais (dentre as quais daremos destaque ao *Facebook*). Ao investirem nas mercadorias e imagens da internet e do *Facebook* ou darem adesão a modismos e formações grupais massificantes, os adolescentes não investem no outro humano/real, o que tem como consequências: a atrofia da capacidade de simbolização, a dificuldade de contato com a realidade e o desinvestimento objetual. Esse cenário nos leva ao conceito de narcisismo negativo de A. Green (1988) que representa uma (ineficiente) forma de defesa ante ao traumático cenário contemporâneo, sendo ainda uma expressão psíquica do mal-estar contemporâneo. Tal análise tem relevância social e clínica, uma vez que pode contribuir para ampliar a compreensão tanto da sociedade, em relação aos adolescentes contemporâneos, quanto de psicólogos que recebem esse público em suas clínicas diariamente.

Palavras-chave: Adolescência. Contemporaneidade. Desamparo. *Facebook*.

Adolescents at contemporaneity: Abandonment and debilitated bonds among the "ideals" of consumer society.

ABSTRACT

The proposal of this dissertation is to understand the adolescence at contemporaneity by a psychoanalytic approach articulated to social perspective, which comprises the adolescence as a specific configuration of the historic structure, i.e, a subject who builds on / by the relationship with the other, through social and cultural via, as well by identificatory processes. From Sigmund Freud's work (1856-1939) and other contemporary psychoanalysts and sociologists, our purpose is to understand the contemporary social background, whose ideals have been forged by consumer society, which its own mouthpiece is indeed the cultural industry, producing subjective impacts on adolescents. The concept of *ideal* by psychoanalytic perspective is a "border-concept" that highlights the psychic subject's social dimension, i.e, the ideals point to the place where the other occupies for subject's constitution, and they shall be the culture's guiding elements, also providing references about what has to be pursued. However, our hypothesis is that contemporaneity's ideals have not fulfilled either their function for protection and for promoting social bonds like it was proposed by Freud (1930/2010). Instead, they have intensified adolescents' sense of helplessness, making the social ties' building more difficult, and throwing them to seek for shelter through consumerism and virtuality. They also seek for emotional links through ephemeral group arrangements or social networks on the internet (among those social network, the emphasis is placed on Facebook). Investing in commodities and images from the internet or Facebook or being part of fads, or group formation, which presents a massive and standardized manners and behaving, teenagers (adolescents) do not invest in the human / real "other" and it presents consequences: atrophy of symbolization ability, disability of contacting with reality and the objectal divestment. All these considerations have drawn to the negative narcissism concept by A. Green (1988) which represents an (inefficient) defense condition against the traumatic contemporary scenario, which is also a psychic expression of contemporary ill-feeling. This analysis presents a social and clinical relevance, since it shall contribute to enhance the comprehension either by the society, about contemporary adolescents, or by psychologists whose everyday clinics receive this kind of audience.

Keywords: Adolescence. Contemporaneity. Sense of Helplessness. Facebook.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	8
2 A ADOLESCÊNCIA SOB A LENTE DA PSICANÁLISE ARTICULADA AO SOCIAL	16
2.1 Uma breve história da adolescência	18
2.2 A adolescência na perspectiva psicanalítica	33
2.2.1 Adolescência na obra de Freud.....	35
2.2.1.1 Do narcisismo primário ao narcisismo secundário.....	44
2.2.1.2 Do eu ideal ao ideal de eu.....	50
2.2.1.3 As identificações e o grupo na adolescência	55
2.2.2 Adolescência para os pós-freudianos	59
2.2.2.1 Anna Freud e a adolescência normalmente patológica	60
2.2.2.2 Erikson e a crise de identidade	61
2.2.2.3 Aberastury e a síndrome normal da adolescência	65
3 O CENÁRIO SOCIAL DOS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS.....	69
3.1 A sociedade de consumo	73
3.1.1 A Indústria Cultural: porta-voz da sociedade de consumo.....	84
3.1.2 Os ideais da sociedade de consumo.....	90
3.2 A adolescência como (alvo) ideal da sociedade de consumo	98
4 O CENÁRIO SUBJETIVO DOS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS.....	104
4.1 A noção de desamparo na obra de Freud.....	105
4.2 Ritos e tribos na adolescência: uma saída frente ao desamparo?	108
4.3 A busca por amparo e os laços nos <i>rolezinhos</i>	114
4.4 A Internet: paraíso narcísico dos adolescentes	118
4.5 A busca por amparo e os laços virtuais no <i>Facebook</i>	126
4.6 Desdobramentos subjetivos do cenário social contemporâneo: desamparo, laços fragilizados e trauma.	137
CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS PARA OS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS	145
REFERÊNCIAS	152

1 INTRODUÇÃO

Temos como objeto de nosso estudo a adolescência em meio às modificações socioculturais contemporâneas. Nas últimas décadas, temos assistido a proliferação de notícias sobre a adolescência e/ou juventude¹, que, de modo geral, os colocam como protagonistas do cenário violento, transgressores, rebeldes, indiferentes. Isso pode ser percebido com o recente fenômeno dos rolezinhos, que ganhou destaque na mídia em 2014, quando jovens da periferia passaram a se reunir em shoppings centers, causando “alvorço” e “desconforto” entre os comerciantes e frequentadores dos “templos de consumo”.

Os adolescentes são figuras ambivalentes; fonte de admiração, mas também de ódio. Como candidatos a detentores de direitos e privilégios, os adolescentes ora são vistos como ameaça, ora como esperança; ora representam o risco de mudança e ruptura da ordem, crenças e normas para a geração precedente, ora são a esperança de levar adiante o ideal não realizado pelos adultos. Sua indeterminação e seu “vir a ser” são terrenos propícios para as projeções dos adultos e da mídia.

De acordo com dados de relatório da Unicef (2012), 11% da população brasileira vive a fase da adolescência, o que equivaleria a aproximadamente 21 milhões de jovens entre 12 e 17 anos. À primeira vista, este dado poderia ser encarado como uma oportunidade de alavancar o desenvolvimento do país, no entanto, diante das profundas desigualdades e vulnerabilidades, esta perspectiva se mostra sombria. Pobreza, baixa escolaridade, violência, gravidez precoce e abuso de drogas são alguns dos problemas recorrentes com os quais os adolescentes têm se deparado. Ante essa vulnerabilidade juvenil brasileira, torna-se imperiosa a compreensão das dimensões psicológicas e sociais que contribuem para intensificar a fragilidade dos adolescentes e que os expõe a situações de risco (Prioste, 2013).

O interesse por essa temática resultou de diversas leituras de autores que vêm apontando as transformações da contemporaneidade e suas implicações na dimensão psíquica dos adolescentes, bem como das intensas mudanças nos adolescentes observadas, seja pela escuta exercida na clínica, seja pelo convívio social com eles, que parecem nos apontar para

¹ A distinção entre adolescência e juventude não é homogênea entre os autores, sendo que, de um modo geral, pode-se considerar que a adolescência é um termo privilegiado no campo da Psicologia e da Psicanálise, que tem como foco a singularidade do sujeito e de sua experiência subjetiva; já a noção de juventude é mais utilizada no campo da Sociologia e da História, as quais priorizam uma leitura do coletivo. No entanto, se considerarmos que o fenômeno individual é desde o princípio social, tal distinção passa a depender da perspectiva de análise de determinado fenômeno. Em nosso trabalho, utilizaremos ambos os termos, não tomados como sinônimos, mas de forma complementar e que possibilite o diálogo entre saberes, utilizando um ou outro de acordo com o saber que estiver sendo privilegiado na discussão (Matheus, 2002).

mudanças nesse processo. No entanto, de que forma e em que medida podemos considerar que as mudanças sociais modificaram o cenário subjetivo dos adolescentes contemporâneos? Será que o processo adolescente, atualmente, é diferente do postulado por Freud há mais de 100 anos atrás em sua obra? Quais têm sido as especificidades da adolescência nos dias de hoje?

Diante de tais questionamentos, nossa proposta é estudar a adolescência a partir da Psicanálise e compreendê-la em meio ao *ethos* contemporâneo. Esta pesquisa tem, portanto, o objetivo de analisar a adolescência na contemporaneidade sob uma ótica psicanalítica e justifica-se pelas dificuldades de compreensão e de manejo que psicólogos, pais e sociedade, de uma forma mais ampla, têm encontrado no trato com adolescentes, os quais se constituem em meio a uma cultura que dissemina valores diferentes em relação àqueles de gerações anteriores.

A lente que norteará nosso trabalho consiste em uma Psicanálise crítica e articulada ao social, que compreende a adolescência como uma configuração específica da estrutura histórica. Desta forma, ao utilizarmos a Psicanálise como método de análise, não faremos uma leitura intimista e reducionista dos indivíduos, a qual tem dominado a literatura acerca de nosso objeto e que leva à psicopatologização e culpabilização dos adolescentes, mas sim como uma Psicanálise cuja visão histórica da subjetividade identifica as transformações do *ethos* cultural e suas implicações para o sujeito, atentando para a necessidade e a importância de pensarmos o psíquico em sua articulação com os acontecimentos histórico-sociais (Caniato, 2009).

A maioria das teorias sobre adolescência a considera um “cataclismo” entre a infância, um período de relativa estabilidade, e a vida adulta, um período de calmaria. No entanto, a definição de adolescência é marcada por discordâncias entre uma perspectiva desenvolvimentista, a qual concebe a adolescência como etapa do desenvolvimento humano; e a perspectiva histórica e social que questiona a ideia de adolescência como um processo natural do desenvolvimento e critica o uso do conceito como universal.

A leitura desenvolvimentista entende a adolescência como uma etapa da vida que possui características específicas, tais como a insegurança, a rebeldia, a impulsividade e a agressividade. Tais características seriam consequência das mudanças biológicas e hormonais que se processam nessa fase, e que fixam o adolescente em um período de transição entre a infância e a fase adulta. De acordo com esta perspectiva, a adolescência é um fenômeno universal e generalizado, baseando-se na razão como principal mecanismo de apreensão e de vivência no mundo, pois seria a partir do amadurecimento e do predomínio da razão que o

sujeito atingiria a maturidade. Esta visão cartesiana racionalista/desenvolvimentista traz em seu bojo a crença em uma identidade adolescente que definiria a personalidade do sujeito para o resto de sua vida (Coimbra, 2005).

Esta perspectiva naturalista e evolutiva é produto do positivismo e opera uma fragmentação do processo histórico em etapas, a serem estudadas isoladamente e descritas estaticamente, excluindo movimento e contradições. A concepção positivista busca as uniformidades empíricas aparentes, as quais não dizem nada sobre a realidade subjacente que elas expressam. Tais teorias evolutivas, ao falarem da adolescência como “cataclismo”, supõem a oposição de duas realidades diferentes e com certo grau de independência entre si; nesta concepção do desenvolvimento, torna-se difícil incluir o processo adolescente, que chega a ser visto, em certos casos, como um fenômeno psicopatológico.

Representante desta perspectiva, o psicólogo e educador G. Stanley Hall (1844-1924) foi o primeiro acadêmico a explorar o tema em seu livro “*Adolescence*” de 1904. Influenciado pela teoria darwinista da evolução, Hall acreditava que a adolescência era um estágio de agitação emocional e rebelião, no qual o comportamento variava entre um mau humor silencioso e atitudes selvagens e arriscadas. Tubert (1999) aponta que na teoria de Hall, vemos uma noção de desenvolvimento produzido de acordo com pausas inevitáveis, imutáveis e universais, que independem do ambiente sociocultural. Tal teoria tem implícita a noção de desenvolvimento como uma sucessão evolutiva de etapas que o indivíduo vai superando.

Outro representante da perspectiva desenvolvimentista foi o médico e psicólogo Arnold Gessell (1880-1961), o qual delineou “perfis de maturidade” para descrever as características de cada etapa de vida, destacando a existência de ciclos e etapas opostas entre si pelas condutas que os caracterizam. Neste desenvolvimento dividido em etapas, a adolescência aparece com uma “fase de transição” e toda mudança surge como uma perturbação que é necessária eliminar ou superar para seguir o percurso preestabelecido e não como algo inerente à constituição do sujeito (Tubert, 1999).

Uma das principais críticas feitas à perspectiva desenvolvimentista é pautada na ideia de evolução até a maturidade, pois, a partir dela, o adulto seria entendido como ideal de completude a ser alcançado (Calligaris, 2000; Coimbra et al. 2005). A crítica também é dirigida ao entendimento do adolescente como ser incompleto que necessita de uma identidade estável, fixa e madura para ser reconhecido na rede social. Nesse sentido, vemos a necessidade de ir além de uma visão “naturalista”, na qual a leitura psíquica fica atrelada ao

campo do biológico, bem como de relativizar e contextualizar o registro biológico, inscrevendo-o e relacionando-o às séries institucionais e sociológicas (Birman, 2006).

Bertol e Souza (2010) alertam que a descrição da adolescência como momento de constituição de uma identidade plena, coesa, adulta e que compreende a conclusão da constituição subjetiva esbarra na concepção da singularidade do sujeito e na irreducibilidade e mobilidade das pulsões, que são vistas como fundamentais para a subjetivação segundo a Psicanálise. Nessa perspectiva, se reforçamos a ideia de manifestações naturais na adolescência, dificultamos a possibilidade de o sujeito se expressar em sua singularidade, ou ainda corremos o risco de não escutar a sua manifestação, encaixando-a nos padrões de anormalidade e normalidade consolidados pelos discursos desenvolvimentistas e reforçados pelos ideais modernos.

Na contemporaneidade, a concepção de adolescência que predomina e que se encontra disseminada pela literatura e pela mídia advém da abordagem desenvolvimentista, sendo reforçada pelas práticas e discursos sociais e científicos. Essa caracterização desenvolvimentista da adolescência transforma-a em um fenômeno universal e atemporal, apagando a construção social que sustenta esse conceito, fortalecendo-o como modelo e parâmetro de normatização e de classificação dos sujeitos de nossa cultura. Nessa visão, a adolescência seria marcada por características como rebeldia, conflito e transformação, tendo como representação por excelência o “adolescente rebelde” que vive em constante conflito. Mas seriam estas características de fato inerentes à adolescência?

Cardoso (2006) aponta que circunscrever a adolescência como um tempo eminentemente de revolta fez com que muitos profissionais considerassem tal revolta como sendo injustificável. Vimos que o conceito de adolescência surgiu diante do cenário de individualismo e ideal de liberdade, o que permitiu a caracterização da adolescência como um período de conflito e de oposição às normas sociais. Assim, compreender a atribuição dessas qualidades e a contextualização desse conceito é fundamental para o entendimento desse tema frente ao discurso social que se apresenta atualmente sobre o adolescente.

A concepção do individualismo trouxe implícita a necessidade da transgressão e rebeldia. A etimologia da palavra *transgressão*, além do sentido de “quebrar e burlar normas”, pode significar “o ato de ir além, de ultrapassar os limites”, já a palavra *rebeldia* significa oposição. Diante disso, pode-se notar que tanto a transgressão como a rebeldia são características necessárias ao adolescente que, formado sob a égide do individualismo, busca realizar o ideal de autonomia. Nesse sentido, a transgressão das tradições e de uma ordem

estabelecida é considerada necessária para a obtenção da autonomia e é uma marca do individualismo (Bertol e Souza, 2010).

Entretanto, essas mesmas ações necessárias são condenadas pela civilização, que as enxerga como uma ameaça para a ordem social e repreende tais condutas com punições. Cria-se, portanto, um paradoxo, pois se, por um lado, é esperado que o adolescente individualista e autônomo transgrida e supere as normas, por outro se espera que ele cumpra as normas e respeite a tradição estabelecida. Kehl (2001) também aponta esse impasse imposto ao adolescente pela cultura contemporânea que, por um lado, “solicita” transgressão e diferença dos pais e, por outro, prega uma nostalgia, pedindo aos adolescentes que sejam como seus pais.

Bertol e Souza (2010) apontam que uma saída possível para este dilema é a atribuição majoritária do individualismo e da autonomia à adolescência. Assim, as ações e manifestações de contestação, rebeldia e transgressão são consideradas atributos naturais de uma fase da vida. Esse processo possibilita que o ideário moderno se sustente e não exponha suas entranhas configuradas por discursos paradoxais. Mas a atribuição dessas características aos adolescentes também ocorre devido ao ideal de completude e de indivíduo autônomo (que tem sua representação na forma adulta), o qual, por sua vez, destina o adolescente a uma incompletude subjetiva e ao processo de construção de uma identidade.

A pretensa rebeldia, que caracteriza a adolescência, configura, de fato, a realização de um ideal de autonomia e de liberdade inscritos na modernidade. A rebeldia se manifesta como forma de se opor às tradições e de se realizar de forma autônoma; entretanto essa rebeldia não é um privilégio somente dos adolescentes, mas representa um dos ideais que passaram a fazer parte das redes sociais a partir das transformações que se verificaram desde a sociedade tradicional até a sociedade moderna, que têm como princípio o individualismo. O adolescente aprende que para se realizar e obter reconhecimento é preciso se reinventar, quebrar as tradições, criar, o que colide com a demanda hierárquica e com as práticas de normatização postas na/e pela escolarização (Calligaris, 2000).

Calligaris (op.cit) reforça a ideia da constituição da adolescência como o período no qual seria supostamente possível a satisfação dos desejos, deixando de lado os deveres e as obrigações que constroem os adultos. Dessa forma, a rebeldia e a transgressão, como atributos próprios do público adolescente, permitem a manutenção do desejo de liberdade dos adultos e, ao mesmo tempo, servem para manter a coesão necessária à civilização moderna.

Por ser entendido como um sujeito ainda em formação, o adolescente é descrito como um ser em busca de sua autonomia, e, dessa forma, seria mais propenso a transgredir e a se

opor às tradições e às normas culturais, constituindo uma potencial ameaça à ordem civilizacional. A condição adulta, por sua vez, seria aquela na qual o sujeito já teria alcançado sua autonomia, o domínio de seus afetos/pulsões, e conseguiu controlá-los, submetendo-se às leis da civilização (Bertol e Souza, 2010).

Nesse sentido, Bertol e Souza (op.cit) consideram imprescindível apontar a ilusão do ideário moderno acerca da completude subjetiva e do domínio das pulsões como ponto final do desenvolvimento humano. Afinal, sabemos que a pulsão é definida exatamente como força que não se deixa controlar pelo *eu*² e que o impele à ação. Essa força propicia novas identificações e investe de forma continuada em novos objetos amorosos. Esses movimentos constituem as operações constituintes da subjetividade e levam o sujeito a buscar e a construir constantemente uma suposta identidade, justamente por não dispor de uma, a não ser como fantasia elaborada pelo *eu*.

A leitura desenvolvimentista, por entender que o processo evolutivo seja sustentado pela razão, que deve prevalecer sobre os afetos, reforça a ilusão sobre a possibilidade de controle de si mesmo e do outro. Assim, o adolescente, por não ter desenvolvido ainda toda a sua capacidade cognitiva, estaria mais propenso a transgredir as leis em prol da satisfação de suas pulsões, sendo necessário reprimi-lo. Com a emergência e a consolidação do conceito de adolescência e da descrição de suas características, é possível que a sociedade moderna conviva com o paradoxo que ela mesma fez surgir e que é responsável pelo mal-estar civilizatório. Ao longo de sua obra, Freud afirmou que tudo aquilo que é recalcado procura retornar sob outras formas em busca de satisfação. Pois bem, com a constituição da adolescência, aquilo que é recalcado nos sujeitos retorna sob a forma de uma etapa de vida na qual a transgressão é natural e possível. Porém, ao mesmo tempo, essa manifestação deve ser reprimida para manter a ordem social, uma vez que vai de encontro ao desejo dos sujeitos. Diante disso a adolescência é ao mesmo tempo idealizada e temida, necessitando ser reprimida para se submeter às leis sociais (Bertol e Souza, 2010).

Com a assunção do “personagem adolescente” e de suas manifestações transgressivas e contestatórias, o sujeito encontra a possibilidade de assumir uma posição reconhecida socialmente e almejada pelos adultos, na qual supostamente alcança a autonomia. Essas manifestações rebeldes, embasadas na autonomia, tornam-se a maneira de os sujeitos superarem as práticas sociais reforçadoras do discurso desenvolvimentista, que desqualificam os adolescentes.

² Adotamos em nosso trabalho o termo “*eu*” e não “*ego*”, tal como proposto pela tradução das obras de Freud diretamente do alemão para o português por Paulo César de Souza (Companhia das Letras).

Ao enquadrar a adolescência em determinados padrões, acaba-se desresponsabilizando os sujeitos nessa fase da vida, por entender que estão em um período de transição no qual a transgressão é natural. No entanto, ao mesmo tempo em que são desresponsabilizados, exige-se uma punição para seus atos, explicitada na demanda social pelo estabelecimento de leis sociais cada vez mais rigorosas, como é o caso da discussão em torno da redução da maioridade penal. Bertol e Souza (2010) consideram que a imposição de práticas, significados e modalidades de pensar e de sentir estabelecidas como naturais e normais ocultam o jogo de forças presente na rede social e exercem uma violência contra os adolescentes. Ao adotarmos em nosso trabalho a Psicanálise em sua perspectiva histórica e social visamos não reproduzir tal violência.

Para atingir nosso objetivo neste trabalho, utilizamos o método de pesquisa bibliográfica, por isso, realizamos um levantamento sobre o tema escolhido com a finalidade de construir explicações teóricas para nosso problema. A partir desse método, realizamos uma análise das fontes documentais e estabelecemos um diálogo crítico com os autores consultados, a fim de atingir os objetivos propostos nesta pesquisa (Booth, 2005).

O itinerário que seguimos em nosso trabalho está disposto da seguinte forma; no capítulo 2 abordaremos as diferentes representações e formas de ser jovem ao longo da história, da Grécia antiga aos dias de hoje. Na sequência, analisamos a adolescência na perspectiva psicanalítica de Freud, na qual aspectos como a excitação sexual, as modificações pulsionais, o corpo, o luto, os mecanismos de defesa, o narcisismo, o *ideal de eu* e o problema da identidade e das identificações ganharam destaque; dentre eles demos especial atenção aos conceitos de *narcisismo primário e narcisismo secundário*, bem como de *eu ideal* e *ideal de eu*. Destacaremos ainda a contribuição de autores pós-freudianos, tais como: Anna Freud, Erik Erikson e Arminda Aberastury.

Posteriormente, no capítulo 3, contextualizamos a contemporaneidade, período no qual nosso objeto de estudo está inserido. O desafio para compreensão da contemporaneidade e suas implicações para os adolescentes, se faz pela necessidade de uma compreensão do sujeito nas interfaces com a sociedade, a política, a economia e a cultura; assim sendo, nossa proposta é tê-los como norteadores para uma análise da adolescência no mundo contemporâneo a partir dos conceitos de *sociedade de consumo e indústria cultural*, a fim de compreender os ideais contemporâneos presentes no universo dos adolescentes. A noção de *ideal*, na perspectiva psicanalítica é um “conceito-limite” que põe em relevo a dimensão social do sujeito psíquico, ou seja, os ideais apontam para o lugar que o outro ocupa na constituição do sujeito (Koltai apud Matheus, 2010) e seriam os elementos norteadores da

cultura, oferecendo referências sobre aquilo que deve ser almejado. Essa formulação dá sustentação para nossa articulação entre adolescência e cultura, tendo em vista a interdependência entre *ideais de eu* e *ideais culturais*.

Assim, percorreremos alguns ideais culturais da contemporaneidade, tais como: o ideal estético, de consumo, de liberdade, de valorização narcísica, de performatividade e em especial o ideal de ser jovem; procurando demonstrar como os adolescentes têm sido o alvo ideal das estratégias de publicidade da sociedade de consumo. Já no capítulo 4, abordamos a nossa hipótese de que os ideais da contemporaneidade, um cenário cultural regido pela lógica do consumo e pelo culto à liberdade, têm intensificado o desamparo dos adolescentes e dificultado a construção de laços sociais, ou seja, não têm cumprido a função que lhes caberia segundo Freud (1930/2010), qual seja a de promoção dos laços sociais e de proteção ante o desamparo. Ao invés disso, dificultam a travessia adolescente rumo à vida adulta, lançando-os na busca por amparo no consumo e na virtualidade, bem como para a construção de laços em formações grupais efêmeras (como no recente fenômeno dos rolezinhos) ou na internet e nas redes sociais. Ainda neste capítulo, discutimos os efeitos dos ideais contemporâneos no psiquismo do adolescente tendo como campo de análise a internet, mais especificamente o *Facebook*, os quais serão os meios para verificar se estas hipóteses têm correspondência empírica.

Esta pesquisa tem relevância clínica e social, tendo em vista que a construção da identidade do adolescente interfere diretamente na construção da subjetividade (Almeida, 2006). Se a Psicanálise deve ser uma leitura desta subjetividade e de seus impasses como nos propõe Birman (2006), nós, enquanto profissionais da área, não podemos nos tornar passivos, saudosistas ou moralistas diante da crise da subjetividade que se impõe atualmente, logo, não podemos buscar um modelo idealizado de sujeito e deixar de investigar os adolescentes contemporâneos a partir de sua relação com a cultura na qual estão inseridos.

Por fim, acreditamos que as reflexões contidas neste trabalho podem contribuir para a compreensão do conceito de adolescência de maneira histórica, e também diminuir os preconceitos da concepção naturalista que transforma questões que tem origem social em algo inato, universal e desinteressado, criando práticas e modos de pensar estabelecidas como naturais e que ocultam o jogo de forças presente no cenário social.

2 A ADOLESCÊNCIA SOB A LENTE DA PSICANÁLISE ARTICULADA AO SOCIAL

O tema da adolescência apareceu articulado aos fenômenos contemporâneos na Sociologia, mais especificamente na área da *sociologia da juventude*. Vale ressaltar, que a distinção entre adolescência e juventude não é consensual, sendo que ora a juventude é tomada como momento posterior à adolescência (Galland apud Matheus, 2010) ora como objeto de investigação próprio do campo sociológico, enquanto que a adolescência seria o objeto pertinente ao campo psicológico. Apesar desta distinção, ambos os termos denotam a passagem da infância ao mundo adulto. Para a *sociologia da juventude* essa passagem se tornou problemática no século XX, em decorrência dos desdobramentos da contemporaneidade. Assim:

A juventude era vista como fruto da descontinuidade na transmissão cultural e no *conflito de gerações* (Mannheim) da desarmonia e tensão dos padrões sociais de referência, manifestando uma disfunção no processo adaptativo (Eisenstadt) ou como uma *classe de idade* que é fruto da “crise interna de valores nas sociedades ocidentais” (Morin). (Matheus, op.cit, p. 48).

Vemos em todas essas formulações a tentativa de articulação entre a juventude e o contexto histórico e social, sendo levados em consideração, na investigação acerca da juventude, temas como: modernidade, desdobramentos do capitalismo, transformações tecnológicas e sociais, bem como complexidade do universo simbólico. A *sociologia da juventude* busca, portanto, colaborar para a discussão de questões de destaque da contemporaneidade e das quais a adolescência faz parte, buscando compreender a correlação entre a experiência subjetiva e os processos sociais, culturais e econômicos ao longo do século XX e XXI, pois:

Em diferentes recortes, a adolescência aponta para uma condição de conflito ou até de crise – de referências, perspectivas, identidade ou personalidade – efeito inevitável de um processo de socialização insuficiente ou problemático, de uma crise de valores, de uma distância artificial ou de uma descontinuidade entre as instituições educacionais e o mundo do trabalho, de uma crise na estrutura socioeconômica que compromete as

populações heterogêneas das diversas nações que participavam da rede de produção e consumo de massa, na segunda metade do século XX (Matheus, op.cit, p.52).

A relação entre juventude e cultura de sua época implica no conflito de gerações, assim como oposição e reformulação da seguinte frente à anterior, ou seja, a cada geração compete reformular o que nela foi depositado, buscando novas respostas aos problemas, fazendo diferente a partir do que foi herdado. Há, portanto, uma relação de afirmação e negação entre as gerações, de modo que o manifesto da nova geração gera incômodo na geração anterior. Para Matheus (2002) cada traço atribuído às gerações (engajada, transgressora, violenta, individualista) deve ser compreendido como uma ressignificação da herança recebida de uma geração anterior, que ao ser modificada, marca a possibilidade dessa nova geração se colocar como sujeito e ingressar no universo adulto, oferecendo aos demais um projeto de mudança para o coletivo.

Como já mencionado, a lente que norteará nosso trabalho é a de uma Psicanálise crítica, articulada ao social e que compreende a adolescência como uma configuração específica da estrutura histórico-social. Partindo desse pressuposto, a seguir, iremos analisar a “construção da adolescência” ao longo da história, tendo em vista que esse resgate historiográfico nos possibilita pensar a adolescência tal como ela se configura na contemporaneidade, ou seja, como uma experiência individualizada, na qual cada um estabelece um caminho próprio diante dos impasses dessa transição que surgem em função do modo de organização social que se estruturou na modernidade. Além disso, tal resgate nos permite discriminar as diversas versões da adolescência, bem como escrever a história na psicanálise, observando a tensão que surge entre o pensamento psicanalítico e a tradição da história. Nos dizeres de Matheus (2010):

Resgate historiográfico que permite, ainda, desenhar o cenário onde é possível reinscrever na teoria a perspectiva política que ela porta, na medida em que oferece a possibilidade de compor os campos de força em meio aos quais os conceitos foram produzidos - tensões próprias à realidade simbólica onde surgiu esta concepção de adolescência, tensões que acompanharam o embate teórico entre os autores que se detiveram neste tema e as tensões com a estrutura argumentativa de cada autor (p. 57).

2.1 Uma breve história da adolescência

A presença dos termos “adolescência” e “juventude” em diferentes momentos históricos, não traduz uma constância semântica destes vocábulos, pois os sentidos do termo variam e os conteúdos semânticos renovam-se (Matheus, 2010). A palavra “adolescência” é de origem latina e vem do verbo *adolescere*, que significa desenvolver-se, crescer; e que é próximo do termo *adulescere*, que significa adoecer. A proximidade dos dois sentidos anuncia a dimensão de “crise” que ficou associada à adolescência a partir da Modernidade.

Na Roma Antiga, o termo *adulescentia* é encontrado para designar o período de vida que sucedia à *pueritia* e precedia a *iuventus*. Essa divisão por idades era marcada pela tensão que percorria as diferentes posições na hierarquia familiar, referência em função da qual era determinado o estatuto de cada membro do corpo social. A participação na vida comunitária só era possível à *iuventus*, após um ritual iniciático no qual passavam a usar a toga viril; já à *adulescentia* cabia a preparação para a etapa que estava por vir. Frascetti apud Matheus (2010) destaca o prolongamento dessas etapas em função do peso da autoridade patriarcal característica do Império Romano. O direito dos pais sobre os filhos na época determinava o prolongamento das fases da vida, ou seja, as diretrizes da vida dos jovens dependiam da autoridade patriarcal. Submeter-se ao pai era o meio de garantir o exercício posterior da autoridade e dispor dos privilégios de tal condição (o que era válido apenas para os homens, uma vez que as mulheres eram vistas segundo sua condição física ou social – antes ou depois do matrimônio; com ou sem filhos).

Podemos dizer que, apesar dos termos *puer*, *adulescentia* e *iuventus* serem utilizados para designar uma mesma pessoa, a divisão de idades acabava por demarcar diferentes condições de cada um no contexto da época. A divisão das idades na cultura romana dos primeiros séculos visava organizar e legitimar a hierarquia que pautava a estrutura familiar e social em função de uma moral regida pela “ordem natural”. O respeito a essas prescrições era requisito para honrar cada um como ser racional e conforme a natureza da condição humana. Havia, portanto, um esforço e uma necessidade de se agir de acordo com a natureza. Assim sendo, a *adulescentia* estava fundamentada em uma razão natural que regia as várias dimensões da condição humana, ficando submetida ao poder patriarcal.

Na Grécia Antiga, não encontramos um sinônimo para o termo *adulescentia*. Matheus (op.cit) aponta que o termo que mais se aproxima seria *éfebo*, o qual se refere ao jovem em formação. Na cultura grega (que antecedeu e influenciou Roma), o status social conquistado pelos cidadãos dependia de como cada rapaz se portava na relação amorosa, na posição de

amado/jovem (*eròmenos*) em relação ao amante/maduro (*erastés*). Essa relação ia além da dimensão erótica e era o alicerce da *paidéia* (educação). Gurski (2012) aponta que os dispositivos presentes nas descrições da *Paidéia* mostram a noção de que todos os cidadãos gregos mais velhos eram educadores dos jovens. A *Paidéia* tinha a função de formação e aprimoramento do comportamento do indivíduo a fim de cultivar os valores individuais e coletivos, que eram dimensões inseparáveis naquele contexto (Schnapp apud Matheus, 2010).

O *éfebo* na posição de *eròmenos* era cortejado pelo *erastés* e introduzido em práticas eróticas que estavam vinculadas a outras práticas juvenis, tais como a ginástica, a caça, equitação, bem como a prática reflexiva e filosófica. O *erastes* tinha, portanto, um papel fundamental na formação do jovem, sendo o responsável pela iniciação do jovem no mundo adulto, o que denota a cultura hierárquica grega, bem como o princípio da ancianidade em oposição à juvenilidade; dito de outra forma, a diferença entre gerações era algo explícito e a experiência acumulada era vista como elemento essencial para a transmissão educativa. Ao jovem na posição de *eròmenos* cabia se submeter a essa relação desigual, porém de modo comedido e com temperança, que eram condições necessárias para a conquista da honra necessária ao status social almejado (Foucault, 1988).

O *éfebo* experimentava um conflito e um incômodo diante dessa experiência que o colocava em uma posição contraditória de ser admirado como objeto passivo a fim de se tornar um sujeito ativo. A posição passiva era própria às mulheres e escravos e era aceitável para o *eròmenos*, mas não para um homem que não aceitava assumir-se como objeto numa relação de dominação. A condição de *éfebo*, na Grécia Antiga, fazia parte de uma ordem social que opunha radicalmente os jovens e os velhos, bem como sustentava um universo cultural cujas várias dimensões (sexualidade, organização política e familiar) eram interdependentes entre si (Schnapp apud Matheus, 2010). Além disso, o jovem grego tinha um lugar social bem demarcado, sendo que:

se singularizavam como um grupo particular, sujeitos a comportamentos claramente identificados. Os exercícios corporais, a caça, os treinamentos militares desempenhavam papel decisivo nesse período de formação que em Atenas se confundia com a efebia. Terminada a efebia, o jovem passa a ter estatuto de cidadão integral, pode fundar família, participar da vida política, mas, ainda assim é um neos, que chama a atenção de seus concidadãos por encarnar esse estado transitório de maturidade e beleza física que os jogos de estádio, os concursos e mesmo as proezas militares revelam (Schnapp apud Gurski, 2012, p.45).

Na Idade Média ocidental, por sua vez, a imagem da juventude é incerta e heterogênea em função da falta de uniformidade do universo medieval. Podemos considerar, portanto, a coexistência de concepções distintas sobre as etapas da vida, destacando a concepção profana e a erudita. Na primeira, havia uma correspondência entre as quatro estações do ano e as quatro idades: infância (primavera), juventude (verão), idade média (outono) e velhice (inverno). Já na cultura erudita, havia além de uma relação com elementos naturais (planetas) uma lógica aritmética: *infantia* (do nascimento aos 7 anos), a *pueritia* (dos 7 aos 14 anos), a *adulescentia* (dos 14 aos 21 ou 28 anos), a *juventus* (dos 21 ou 28 aos 35 anos), *virilitas* (dos 35 aos 55 anos) e a *senectus* (acima de 55 ou 60 anos). Notamos, a partir disso, que o termo *adulescentia* encontra uma delimitação precisa apenas em algumas classificações do discurso erudito, havendo grande variação no vocabulário utilizado. Vemos assim que:

O [vocabulário] da adolescência e da juventude é particularmente rico e flutuante, tanto nas línguas vernáculas como em latim. Entre *puer* e *juvenis* inscreve-se uma quantidade de termos e expressões: *impubes*, *pubes*, *adulescentulus* (a), *adulescens imberbes*, *puella*, *puer iam juventutis aetatem contingens*, *virguncula*, *virgo*, *juvenculus* (a) etc. Cada autor os emprega e os articula a seu modo (Pastoureau apud Matheus, 2010, p.30).

Ao final da Idade Média e nos primórdios da Idade Moderna, as funções dos jovens caracterizavam-se pela ambivalência, pois exerciam um papel transgressor, ao mesmo tempo em que se responsabilizavam pela ordem da vida cotidiana e pela moral. Matheus (op.cit) cita a expressão “tutores da desordem” de Schindler, para representá-los. Aos jovens cabiam tanto a organização de festividades, como assumir a função de fazer valer modos e costumes que deveriam ser praticados nos espaços públicos. Durante o século XVII, as transgressões dos jovens ocorriam de certo modo com o consentimento dos adultos, uma vez que estes partilhavam frequentemente da inquietação daqueles, não os punindo no âmbito público (a não ser por decretos comunais). Assim:

atos como roubar cerejas das plantações estavam em acordo com a lógica social através da qual se demarcava o conflito entre adultos e jovens. Esses últimos eram os responsáveis pela sucessão das gerações, para modificá-las ou estabelecê-las sob uma nova ordem. Eles provocavam a manutenção da ordem, satisfaziam os rituais de

afirmação da identidade masculina e era quase uma permissão social que “roubassem” um pouquinho. Os jovens faziam uma espécie de redistribuição social, já que, segundo os registros, muitos pais incentivavam seus filhos a realizarem pequenos furtos (Gurski, 2012, p.48).

No início da Modernidade, a juventude era vivida como fase de iniciação e transição para a vida adulta, pautada por ritos de passagem, sendo que:

os jovens, como senhores da noite, promoviam a formação de grupos segundo a idade e ofereciam toda uma série de ocasiões de autoeducação e de representação de si no interior do grupo. A marcada praxe ritual dos grupos de jovens homens constituía de fato um laboratório do saber prático, no qual era possível pôr-se à prova com a aquisição das normas vigentes (Schindler apud Gurski, 2012, p.43).

Isso nos mostra como a ocupação dos espaços simbólicos por parte dos jovens estava presente na cultura daquele tempo. Essas manifestações eram toleradas pela cultura da época que, apesar de realizar certo controle, respeitava a necessidade social desses ritos. Deste modo “não se espalhava só a consciência de que a troca de gerações era quase uma necessidade estabelecida pela lei da natureza, mas também uma atitude de confiança na sociedade, orientada para o futuro”. (Schnapp apud Gurski, 2012).

No entanto, a partir do século XVIII, com o crescimento das cidades, tais transgressões, antes vistas como reivindicação coletiva, passam a ser encaradas como ação individual e fonte de ameaça para a cultura “civilizada” que se impunha (Matheus, 2010). Nesse sentido:

Iniciou-se um movimento legal, cuja finalidade era acabar com a tolerância aos atos insolentes dos jovens, momento no qual eles passaram a ser qualificados de roubo, não sendo mais interpretados simplesmente como farra juvenil. [...] Os ideais iluministas, com sua ode à ordem e ao Estado, passaram a subtrair a importância da juventude arruaceira. O pensamento burguês no culto ao herói foi retirando o espaço para a vivência das transgressões juvenis, enquanto prática de representação legitimada pelo social. Assim, os grupos de jovens foram lentamente perdendo seu status privilegiado de representantes oficiais da consciência comunal e acabaram sob uma forte pressão que os obrigava a legitimar a si mesmos (Gurski, 2012, p.48).

Matheus (op.cit) destaca que, entre os camponeses, assim como na aristocracia, poucos tinham noção clara da própria idade, sendo que as práticas comunitárias da época respeitavam e seguiam mais as funções sociais do que as idades propriamente ditas. Somente em meados do século XVI passou-se a diferenciar infância de juventude e velhice, sendo que a expressão “juventude” representava uma idade mais tardia e significava “força da idade”, não deixando lugar para o termo “adolescência”.

Para Aries (1986) até o século XVIII, no mundo ocidental e moderno francês, ocorria o uso indistinto do termo *enfant*, tanto para aqueles que denominaríamos hoje de adolescentes, quanto para aqueles que hoje denominaríamos criança. Assim sendo, pode-se dizer que até o século XVIII, os discursos que conceituavam infância e adolescência estavam sobrepostos e não discriminavam essas etapas do desenvolvimento. A noção de infância estava atrelada à ideia de dependência, logo, só se saía da infância ao sair da dependência. A infância surge com a mudança da sociedade tradicional para o individualismo e a consequente mudança no sentido da morte; sendo que a infância passa a ser o momento idealizado de felicidade, bem como uma forma de os adultos perpetuarem sua existência e realizarem os sonhos que não puderam realizar devido a sua mortalidade (Ariés,1986).

Não podemos desvincular esse processo das questões políticas com as quais as sociedades europeias se defrontavam em especial a do nascimento do Estado moderno e da ideia de nação no final do século XV. A noção de adolescência e juventude passou a adquirir um status mais discriminado nesse cenário, sendo que os fundamentos de autodeterminação e a racionalidade do Estado moderno incitaram a busca por ação, previsão e controle sobre o sujeito social que culminou com a *periodização das etapas da vida* marcada pelo fortalecimento da concepção de que a formação do indivíduo depende de etapas sucessivas que passam a ser vividas nos hábitos e costumes da sociedade europeia (Matheus, op.cit). Diante disso acompanhamos:

(uma) distinção de um universo infantil com características próprias, a ser preservado e regrado, também vai se tornando mais clara a etapa situada entre esse primeiro período e o mundo adulto. A delimitação de um espaço privado e intimista, próprio à família burguesa e distanciado de um espaço social mais amplo, caracteriza o campo de tensão que pauta a noção moderna de adolescência, que irá perdurar na contemporaneidade (Matheus, 2010, p.39).

Vemos que, se por um lado, a discriminação de faixas etárias foi algo constante ao longo da história, por outro, as funções sociais e determinações etárias da adolescência e juventude variaram conforme a época. Assim sendo:

Na Antiguidade, a *efebia* ou a *adulescentia* pertenciam a universos culturais em que as várias dimensões envolvidas (o público e o privado; a moral, a sexualidade e a política) estavam diretamente articuladas. Na Idade Média e início da Idade Moderna, a dissonância entre o discurso profano e o erudito anuncia a segmentação entre áreas de saber que se aprofunda nos séculos seguintes. Essa fragmentação se mostra decisiva no modo de organização social [...] ancorado em um ideário que elege o indivíduo como fundamento (Matheus, op.cit, p.40).

A juventude no início da era moderna era um conceito transitório, um limiar mais próximo da vida adulta que da vida infantil. E foi nesse contexto do Estado Moderno que surgiu o ensino secundário como resultado do projeto iluminista que promoveu o acesso ao colégio e ao liceu. Esse processo se consolidou no século XIX com a escolarização, a primeira comunhão e o serviço militar, práticas que fortalecem a escola e o exército enquanto instituições. Entretanto, como destaca Matheus (op.cit), tal acesso era restrito aos privilegiados que não tinham que trabalhar. Ainda assim, o papel das instituições educativas foi decisivo na constituição do homem moderno, reinventando as idades da vida de acordo com a educação e o grau de instrução que permitiam fabricar o “homem esclarecido”. Vemos, portanto, que a escolaridade foi um dos critérios utilizados pela sociedade para demarcar a progressão do jovem ao estado adulto (Levisky, 1998).

Ariés (1986) considera que o conceito de adolescência ganhou hegemonia ao longo da modernidade, sendo que as características psicológicas e biológicas desta etapa foram sendo determinadas, tornando-a um objeto naturalizado. Já Foucault (1988) mostra que foi a perspectiva assentada na continuidade e linearidade do desenvolvimento, do progresso e do tempo histórico que possibilitou essa naturalização da concepção do humano calcado em etapas. Os estudos psicológicos e biológicos atrelados aos pressupostos modernos foram os responsáveis pela atribuição de características tidas como inerentes à fase da adolescência, permitindo a classificação dos sujeitos em relação às fases estabelecidas (Coimbra, 2005).

Em meio a esse processo de construção de saberes sobre as fases do desenvolvimento humano, os estudos científicos produziram normatizações para reiterar e reproduzir essa conformação subjetiva conforme os atributos estipulados. As fases do desenvolvimento

passaram a constituir foco de interesse das áreas do saber modernas, como a Psicologia, a Medicina, a Pedagogia e o Direito, as quais passaram a legitimar a existência do adolescente de acordo com o conhecimento que produzem sobre eles. Pode-se dizer, portanto, que o “objeto adolescente” nasce a partir do discurso e da prática científica moderna, que lhe atribuem uma identidade marcada por características específicas e que lhe conferem individualidade (Bertol e Souza, 2010).

Nesse cenário, encontramos os escritos de John Locke (1632 – 1704) e Jean-Jacques Rousseau (1712 – 1778) sobre um projeto próprio para a criança e o adolescente visando a formação do adulto. Para Locke, a razão e a experiência empírica eram os verdadeiros instrumentos do conhecimento, já para Rousseau tais instrumentos seriam o sentimento e a experiência lúdica, o que faz com que Ariès (1986) considere este último como o precursor dos conceitos modernos de infância e de adolescência, uma vez que a afetividade e a intimidade são características privilegiadas da noção de subjetividade consagrada posteriormente. Rousseau aponta a adolescência como um dos momentos frágeis do processo de emergência do indivíduo, considerando-a uma espécie de “segundo nascimento” do ser humano, quando o existir torna-se viver em função do advento das paixões e do sexo. A adolescência seria, para o autor, uma idade crítica diante da qual a educação deveria agir como “guia do espírito humano” a fim de possibilitar ao adolescente o domínio de suas paixões, que seria condição para conquista da liberdade (Matheus, 2010).

Assim, podemos dizer que o conceito de adolescência teve sua origem e história atreladas à modernidade, logo, pensar a adolescência implica fazer menção ao contexto sociocultural individualista, no qual é delegada a cada indivíduo a responsabilidade de administrar seu próprio destino. Todo ideário que sustentará a noção de indivíduo eclode a partir da Revolução Francesa em 1789, sendo que o individualismo teve sua base nos princípios de igualdade e liberdade e foi o valor fundador das sociedades modernas ocidentais, levando os homens a serem considerados livres perante o Estado. O sujeito autônomo seria, nesse sentido, aquele que cria suas próprias leis e que exerce sua liberdade constituindo-se através da própria vontade (Bertol e Souza, 2010).

Esses ideais de um indivíduo autônomo e livre possibilitaram a concepção da adolescência, pois a partir deles criou-se a ideia de um homem supostamente capaz de autodeterminar-se, sendo responsável por suas ações e escolhas, o que implica dizer que o destino do homem não mais dependeria da sociedade e do contexto no qual está inserido. Nesse sentido, a adolescência surge como um momento de preparação para o reconhecimento na rede social e para partilhar essa rede através de uma identidade definida, que seria a marca

de conclusão do processo de amadurecimento. Durante tal processo, o sujeito enfrentaria conflitos e desafios a fim de tornar-se um indivíduo autônomo e capaz de se autodeterminar independentemente da organização social. Com isso, os momentos de crise, conflito e rebeldia são encarados como algo necessário para se atingir a autonomia e para alcançar o *status* de adulto, ideal de completude do sujeito moderno (Bertol e Souza, 2010).

Diante disso, podemos compreender a ideia de adolescência que se forma no século XIX como resultado do processo de constituição do indivíduo, pilar de sustentação do Estado moderno e a “crise da adolescência” como consequência direta desse processo; uma condição para a formação deste indivíduo. Logo, é a partir da modernidade que a adolescência é considerada um momento de turbulência decisiva na constituição do indivíduo. Matheus (op.cit) destaca que a noção de “crise da adolescência” denota tanto um momento crítico como também sugere o potencial enunciativo que gira em torno disso; algo é enunciado seja sobre o adolescente seja sobre a organização social à qual pertence. Isso nos ajuda a lançar luz sobre os motivos pelos quais a adolescência foi associada ao longo do século XX, ora como solução e futuro da humanidade ora como problema e ameaça. Assim sendo, podemos destacar mudanças na representação do “ser jovem”.

Cada momento histórico elege um período da vida para simbolizar seus ideais de perfeição e, na contemporaneidade, os jovens saíram de uma obscuridade culposa e obediente à qual os discursos médicos e morais os relegavam para se transformar em uma faixa da população privilegiada pela indústria cultural³ (Kehl, 2004). No início do século, por exemplo, Nelson Rodrigues apontava o Brasil de 1920 como uma “paisagem de velhos”, uma vez que os jovens não tinham função ou destino e que a época não “suportava a mocidade”. Isso se devia ao fato de que todo jovem devia ostentar, relativamente cedo, sinais de respeitabilidade e seriedade, assim sendo, um homem de 25 anos já era identificado entre os homens de 50 e não entre os rapazes de 18. Tanto homens quanto mulheres eram mais valorizados ao ingressar na fase produtiva e reprodutiva da vida do que quando ocupavam a etapa intermediária entre infância e vida adulta (Kehl, op.cit).

Calligaris (2000) aponta que a adolescência, na primeira metade do século XX, era vista como uma “etapa cronológica” e que, na segunda metade do mesmo século, passou a ser vista como um “grupo social” e como paradigma de um ideal cultural. Para o autor a adolescência seria um derivado contemporâneo da infância moderna, a qual era vista pelos adultos como uma época de felicidade, sonhos e promessas. Ao encarregar tal infância de

³ Conceito desenvolvido pelos teóricos Adorno e Horkheimer e que veremos adiante em nosso trabalho.

preparar o futuro e alcançar um sucesso que faltou aos adultos, houve um prolongamento desta fase que resultou na adolescência. Hobsbawn (2002) considera que essa transição da vida infantil para a adolescência como lugar de identificação e promessa teve influência de fatores sociais, econômicos e culturais, citando, por exemplo, a hegemonia americana, no período do Pós-Guerra que impôs uma série de novos hábitos e costumes, dentre eles, o *blue jeans*, traje popular que foi introduzido maciçamente nas universidades americanas por jovens que queriam distanciar-se de seus pais e que invadiu os lares do mundo inteiro. Este cenário faz com que autores afirmem que:

a adolescência, como grande ideal da vida adulta, foi inventada e vingou nos Estados Unidos, sendo originalmente uma concepção americana. Ou seja, a cultura americana apresentou com vanguardismo o que seria a tônica de nossos dias: a exaltação do jovem e seu *modus vivendi* (Gurski, 2012, p.49).

Gurski (op.cit) alerta que a compreensão da juventude se passa pelo entendimento das demandas sociais que, desde a 2ª Guerra Mundial, criaram a figura do *teen*. A autora destaca que o período do *welfare state*⁴, marcado pelo novo ciclo de desenvolvimento industrial e pelo crescimento da comunicação de massa, proporcionou condições sociais marcantes na condição juvenil do Pós-Guerra, dentre as quais podemos citar: a valorização do prazer e do consumo como fontes de gratificação imediata, que passou a ser o signo da juventude transviada da década de 50. Nesse período, construiu-se um ideário social sobre o jovem como transgressor, o que pode ser visto pela produção literária da década de 50, com obras como *On the road*, de Jack Kerouac, que passou a ser reconhecido como símbolo de desordem e delinquência e *Rebel without a cause*, de Robert Lindner, cuja adaptação para o cinema no filme *Juventude transviada* consagrou o ator James Dean com seu estilo “*live fast, die young*” como ícone jovem. Dessa época em diante, podia-se ver nos EUA:

um cenário social em que as crianças saíam da infância e, através de roupas, comportamentos e gestualidades, muito cedo passavam a consumir produtos e a participar da vida amorosa como efeito de uma chegada precoce ao cotidiano do consumo proposto pela sociedade industrial. Mediante essas condições, o grande tema

⁴ Organização política e econômica que coloca o Estado como agente da promoção (protetor e defensor) social e organizador da economia. O Estado é o agente regulamentador de toda vida e saúde social, política e econômica do país em parceria com sindicatos e empresas privadas.

que passou a se desenvolver e assumir uma maior dimensão a partir da década de 1960 foi o chamado *gap geracional* – reflexo do conflito de gerações instalado a partir de um grande número de mudanças sociais (Gurski, 2012, p.51).

Na transição da década de 50 para a década de 60, ocorreu a Revolução de Maio de 68; protagonizada pelos jovens franceses, ela marcou mundialmente a eclosão da maior rebelião juvenil e estudantil vista até então. Hobsbawn (2002), testemunha ocular do evento, afirma que o grande diferencial de tal revolução se deve ao fato de que seus grandes apelos não eram de ordem política, mas que representavam uma “revolução da vida cotidiana”, ou seja, antes de uma revolta social era uma espécie de catarse de sentimentos reprimidos. Ainda de acordo com o historiador, a década de 60 consolidou a juventude como grupo social com cara própria, tendo no *jeans* e no *rock*, dispositivos que favoreceram esse processo. Com isso houve uma:

Exportação da cultura americana pela via do cinema e da televisão (que) popularizou o perfil juvenil, que passou a ser usado pela publicidade e maciçamente pelas novas estratégias de apelo ao consumo. Ao som de “faça amor e não faça guerra”, os revolucionários transgrediam os parâmetros da esquerda tradicional, instituindo um novo modo de viver através da liberalização dos costumes nas relações (Gurski, op.cit, p.52).

Birman (2006) aponta que as então crianças dos anos 50 e 60 viraram o mundo de ponta-cabeça e subverteram as relações com o corpo e a sexualidade, que incidiram sobre os interditos instituídos. Foram eles que enunciaram que era “proibido proibir” e foi nesse contexto histórico das barricadas de maio de 68 que ocorreu a revolução da juventude, na qual os jovens queriam denunciar as hipocrisias da geração de seus pais e que condensavam o que fora produzido pelas gerações anteriores desde o século XIX. Para o autor, o resultado desse processo foi que a adolescência passou a terminar mais cedo e a passagem à vida adulta se fez mais precocemente, afinal os jovens que vislumbravam um mundo diferente precisavam romper logo a relação de dependência com os pais. Nesse sentido, havia uma forte tendência a sair cedo da casa dos pais, tendo no risco o valor básico de existência.

Garcia e Rocha (2008) destacam que na década de 60 a proliferação de símbolos adolescentes teve como correspondência a proliferação de identidades juvenis e ofereceu terreno para a *mitificação da juventude* que culminou na Revolução Juvenil de 68 que

realizou o mito da juventude como entidade autônoma que buscava uma cultura própria independente do mundo dos adultos. No entanto, esse processo não se sustentou, uma vez que ocorreram mudanças na sociedade e nos padrões socioculturais que culminaram com a emergência da lógica do consumo. Não podemos deixar de destacar ainda nos anos 60 e 70 os movimentos da contracultura e dos *hippies*, que “ameaçavam” a ordem social com sua atitude crítica.

Na passagem dos anos 70 para os anos 80, o capital se aproveitou diante de uma juventude que se revelara um poderoso exército de consumidores, livres de freios morais e religiosos que regulavam a relação do corpo com os prazeres e desligados de discursos tradicionais (Kehl, 2004). A lógica do consumo passou, portanto, a fornecer uma multiplicidade de referências e opções que permitiram que aquilo que era próprio da cultura juvenil fosse apropriado pelo tecido social como traços idealizados de estilos de vida. Assim, podemos dizer que a *mitificação da juventude* deu lugar à *idealização da juventude*, à medida que suas diversas representações foram apropriadas pela lógica do consumo. Esse olhar idealizado, que a sociedade contemporânea dirige ao adolescente, foi facilitado pela cultura de consumo e pelo culto à liberdade (Garcia e Rocha, 2008).

Pode-se dizer que a adolescência passou a ocupar o lugar de ideal cultural não só pelo fato de levar os sujeitos a quererem permanecer nesta etapa da vida, mas também por ditar tendências mercadológicas, culturais e de lazer. Nesse sentido, imagens e insígnias adolescentes passaram a ser vendidas e cultuadas como aquilo que deveria ser desejado por todos; elevadas à categoria de modelo identificatório para pessoas de todas as faixas etárias, configurando um estilo que influencia modos de vida (Garcia e Rocha, op.cit).

Para Matheus (2002) a imagem de cada geração traduz os conflitos vividos em cada momento histórico. Gurski (op.cit) aponta que a geração dos anos 60 e 70 ficou marcada como sendo idealista e utópica e que em relação à qual a juventude dos anos 80 foi considerada individualista, consumista e indiferente aos assuntos públicos. Uma das manifestações do individualismo da geração de 80 pode ser vista no fenômeno do “ficar com”, que surgiu de acordo com Chaves (2001) a partir da década de 80 e continua presente até hoje, caracterizando-se como um modo inédito de busca do prazer sexual independente da existência de um vínculo continuado entre os parceiros. A principal característica dessa modalidade de relacionamento tão cara aos adolescentes é a ausência de qualquer compromisso entre os pares, pois o que se busca apenas é o prazer sexual imediato. Os adolescentes escolhem o ‘ficante’ com a mesma flexibilidade que se escolhe um produto disponível no supermercado. Diante disso, Chaves (op.cit) aponta a negação da alteridade

como o princípio fundamental do ‘ficar com’, pois o outro com quem se ‘fica’ não é visto como um indivíduo que possui sentimentos e com quem se poderia compartilhar experiências numa relação continuada, mas sim como uma simples fonte potencial de prazer sexual num determinado momento.

Por fim, a geração dos anos 90 voltou a ser representada como rebelde e desregrada (tal como a geração dos anos 60), tendo suas ocupações do espaço público associadas à violência e ao vandalismo. Matheus (op.cit) aponta que a geração de 90 pode ser considerada fruto da falência das instituições de socialização; da cisão entre integrados e excluídos, de uma cultura hedonista e individualista, na qual os jovens aparecem como vítimas e promotores da dissolução social. Gurski (op.cit) destaca ainda que:

Após a evidência juvenil dos anos 1960, foi na década de 1990 que os jovens voltaram a ocupar o primeiro lugar na mídia. Ocorreu uma espécie de boom de revistas e jornais destinados ao mundo teen, momento em que a juventude virou tema de atenção das mídias em geral. Às vezes, nas páginas de entretenimento, mas predominantemente nas matérias dirigidas aos adultos e aos impasses enfrentados para lidar com a condição juvenil, os adolescentes foram, aos poucos, ganhando o lugar de “tutores da desordem”, só que dessa vez sem a tolerância do início dos tempos modernos (p.54).

Entretanto, apesar dessa midiaticização crescente da juventude nos meios de comunicação, os jovens continuam sendo “semi-invisíveis” na medida em que não podem ser vistos, ouvidos e compreendidos como sujeitos que têm questões próprias (Abramo, 1994). Nos anos 2000 continuamos a assistir a midiaticização da juventude, mas ganha destaque o fenômeno do prolongamento da adolescência. Um exemplo disso é que recentemente uma nova orientação, para psicólogos americanos, passou a pregar que a adolescência deve ir até os 25 anos, e não apenas até os 18 anos como estava previsto anteriormente⁵. Estudos apontam que este prolongamento da adolescência é um fenômeno característico do nosso tempo, sendo que nos últimos anos assistimos a uma mudança nos limites de idade que definem a adolescência, que antes começava aos 12 e terminava aos 18 anos (Rannã, 2005).

Jeammet (2005) se utiliza do neologismo *adulescência* para designar esse fenômeno e considera que na contemporaneidade está cada vez mais fácil fixar o início da adolescência a partir das manifestações da puberdade no corpo, mas por outro lado, fica difícil determinar o

⁵ Em matéria disponível em: <http://oglobo.globo.com/saude/nova-orientacao-para-psicologos-prega-que-adolescencia-agora-vai-ate-os-25-anos-10127417>. Acesso em 24/09/13

seu fim. Temos acompanhado uma puberdade cada vez mais precoce (na Idade Média, por exemplo, o aparecimento da menstruação se dava por volta dos 17 anos, ao passo que hoje se dá por volta dos 13 anos) e uma indeterminação do término da adolescência. A antecipação da puberdade pode ser compreendida pelo maior apelo para o amadurecimento sexual determinado pelo imaginário veiculado pelos meios de comunicação. Além disso, com a liberalização dos costumes, os adolescentes passaram a ter acesso às atividades sexuais e ao conhecimento cada vez mais cedo, no entanto, houve um prolongamento da dependência dos pais seja no plano afetivo, seja no plano material (Castro, 2009).

O prolongamento da escolaridade, o alargamento do tempo de formação profissional (que pode chegar até os 25 anos ou mais), bem como a demora ao ingresso na vida profissional e/ou para estabelecer laços conjugais são fatores que contribuem para esse aumento da dependência. Outro fator a ser considerado é a idealização da adolescência que tem levado como aponta Jeammet (op.cit), a ocorrência de comportamentos *pseudoadolescentes* nos jovens pré-púberes (que imitam as atitudes dos mais velhos) e ao surgimento de uma “pós-adolescência” que prolonga a dependência infantil e posterga o ingresso à vida adulta.

Matheus (2010) aponta que a descontinuidade entre escola e mercado de trabalho se intensificou no final do século XX contribuindo para a postergação do ingresso ao mundo adulto. Para o autor a justificativa para tal descontinuidade se deve tanto pela inadequação entre os anseios juvenis, a preparação ofertada pela escola e as oportunidades encontradas após a formação quanto pelo desemprego crescente. Esse cenário acaba por se configurar como obstáculo para a saída dos jovens da casa dos pais, tornando a passagem para a vida adulta incerta e imprecisa.

Levisky (1998), por sua vez, aponta o excesso de modelos identificatórios ofertados atualmente como causa do prolongamento da adolescência. Para o autor os critérios e pré-requisitos estabelecidos na modernidade para a conquista do status adulto são mais complexos. Levisky faz uma distinção entre indivíduos que vivem uma adolescência curta e os chamados “adolescentes profissionais”. Aqueles, em função de contingências socioeconômicas, mergulhariam na vida adulta sem ter tido tempo para elaborar conflitos maturacionais, tendo uma restrição do campo de experiências intelectuais e afetivas em função da rápida e necessária adaptação à realidade, assumindo um nível de autonomia e responsabilidade que lhes dá menor condição de errar, questionar ou duvidar, pois a preocupação imperiosa é com a sobrevivência. Já os “adolescentes profissionais” seriam aqueles cujo processo adolescente se estendeu no tempo, mantendo-os num estado de

dependência afetiva e econômica; podem ser de famílias abastadas ou não, tendo como ponto em comum um sentimento de não gratificação em assumir suas responsabilidades pessoais e comunitárias que lhe fariam perder seus privilégios infantis.

Apesar de todos estes autores acima citados terem bons argumentos para justificar o prolongamento da adolescência, creio que a leitura mais completa acerca do tema é a desenvolvida por Birman (2006). O referido autor aponta que no século XX, o conceito de *juventude* foi subvertido de modo que aquilo que era descrito como juventude, até então, não pode ser retomado *ipse littere* pelo fato de que a temporalidade da juventude se alterou de maneira substantiva, tanto na transformação da infância que a precede, como na da idade adulta que a sucede.

Birman (op.cit) demonstra que se tomarmos como referência os anos 60, por exemplo, veremos que a adolescência começava mais tarde, mas terminava mais cedo se comparada aos dias de hoje, isso porque a infância tinha uma duração mais longa do que acontece atualmente. Nos dias de hoje, assistimos a exigências de performances cada vez maiores impostas às crianças, em especial aquelas ligadas às atividades de aprendizado e educação (Ehrenberg, 2010). Nesse sentido, houve um incremento de uma rivalidade cada vez mais cedo com uma precoce preocupação com o futuro. Em contrapartida, o espaço para o lúdico e para as brincadeiras se reduziu consideravelmente. Vemos assim a configuração de um mundo que enfatiza a rivalidade e esvazia as relações de troca entre as crianças; sendo que a solidão se faz cada vez mais presente no mundo infantil atual, passando a ser preenchida pela presença de jogos eletrônicos, televisão e internet levando a criança a conviver com personagens virtuais, o que perturba ainda mais sua já precária experiência de alteridade.

A superexposição através dessas mídias a temas do mundo adulto como sexualidade, drogas e violência, somada a maior ausência dos pais ao longo do dia, deixa as crianças sem um contraponto seguro ante aquilo que incide sobre elas, impossibilitando a metabolização simbólica destas mensagens e temáticas. Tudo isso concorreu para a diminuição do tempo da infância, alterando também as relações da criança com o corpo, com os interditos e com o outro (Birman, op.cit). Ainda neste contexto, as mulheres buscaram construir sua singularidade, reivindicando direitos iguais aos dos homens, buscando ir além da condição materna. Esse processo desencadeou em uma transformação na ordem familiar, sendo que as mulheres passaram a estudar e a buscar inserção no espaço social, disputando com homens posições no mercado de trabalho. A repercussão disso se fez visível na família nuclear que deixou de existir nos moldes da sociedade moderna (constituída pela figura de pais, mãe e filhos), sendo que a figura materna passou a ter projetos existências próprios e independentes

da família. Com isto, os divórcios passaram a ser mais frequentes, uma vez que o maior compromisso passou a ser com os projetos existenciais individuais e não mais com a ordem familiar (Birman, op.cit).

O progressivo distanciamento das mães não foi, no entanto, substituído por uma maior presença dos pais, o que afetou a *economia dos cuidados* para com crianças e adolescentes. Esse cenário fez com que crianças e jovens fossem deixados à deriva e desamparados de modo sem precedentes no campo da família. Os pais ausentes em função do trabalho passaram a ser substituídos por empregados e por atividades complementares à escola, no entanto, ambos não têm a mesma ressonância afetiva que a presença dos pais e o efeito disso foi o abandono e a precariedade de investimentos das crianças e jovens.

Essa fragilidade de investimento afetivo se faz sempre presente e tem tido desdobramentos nefastos; dentre os quais Birman (op.cit) destaca a “entrega” dos jovens a cultura da televisão e da internet, que acabam tendo um efeito sobre eles muitas vezes maior que os discursos escolar e parental. Os jovens encontram na tela da TV ou do computador um meio para tentar suprir a carência de cuidados e a solidão de suas existências. Diante disso, o jovem fica exposto precocemente à sexualidade e à violência e passam a não compartilhar mais com seus iguais os espaços públicos, que estão esvaziados. O maior efeito disso é a fragilização psíquica das crianças e jovens que, por não poderem experimentar as dificuldades e impasses da vida em sociedade, não constroem medidas de proteção para isso. Com isso, o trauma se torna uma experiência comum, uma vez que os jovens, ao não aprenderem a antecipar o perigo, ficam expostos a experiências traumáticas (Birman, op.cit).

Esta fragilização juvenil faz com que qualquer coisa possa se tornar perigosa e leva a um *engaiolamento espacial* que incide sobre o psiquismo e o registro de liberdade. Diante disso, surgem os sentimentos de impotência e a restrição da liberdade de ir e vir, o que pode fazer com que o jovem lance mão da violência como defesa para lidar com tais situações. Sendo privada psiquicamente da presença dos pais e “ilhada” da violência urbana e do espaço público, a juventude se inscreve atualmente num cenário paradoxal, tendo em vista que a privação e fragilização afetiva pelo excesso de proteção os levam a uma infantilização e prolongamento de sua condição de adolescente, a qual se arrasta além dos limites desejáveis e invade a idade adulta. Na sequência de nosso trabalho, continuaremos a situar nosso objeto adolescente a partir da nossa “lente”, enfatizando agora a adolescência a partir da leitura freudiana e de autores pós-freudianos.

2.2 A adolescência na perspectiva psicanalítica

Foi a partir de 1905, com a obra *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, de Sigmund- Freud (1856-1939), que a existência da sexualidade infantil foi reconhecida, o que levou ao rompimento com a crença corrente de que a sexualidade surgia na puberdade; demonstrando que a decisão da atitude sexual é resultado de fatores constitucionais (que correspondem à evolução da libido) e acontecimentos vivenciados na infância.

Para a teoria psicanalítica, a infância nunca desaparece, bem como nunca se alcança a maturidade sexual absoluta; não há, portanto, a substituição de uma velha estrutura por outra nova, mas sim uma transformação em algo novo que conserva algo do antigo em si. A organização sexual adulta contém as organizações sexuais infantis, sendo que estes elementos persistem ainda que ressignificados ou revalorizados. Freud contribuiu para destruir o “mito da idade adulta”, o que nos leva a questionar os valores normativos de estabilidade e maturidade (Tubert, 1999). Cada experiência vivida influi no desenvolvimento posterior, os elementos de fases anteriores são retidos e ao mesmo tempo o novo não desloca o antigo, mas o transforma. Assim sendo, seria ilusório falar em “fases” sucessivas, pois alguns fenômenos iniciais só adquirem sentido em momentos posteriores como nos mostra Freud (1905/1996).

Freud (op.cit) associou a sexualidade com as manifestações pulsionais, que antes de serem determinadas pelo amadurecimento de aspectos biológicos, são constituídas e transformadas na relação com o outro, fator determinante na formação de objetos sexuais e de configurações subjetivas. Assim sendo, a ideia desenvolvimentista de que a vivência da puberdade estaria ligada a uma maturação biológica, bem como o estabelecimento de uma cronologia para sua ocorrência, se chocam com a noção de sexualidade e de sujeito singular propostas por Freud, pois mantêm uma relação de causalidade linear e direta entre as mudanças orgânicas e os processos subjetivos destinados à adolescência. Para Freud, são as relações estabelecidas pelo sujeito que deflagram os caminhos da sexualidade e os processos subjetivos que delas decorrem. Freud (1921/2010), já apontava isso ao falar da impossibilidade de separar o social e o individual. Nesse sentido, vemos que a puberdade está sujeita à rede social que esta, por sua vez, atrelada ao contexto cultural no qual o sujeito está inserido, bem como à história singular deste, envolvendo suas fantasias e desejos (Bertol e Souza, 2010).

Como para a psicanálise a constituição psíquica advém das marcas identificatórias, podemos considerar que o indivíduo é o resultado de sua história e não pode ser destacado do

campo social no qual está inscrito. Nesse sentido, Matheus (2002) aponta a adolescência como um fenômeno duplamente histórico:

enquanto modo como o fenômeno da juventude se configurou na modernidade, resultante da falência de dispositivos, tais como ritos articuladores da passagem do universo infantil ao adulto, e, também, como expressão de determinadas questões sociais reformuladas por estes sujeitos em seu questionamento (p. 94).

Birman (2006) enaltece que a Psicanálise de Freud e os escritos de Ariès e Foucault tiveram o mérito de desbiologizar a sexualidade e de inscrevê-la num registro simbólico, contribuindo para desnaturalizar sistematicamente a concepção de infância na tradição ocidental e lembrar sua dimensão histórica. Já Tubert (1999) formula uma crítica às teorias que consideram a infância e a adolescência como meras etapas, caracterizadas pela imaturidade e com caráter provisório a caminho de uma maturidade definitiva. Para a autora, a maturidade seria uma “máscara” que reforça a fronteira entre infância e idade adulta, ocultando aspectos que poderiam ser considerados como sinais inaceitáveis de maturidade (indecisões, dúvidas, por exemplo). Por trás de tal máscara, o adulto se veria obrigado a rejeitar sua infância e adolescência como fases preparatórias que supostamente ficaram para trás. Nesse sentido, conceitos como: maturidade, estabilidade, equilíbrio e idade adulta entraram em crise, já que fazem parte de ideologias repressivas, a serviço da manutenção da ordem estabelecida. De acordo com os ideais e valores dominantes na sociedade em dado momento histórico, certos “resultados” produzidos com maior frequência pela estrutura são tomados como “ideais” e transformados em “finalidades”.

Diante disso, Tubert (1999) propõe uma concepção da adolescência como uma configuração que não começa ou acaba em um dado momento da vida, mas sim como produto de uma história que se inicia com o nascimento da criança e até antes disso, quando aparece o projeto de vida na história daqueles que a geraram. Os fenômenos que aparecem como naturais no adolescente são, na verdade, produtos de vínculos humanos cristalizados; há, portanto, uma relação dialética entre a história, que é reconstrução e não evolução das relações intersubjetivas, e a situação presente, que atualiza e revela o histórico, ao mesmo tempo em que lhe confere uma nova significação. A seguir veremos como Freud tratou a adolescência ao longo de sua obra.

2.2.1 Adolescência na obra de Freud

Na Psicanálise, o tema da adolescência (*Heranwachsen*) só aparece secundariamente, sendo que Freud menciona com muito mais frequência o termo puberdade (*Pubertat*), mais usual na linguagem da época. Para nomear aquele que vive essa fase, Freud fala ora em jovem (*Jugen*), ora em adolescente (*Jungling*), ora em menino (*Kindes*). Freud elegeu apenas um capítulo dos *Três ensaios sobre a sexualidade* (1905) para discutir diretamente o tema da adolescência. O vértice deste texto é, assim, como em toda obra de Freud, a sexualidade, cuja existência é situada aqui desde a infância (sexualidade infantil) em oposição à concepção corrente na época, que situava na puberdade o início da vida sexual. Freud destaca a presença da sexualidade na puberdade e no desenvolvimento da genitalidade, uma nova finalidade sexual em contraste com a sexualidade infantil e que se dá concomitantemente ao amadurecimento dos órgãos genitais, que se tornam aptos à função procriativa.

Devemos lembrar que até 1893 (até a teoria da sedução) o próprio Freud compartilhava a noção da sexualidade como experiência inaugurada na puberdade. Na teoria da sedução, a emergência da sexualidade, a partir da puberdade, seria responsável por mobilizar os conteúdos traumáticos infantis adormecidos e provenientes da experiência sexual precoce. A partir de 1897, a sexualidade infantil ganha novo estatuto, passando a ser vista como um aspecto inerente à constituição humana e não uma eventual ocorrência traumática.

Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*, Freud (1905/1996) pretendia sustentar essa nova posição e rever o lugar da experiência pubertária no processo de constituição psíquica. O terceiro ensaio é dedicado à metamorfose da puberdade e tem início da seguinte forma:

Com a chegada da puberdade se introduzem as mudanças que levam a vida sexual infantil a sua configuração normal definitiva. Até esse momento a pulsão sexual era predominantemente auto-erótica; agora, encontra o objeto sexual. Até ali, ela atuava partindo de pulsões e zonas erógenas distintas que, independendo umas das outras, buscavam um certo tipo de prazer como alvo sexual exclusivo. Agora, porém, surge um novo alvo sexual para cuja consecução todas as pulsões parciais se conjugam, enquanto as zonas erógenas subordinam-se ao primado da zona genital (Freud, 1905/1996, p.196).

Vemos, a partir deste trecho, duas mudanças que configuram a puberdade, encarada por Freud como momento de definição da vida sexual; o processo de escolha objetual e a subordinação de todas as fontes originárias de excitação sexual ao primado das zonas genitais, ambas pré-figuradas na vida infantil. A sexualidade infantil era caracterizada por Freud em 1905 como *autoerótica*, marcada pela experiência de prazer com o próprio corpo, porém sem descartar a existência de vínculos e objetos amorosos, tais como o seio materno que é o primeiro objeto libidinal. Na puberdade, a sexualidade deixaria de ser *autoerótica* para realizar uma escolha objetual para além do próprio corpo. Tal escolha seria favorecida pelo incremento da pulsão sexual à medida que a zona genital conquista primazia sobre as demais e as reordena.

Matheus (2010) pontua que a escolha objetual experimentada na puberdade possui para Freud uma dimensão incestuosa (a escolha das mesmas pessoas a quem se ama desde a infância é o caminho mais curto, assim, o menino, por exemplo, perseguirá a imagem da mãe) e se apoia nas marcas mnêmicas deixadas pelas experiências infantis. Freud descreve que uma barreira para tal incesto se daria:

Quando a ternura dos pais pelo filho é bem-sucedida em evitar que a pulsão seja prematuramente despertada nele, ou seja, antes que se dêem as condições somáticas da puberdade, e despertada com tal força que a excitação anímica irrompa de maneira inconfundível no sistema genital, essa ternura pode cumprir sua tarefa de orientar esse filho, na maturidade, em sua escolha do objeto sexual (Freud 1905/1996, p.212).

A barreira do incesto é decorrente, portanto, do adiamento da maturação sexual com a qual se ganha tempo para a integração de preceitos morais que excluem da escolha objetual as pessoas amadas na infância, na qualidade de parentes consanguíneos. Esse adiamento como destaca Matheus (2010) denota que a interdição na infância se sustenta mais numa questão concreta (incapacidade física para realizar as fantasias incestuosas) do que na dimensão simbólica, ou seja, a barreira do incesto depende da *desproporção maturacional*. Em função disso, a fantasia de realização do desejo incestuoso tende a se tornar mais presente na puberdade, exigindo assim sua interdição. A seguir, Freud assinala que paralelamente à desistência das fantasias incestuosas, acontece o desligamento da autoridade dos pais, o que ele caracteriza como *uma das realizações psíquicas mais significativas, porém também mais dolorosas, do período da puberdade* (Freud 1905/1996, p.214), e considera, ainda, que esse desligamento seja fundamental para “o progresso da cultura”.

Para compreendermos a importância da puberdade na obra de Freud, devemos lembrar que o complexo de Édipo, embora esboçado na infância, só surgiria em plena luz no momento da puberdade, ou seja, apesar dos indícios de um Édipo na infância, seria com a maturação sexual na puberdade que as fantasias de realização do desejo incestuoso ocorreriam. Portanto, a maturação sexual ocorrida na puberdade e aceita pelo senso comum, servia *como apoio ao “desenvolvimento” da sexualidade que Freud buscava descrever* (Matheus, op.cit p.168).

Freud buscava uma alternativa que lhe permitisse legitimar a singularidade psíquica cara à psicanálise; uma alternativa entre uma vertente essencialista/inatista e uma tendência generalizadora com ênfase no caráter adquirido e segundo a qual o indivíduo seria moldado pelas circunstâncias do momento em que se encontra. Matheus (op.cit) destaca que nos *Três ensaios*, Freud pende para o lado dos fatores orgânicos e constitucionais em detrimento dos acidentais/externos e que a justificativa para isso se deve pelo fato de que a teoria freudiana ainda não dispunha à época de recursos suficientes para dar destaques a estes fatores frente aqueles.

Mesmo quando fala nos “inibidores morais” e destaca o asco e a vergonha, Freud os atrela ao condicionamento orgânico, fixado hereditariamente. Monzani (1989) aponta que ao abandonar a teoria da sedução em 1897, Freud relega os fatores acidentais ao segundo plano e resgata os fatores constitutivos numa aproximação ao determinismo organicista da psiquiatria clássica. Para Monzani (op.cit) isso explica em parte o porquê do complexo de Édipo, formulado há alguns anos, não ser claramente anunciado no texto de 1905. O autor nos lembra que as formulações das fases pré-genitais, bem como as teorias sexuais infantis, foram acrescentadas aos *Três ensaios* em 1915. Além disso, os conceitos de castração e narcisismo surgem posteriormente dando destaque à identificação e permitindo a antecipação do complexo de Édipo, atribuindo um caráter menos organicista a sua teoria da constituição do sujeito.

Ainda de acordo com Monzani (op.cit), Freud não abandonou em definitivo a teoria da sedução, tampouco a vertente organicista dos *Três ensaios*. Foi num terceiro momento que Freud correlacionou, de modo mais equilibrado, os fatores internos e externos. Freud, em 1905, destaca o constitucional, já em 1914 realça o acidental, tendo por fim descrito, em 1920, a correlação dos fatores como uma “série complementar” para conceituar o equilíbrio entre fatores constitucionais e acidentais na determinação da sexualidade e na constituição do aparelho psíquico.

Assim sendo, vemos que a hipótese filogenética (na qual algo herdado se torna elemento constitutivo, mas que teria sido adquirido nas gerações anteriores) foi a saída

encontrada por Freud para refutar o inatismo e relativizar o caráter adquirido que situaria o homem como simples produto do meio (Matheus, op.cit). Para Mezan (2001) a hipótese filogenética apresentava a fundamentação orgânica que se apresentava a Freud como a mais condizente com a amplitude atribuída ao complexo de Édipo e ao seu lugar na constituição do ser humano. Vemos, portanto, que a referência orgânica servia para Freud como apoio em sua busca para se desprender do saber médico, mas sem perdê-lo de vista. A puberdade descrita por Freud encontra-se na encruzilhada desses caminhos, pois:

É tanto o momento em que o impulso orgânico volta a marcar presença, pela manutenção previamente determinada, quanto o *momento segundo* da experiência sexual, que não se prende ao biológico, tendo em vista a capacidade de o anímico interferir também nas funções orgânicas e se impor como determinante (Matheus, 2010, p.179).

A princípio, o ensaio a *metamorfose da puberdade* destaca as mudanças fisiológicas pelas quais passam cada organismo e as transformações psíquicas daí decorrentes. No entanto, como lembra Matheus (op.cit) o texto foi recebendo ressignificações que foram sendo inseridas em edições posteriores. Em uma delas, em 1915, Freud destaca que a escolha objetal se daria em dois tempos, sendo um anterior e outro posterior ao período de latência. Essa dupla temporalidade da escolha objetal seria, portanto, o que caracteriza a sexualidade humana e a puberdade seria o momento no qual acontece a segunda ativação sexual e que seria possível a escolha objetal definitiva.

Nesse momento ocorreria, segundo Freud (1905/1996), uma reordenação da composição pulsional a partir do direcionamento da função sexual a serviço da função de reprodução. Podemos encarar essa reordenação tanto como uma indicação de algo novo como uma retomada de algo anterior, ou seja, *um novo enlace a partir da marca mnêmica que o precede e determina* (Matheus, op.cit, p.182). Já no Projeto de psicologia (1895), Freud apontava para o papel relevante da puberdade na etiologia das neuroses, a medida que a alteração ocorrida nesse segundo momento fazia com que as experiências aí vividas remontassem às marcas infantis. Para Matheus (op.cit):

Se as marcas iniciais são inaugurais, as demais são responsáveis pela conotação que as primeiras passam a ter, de acordo com “os processos afetivos” em jogo. Mas, como sugere o argumento do texto *Mais além*, não é a vivência psíquica propriamente dita

que é remodelada, mas sim aquilo que dela não conquistou representação e perdura como algo, que, nos termos de Freud, não pode ser “ligado” (p.184).

Nesse sentido, o segundo momento da experiência sexual pode ser compreendido como resgate de algo já vivido (será sobre o complexo de Édipo, ponto culminante do primeiro momento da experiência sexual, que o segundo momento irá incidir e se reportar) e como uma tentativa de fazer ligação e conquistar significado para os estímulos internos ou externos que invadem o aparelho mental. Há, portanto, uma exigência imposta ao aparelho mental para que realize um trabalho psíquico que dê conta do excesso de estímulos internos (como o incremento pulsional da puberdade) e externos (provenientes do universo que se abre a partir do afastamento do universo familiar). Em ambos os casos, o esforço é dirigido a fim de conquistar inscrição psíquica e rever a dicotomia entre interno e externo. No entanto, devemos lembrar que nunca é possível realizar tal trabalho plenamente, logo, sempre há um resto não elaborado que não faz ligação e que configura o que vem a ser o *trauma*. Freud (1905/1996) apontou que o segundo momento da sexualidade é acompanhado de uma nova escolha objetal, ou seja, de uma renovação do objeto de amor infantil, o qual faz reviver a imagem mnêmica parental inaugurada na infância.

Já no texto *Romances Familiares* (1909/1996), Freud cita a atividade fantasiosa presente na puberdade e que se sustenta na busca de autonomia frente aos progenitores. Trata-se, de acordo com Matheus (op.cit), da ambição de se parecer com eles (ao progenitor do mesmo sexo) sendo que:

por um lado, a ambição respeita a admiração frente a este progenitor tomado como modelo, mas, por outro lado, visa a liberdade frente aos pais e sua substituição por “outros”, configurando a tempestuosa ambivalência edipiana a ser equacionada na constituição dos ideais (Matheus, 2010, p.195).

Devemos ressaltar que a noção de autonomia, nesse contexto, é bastante relativa, tendo em vista que o desprendimento da autoridade depende da possibilidade de fazer valer o modelo parental inscrito na primeira infância. Para Freud, essa “missão” do adolescente de acoplamento à comunidade não é nada fácil, sendo que:

Desprender-se da família se torna para cada jovem uma tarefa cuja solução deve apoiar mediante ritos de puberdade e iniciação. Tem-se a impressão de que estas

dificuldades seriam inerentes a todo desenvolvimento psíquico; mais ainda: no fundo, a todo desenvolvimento orgânico (Freud apud Matheus, 2010, p. 202).

A puberdade (associada ao segundo momento da sexualidade) depende da experiência infantil para tomar a forma que lhe é possível. No início, a questão da puberdade era marcada por um determinismo endógeno, no entanto essa vertente passa a privilegiar a perspectiva simbólica com a explanação acerca do complexo de Édipo, do processo identificatório e da castração. Assim sendo, se:

Em 1905 a puberdade era vista como momento de síntese (das moções sensual e terna), de integração das pulsões parciais e de escolha objetal definitiva, marcada pela alteridade. Essa posição perde força com o desenvolvimento do pensamento freudiano, que passa a questionar o caráter conclusivo deste processo. (Matheus, op.cit, p.197).

Em *Psicologia das Massas*, Freud (1921/2010) indica o caráter incompleto da síntese a ser realizada na puberdade, colocando em xeque a possibilidade do domínio das exigências pulsionais e a completude das sínteses dos investimentos libidinais. A impossibilidade de harmonização das forças que mobilizam o ser humano é o eixo argumentativo de *O mal-estar na civilização* (1930/2010), no qual Freud aponta que o conflito entre indivíduo e o coletivo é inevitável, tendo como resultado múltiplos arranjos, tais como recalques, deslocamentos, sublimações e sintomas diversos. A missão de se desprender do universo familiar leva cada jovem a confrontar o cenário social específico no qual está inserido, de acordo com os dispositivos sociais disponíveis ou não. Assim, vemos que o desamparo se faz presente nesse momento decisivo, proporcionando uma condição de disponibilidade para a promoção de laços identificatórios com as referências disponíveis. Para Matheus (op.cit):

O desamparo funciona como um vácuo responsável pelo empuxo (força centrípeta) que tende a trazer para as inscrições ideais do aparelho psíquico (ideal de eu), os dispositivos oferecidos em cada meio, ou seja, fazer uso dos traços compartilhados com aqueles que são percebidos como semelhantes, lançando mão dos ideais das massas (ou segmentos) das quais cada um participa, ou mesmo, dos ideais da cultura de modo geral, heterogeneamente constituídos (p.204).

Em *Totem e Tabu*, Freud (1913/2012) descreveu esse processo ao abordar os laços estabelecidos entre os irmãos da horda, laço este estabelecido a partir da impotência de cada um diante da opressão do tirano, que fez com que os irmãos se percebessem semelhantes e os levou a realizar o gesto capaz de instalar a lei da cultura. Matheus (op. cit) destaca que a identificação não se restringe aos traços admirados do pai, mas também depende dos traços compartilhados entre os irmãos e na culpa que expiaram ao cumprirem a tarefa. A partir de *Totem e Tabu* podemos ver a ambivalência dos conflitos com os quais os jovens se deparam consigo próprio e com seus ídolos, bem como a hostilidade a partir da qual se formam os laços entre semelhantes, capazes de conter o mal-estar cultural. Nesse processo, emergem os ideais como inscrições norteadoras de um vir a ser e que marcam a singularidade do sujeito ao mesmo tempo em que o amarra a seus semelhantes, garantindo a costura do tecido social. É nesse movimento paradoxal, de ressignificação da singularidade do sujeito, mas também de amarração do tecido social, que se pauta o segundo momento da sexualidade (Matheus, op.cit).

A investigação deste segundo momento da sexualidade implica sustentar a tensão estabelecida com os conceitos formulados por Freud ao longo de sua obra. Assim sendo, se por um lado não podemos desconsiderar as transformações pubertárias, por outro não podemos sustentar uma relação causal e linear entre maturação orgânica e os determinantes do campo simbólico, sustentados pela complexa rede de identificações e escolhas objetais, pautadas por ambivalências e contradições. Após 1905, Freud dá maior destaque ao campo simbólico, às identificações, ao complexo de Édipo e de castração, revendo a perspectiva finalista adotada inicialmente com relação ao processo pubertário (Matheus, op.cit). Podemos considerar que:

se esta (puberdade) ganhou destaque no início da obra de Freud, é porque, como resquício do próprio senso comum do qual buscava se diferenciar, a magnitude da experiência sexual continuava pendendo para a puberdade e o complexo de Édipo ainda era aproximado de modo incerto a este segundo e não à experiência infantil. Com a gradual antecipação do Édipo, o segundo momento da sexualidade assume lugar secundário, mas nem por isso menos importante na vida sexual e na constituição do psiquismo (Matheus, op.cit, p.207).

O segundo momento da sexualidade ocorre após o período de latência, que vai dos 5 aos 6 anos de idade até o começo da puberdade e é compreendido como um tempo em que a

primeira eflorescência da sexualidade fenece, surgindo atitudes do eu como vergonha, repulsa e moralidade, que estão destinadas a fazer frente à tempestade ulterior da puberdade e a alicerçar o caminho dos desejos sexuais que se vão despertando. Levisky (1998) destaca, no período de latência, uma cisão quase total entre os interesses e fantasias ligados à sexualidade e os interesses egóicos voltados para a vida social e intelectual. Assim sendo, o surgimento do segundo momento da sexualidade vem renovar, *a posteriori*, as marcas deixadas na experiência infantil e que estavam amortecidas durante a latência. Esse momento é ainda marcado pelo confronto com os dispositivos sociais, um momento em que há um confronto com o não simbolizado sexual/narcísico e no qual se torna presente o ideal de participação no corpo social que precede o jovem. Esse momento demanda uma solução conforme a organização psíquica prévia e os dispositivos sociais disponíveis ao jovem (Matheus, op.cit).

Em função desse cenário, a noção de *crise* fica associada ao segundo momento da sexualidade, uma vez que o sujeito está em conflito com seus anseios e desejos contraditórios, bem como com seus semelhantes. Este conflito que é:

ora negado, ora fomentado, ora compreendido, no gesto ou na palavra, sempre marcados pela perseverança da produção simbólica, fruto de uma pulsão de vida que busca, insistentemente, reconstruir ligações, cadeias significantes, sobre o inominável (Matheus, op.cit, p. 210).

Num sentido amplo, o sujeito freudiano está desde o princípio mergulhado numa *crise*, tendo em vista o insolúvel mal-estar que o acoessa; já num sentido específico, tal *crise* descreve o momento no qual a organização psíquica se mostra insuficiente e demanda uma reordenação. Freud (1937/1996) utilizou o termo *crise* em alusão ao momento no qual o sintoma emerge em função de uma experiência recente, que se mostra insuportável na medida em que atualiza conflitos precedentes com efeito retardado. Assim sendo, há crise:

porque há o confronto com um efeito retardado de algo que não conquista sentido, confronto com a dimensão impossível e enigmática da condição humana, a partir das experiências da ordem do sexual e do poder, que expõem as nervuras do social, que antecede e determina o sujeito psíquico singularmente considerado (Matheus, op.cit, p.211).

Vale destacar que o segundo momento da sexualidade pode acontecer antes, durante ou após a puberdade, tendo em vista que não são exclusivamente os fatores maturacionais que deflagram esse processo. Freud postulou uma composição de fatores articulados na rede de *séries complementares* que não permitem uma causalidade linear. As três séries descritas por Freud foram: fatores inatos ou heredo-constitucionais, as precoces experiências infantis e os fatores ambientais atuantes na atualidade do sujeito. A conjunção das duas primeiras séries resulta em um estado de disposição que determina a formação de pontos de fixação no psiquismo e que, interagindo com a terceira série (representada pelas frustrações impostas pelos fatores externos reais), desencadeia e produz os mais diversos casos de psicopatologia (Zimmerman, 1999). O conceito de *séries complementares*:

reformula a complexa relação entre o inato e o adquirido, (mas) mantém presente a dualidade entre as categorias de exterior e de interior que pautam essa discussão. Fruto da modernidade, a psicanálise é herdeira da segmentação entre os espaços público e privado, assim como da noção de indivíduo como ser único e singular que reproduz essa mesma dualidade (Matheus, op.cit, p. 212).

Freud buscou um espaço específico e discriminado para o aparelho mental, que não se reduziria às determinações inatas ou às contingências do meio, no entanto, trabalhou até o final de sua obra com a perspectiva de um *mundo externo* e um *mundo interno*. Por fim, vemos que a partir da obra de Freud, a ênfase na puberdade recaiu sobre o acesso à sexualidade, levando aspectos como as modificações pulsionais, o corpo, o narcisismo, o *ideal de eu* e o problema da identidade e das identificações a ganharem destaque (Marcelli, 2009).

Diante disso, vemos o extenso *cardápio de possibilidades* (Birman, 2006) que podem ser abordadas em um estudo sobre a adolescência, o que demonstra a complexidade de pensar este tema na atualidade. Assim sendo, fazem-se necessários recortes temáticos que enfatizem certas questões em detrimento de outras, portanto, elencaremos em nosso estudo temas que nos ajudem a alcançar nossos objetivos, a saber: a questão do *narcisismo*, do *ideal de eu*, bem como os processos identificatórios.

2.2.1.1 Do narcisismo primário ao narcisismo secundário

O conceito psicanalítico do *narcisismo* foi cunhado por Freud em um momento de muita discórdia com os até então discípulos Adler e Jung. Um dos principais motivos que levou Freud a escrever *Introdução ao narcisismo* (1914/2010) foi responder a crítica que Jung lhe fazia com relação à prevalência do fator sexual para explicar o funcionamento psíquico. A construção do conceito de narcisismo subverteu a primeira teoria das pulsões, pois o eu, visto até então como instância deslibidinizada, passou a ser um objeto de investimento libidinal, deixando de ser uma instância neutra no conflito psíquico. Desta forma, o conflito psíquico que antes era caracterizado pela oposição entre pulsões sexuais (inconscientes) e o eu (consciente) passa a ser reformulada, admitindo a existência de uma libido do eu simultaneamente a uma libido de objeto.

No texto de 1914, Freud define *narcisismo* como o comportamento mediante o qual um indivíduo trata seu próprio corpo de maneira semelhante a como se costuma tratar o corpo de um objeto sexual. Em seus estudos, Freud nos mostra que tal investimento sexual no próprio corpo não se encontra apenas na psicopatologia, mas também no desenvolvimento normal de todo indivíduo. Freud estuda os fenômenos narcísicos em especial por três vias, a saber: através da psicose, da doença orgânica (hipocondria) e da vida amorosa.

Com relação à psicose, em especial na esquizofrenia, Freud (1914/2010) nos mostra que “a libido retirada do mundo externo foi dirigida ao *eu*, de modo a surgir uma conduta que podemos chamar de narcisismo” (p.16), assim sendo, a libido se refugia na megalomania do delírio de grandeza. Esse delírio de grandeza seria de acordo com Freud resultado da extensão de um estado que já existia previamente; o *narcisismo primário*, uma herança do ideal narcísico dos pais, no qual o sujeito toma seu corpo como sendo ao mesmo tempo fonte e objeto da libido; este período é caracterizado pela total indiferenciação entre o *eu* (submetido e confundido com o *id*) e a realidade exterior, tal como acontece na vida intra-uterina, sendo que do ponto de vista do bebê, a mãe é encarada como um prolongamento.

No delírio de grandeza do esquizofrênico, Freud encontra características semelhantes às aquelas que tinha descoberto no pensamento primitivo da criança, tais como a onipotência de pensamento, a magia e a megalomania. Nesse sentido, Freud (op.cit) postula a existência na criança de um investimento originário do *eu* (*narcisismo primário*) do qual uma parte será cedida posteriormente aos objetos, ou seja, dirigida às pessoas do mundo exterior. Tal investimento do *eu* persiste durante toda a vida *relacionando-se aos investimentos de objeto como o corpo de uma ameba aos pseudópodes que dele avançam* (p.17). Ao opor uma libido

do *eu* a uma libido do objeto, Freud estabelece um balanço entre duas direções de investimento, considerando que *quanto mais se emprega uma, mais empobrece a outra* (p.17).

Apesar de considerar o exame da psicose como a principal via de acesso para o estudo dos fenômenos narcísicos, Freud busca outras formas de fazê-lo abordando a doença orgânica e a vida amorosa. Na doença orgânica, o exemplo dado é o do indivíduo que, ao sofrer uma dor orgânica, retira seu interesse do mundo exterior e de seus objetos de amor num retraimento narcísico. Freud cita o doente hipocondríaco que retira seu interesse e libido do mundo exterior e os concentram no órgão que o preocupa e que o faz sofrer. Já no que diz respeito à vida amorosa, Freud nos mostra que os investimentos libidinais são fundados no narcisismo. O autor aponta que as primeiras satisfações sexuais da criança são vividas em relação ao exercício das funções vitais em que se apoiam (ser alimentada, receber cuidados) e que, mais tarde, esse apoio continua a ser visto no fato de que as pessoas que cuidaram e alimentaram a criança se tornam seus primeiros objetos sexuais. Freud chama de *escolha de objeto por apoio* esse tipo de escolha objetal, que se apoia nas primeiras escolhas de objeto na infância. Contudo, ele também observou casos em que ao invés do sujeito escolher objetos amorosos de sua vida, escolhia a si mesmo; trata-se da *escolha objetal narcisista*. Vale destacar que um tipo de escolha não exclui a outra, e que a escolha objetal narcisista está sempre presente (Freud 1914/2010).

Deste modo se, por um lado, o *narcisismo primário* seria um estágio saudável e necessário ao desenvolvimento da libido, por outro, o retorno a ele poderia indicar a existência de processos patogênicos no psiquismo. Como vimos, Freud compara esse estágio àquele observado nos povos primitivos e nas crianças, caracterizado pela “onipotência dos pensamentos”, a qual revelaria a predominância da atividade inconsciente e seria compatível com a crença de que seus desejos possuiriam um poder mágico de realização. O autor concebe que a onipotência característica do *narcisismo primário* indica a predominância dos processos primários sobre os secundários o que caracteriza a regressão psíquica. Tal regressão, como explica Freud, pode ser utilizada para os propósitos de manutenção da vida e do equilíbrio psíquico, como por exemplo, em uma doença, quando a libido volta-se para o órgão atingido na tentativa de recuperá-lo. No entanto, a fixação na posição libidinal narcísica impediria o desenvolvimento do eu e se constituiria em sinal de patologia presente ou futura, nesse sentido o desenvolvimento do eu implica um processo de distanciamento do *narcisismo primário* (Nascimento, 2011).

Para que ocorra tal distanciamento do *narcisismo primário*, a libido originalmente depositada no eu precisa ser investida, a partir dele, nos objetos, contudo, ocorre uma espécie

de refluxo da libido, a qual, após ter investido e ocupado objetos externos, sofre um desinvestimento libidinal, quase sempre devido a fortes decepções com tais objetos, retornando assim ao seu lugar original, o próprio *eu*; a este processo Freud denominou de *narcisismo secundário*, que seria o retorno dos investimentos do objeto ao *eu*; “o narcisismo que surge por retração dos investimentos objetais como secundário, edificado sobre um narcisismo primário que foi obscurecido por influências várias.” (p.16). A definição freudiana de *narcisismo secundário* como um estado resultante do redirecionamento da libido depositada no mundo externo (objetos e ideais) de volta ao eu, mostra não apenas uma retirada da libido dos objetos e do mundo exterior para o eu, mas sim um retorno a ele (Nascimento, 2011).

A distinção entre narcisismo primário e narcisismo secundário trouxe problemas para a compreensão da teoria freudiana, tendo em vista que levou muitos ao entendimento de que estes modos de investimento fossem etapas sucessivas, com uma substituindo a outra. No entanto, Freud fala da mobilidade da libido, opondo-se à ideia de etapas que são superadas. Nesse sentido o desenvolvimento saudável do psiquismo teria como pré-requisito a metabolização do *narcisismo primário* no investimento libidinal de objeto e nos ideais culturais, o que não implica na superação dessa modalidade de investimento.

Freud (1905/1996) apontou que a sexualidade humana é concluída na puberdade quando a pulsão sexual inicialmente auto-erótica passa a buscar um objeto e se coloca a serviço da função reprodutora, assim sendo, o indivíduo retira libido dos antigos objetos de amor e busca novos objetos. Diante disso, vemos que o desenvolvimento do *eu* pressupõe sua capacidade de diferenciar-se e de amar; sendo que aos poucos o eu adquire um grau de diferenciação em relação ao objeto e ao mundo externo e, ao mesmo tempo, dispõe de certa quantidade de libido para direcioná-la aos objetos e ideais. O *narcisismo*, enquanto etapa do desenvolvimento seria responsável pela ‘libidinização’ do *eu*, ou seja, responsável por constituí-lo como unidade coesa e digna de receber amor. Assim sendo, o *eu* é constituído a partir do *narcisismo* e é a partir dessa ‘matriz libidinal’ que a libido poderá ser direcionada aos objetos e aos ideais do mundo externo (Marcelli, 2009). Para Freud (1914/2010):

Atribuímos ao indivíduo um progresso quando passa do narcisismo ao amor objetual. Mas não acreditamos que toda a libido do eu passe para os objetos. Determinada quantidade de libido permanece sempre junto ao eu, certa medida de narcisismo persiste mesmo quando o amor objetual é altamente desenvolvido. O eu é um grande reservatório do qual flui a libido destinada aos objetos e para o qual ela retorna,

proveniente dos objetos. A libido objetal foi inicialmente libido do eu e pode ser outra vez convertida em tal (p.17).

Cabe aqui, no entanto, um adendo, se em 1914, Freud postula o eu como o grande reservatório da libido, no texto *O eu e o id* (1923/2011) ele propõe que o *id* deteria toda a libido, em razão da fragilidade egóica no início da organização psíquica. Desta forma o *id* emitiria investimentos pulsionais sobre os objetos externos ao passo que o eu, adquirindo força e amplitude, tomaria o lugar dos objetos retomando destes, parte da libido que retinham. Essa hipótese faria do narcisismo do eu um narcisismo secundário, tirado dos objetos. Com essa mudança, Freud parece designar o narcisismo primário como um estado anterior à constituição do eu, suprimindo a distinção entre narcisismo e auto-erotismo. Apesar de prevalecer no pensamento psicanalítico atual, essa passagem recebeu críticas de autores⁶ que postulam um estado anobjetal, bem como de autores que defendem a existência de relações de objeto desde o início da vida (Laplanche e Pontalis, 2001).

Feita essa ressalva, podemos dizer que a questão do narcisismo é de fundamental importância para pensarmos a adolescência, pois como discutimos nesta etapa a trama edípica ressurge exigindo o abandono do objeto de desejo interdito para investir em novos objetos. O adolescente revive, portanto, dois conflitos básicos; o conflito de separação/perda do objeto e o conflito edípico, ambos já experimentados na infância e que retornam de maneira aguda nesse período, dada a intensa mobilização pulsional (Marcelli, 2009). O ressurgimento de aspectos arcaicos que remetem a questão narcísica, bem como o crescimento do corpo cedendo lugar ao envelhecimento do mesmo levam os adolescentes a experimentarem uma conscientização de sua finitude o que abala intensamente suas bases narcísicas (Pinheiro, 2001). Essa fragilidade narcísica que caracteriza a adolescência é imprescindível, pois o desligamento gradual do *narcisismo* será a chave para abertura da via à subjetivação, levando o adolescente a deslocar-se do referencial parental e investir em novas referências (Savietto, 2010).

Não há dúvida que esse processo é árduo, afinal, há muita resistência em se abandonar o *eu* narcísico (pautado no funcionamento do *eu ideal* que veremos adiante). Além disso,

⁶ Um dos psicanalistas que produziu contribuições a partir desse impasse foi André Green, o qual estudou o narcisismo após a formulação da segunda teoria pulsional. Para Green o narcisismo primário seria uma estrutura e não um estado. Além disso, o autor propõe um narcisismo negativo/de morte em oposição ao narcisismo positivo/de vida que iremos destacar no capítulo 4.

desinvestir as figuras parentais libidinalmente e superar o Édipo não são tarefas fáceis para o adolescente em função da importância e complexidade que marcam a relação com o objeto a ser abandonado. Assim, o desafio adolescente consiste em integrar e ressignificar as marcas do passado de modo que possam se transformar em um projeto futuro (o *ideal de eu* que também será discutido adiante); um projeto de uma nova imagem, incompleta e fragmentada, mas que permite o vir a ser do sujeito.

Podemos dizer que a adolescência representa um ataque violento ao *narcisismo*, travando uma luta acirrada com o outro entre o que é da ordem da dependência e o que é da ordem da autonomia. Além disso, a puberdade traz uma tendência maior à ocorrência de conflitos, pois os pais, anteriormente vistos como fonte de segurança e referência, passam a ser percebidos como pessoas desidealizadas, o que leva a uma ruptura com a identidade familiar. Este desligamento da autoridade parental, a ressignificação da relação com as figuras parentais e a superação do modo primário de relação objetal demandam um trabalho de luto, condição fundamental para o investimento em novos objetos que poderão suprir a falta dos objetos perdidos e para a aquisição de uma nova condição psíquica. A nova imagem do adolescente implica na morte da imagem anterior, cultuado pelo narcisismo dos pais. Esta perda exige um luto que procura de algum modo suprir a ausência da imagem do *narcisismo primário*. O luto decorre da busca por suprir uma falta; uma busca que se dá de maneira distinta e que marca a singularidade do processo adolescente, uma vez que cada indivíduo irá fazê-lo com base em suas diversas experiências (Matheus, 2002).

Para Cardoso (2001), o processo de luto só será efetivado com o ingresso de um terceiro na relação dual mãe/bebê que permitirá uma abertura ao novo e possibilitará uma apropriação efetiva de si. Martins (2009) aponta que a mãe ou quem cumpre a função materna torna-se o primeiro objeto de amor da criança, bem como sua primeira proteção contra a angústia. Essa relação dual e narcísica envolve um ser onipotente (mãe) que protege o outro ser (criança), sustentando a ilusão de proteção absoluta e se configurando como objeto idealizado de amor. No entanto, a mãe deve dirigir seus desejos a outros objetos para além da criança, permitindo a entrada de um outro em cena (pai) e promovendo um limite nessa relação dual que ao mesmo tempo que priva a criança de ter sua mãe, priva a mãe do objeto de seu desejo.

A castração instaura uma falta fundamental no sujeito, pois nem a criança tampouco a mãe são completas. Assim, a lei instituída pelo pai (ou quem cumpre a função paterna) é o momento de acesso ao simbólico, pois a criança pode empreender a partir dessa operação um controle sobre o objeto perdido. Diante disso, vemos que é a mãe que exerce a função de

proteção contra os perigos experimentados pelo desamparo original e que possibilita a abertura da criança para um mundo organizado simbolicamente. Assim sendo, se a mãe desempenha sua função satisfatoriamente, faz com que a criança (imersa na ilusão de onipotência característica do narcisismo primário) passe por um processo de desilusão que permite a descoberta do desamparo como experiência tolerável. Nesse sentido, é necessário que o objeto idealizado de amor seja dado como perdido para que se possa tolerar a condição de finitude e solidão (Menezes, 2012).

Na adolescência, há uma intensificação da angústia de separação e castração, e se o jovem não internalizou os objetos de maneira criativa, terá dificuldades em lidar com essas angústias. Como veremos adiante em nosso trabalho, a internet tem sido utilizada pelos adolescentes contemporâneos como uma tentativa de burlar essa angústia, pois se configura como um espaço no qual o adolescente permanece como se estivesse em um sonho, uma vez que as fantasias virtuais:

funcionam como um meio de evitar a angústia de separação e de castração. No primeiro caso, cria-se um apego ao objeto substituto, no segundo, em virtude do conteúdo de tais fantasias, alimenta-se a onipotência, evitando o encontro com a falta (Prioste, 2013, p.333).

Neste sentido, podemos dizer que é somente a partir da superação (nunca total) do *narcisismo primário*, enquanto modo de funcionamento, que a alteridade pode ser reconhecida como tal e os limites entre o *eu* e o outro podem ser estabelecidos pelos adolescentes. Caso contrário, o indivíduo fica fixado no modo de relação narcísica, tendendo a manter uma relação indiferenciada com o objeto e permanecendo aprisionado ao seu domínio. Este aprisionamento à lógica do *narcisismo primário* faz com que tudo aquilo que se refere ao investimento libidinal e às relações objetais tornem-se mais conflituosas e difíceis. O encontro com o objeto tenderá sempre a um encontro com o objeto único e torna impossível o encontro com outro objeto, o que impossibilitaria o sujeito de perder o objeto inicial através de um processo de luto (Cardoso, 2006).

2.2.1.2 Do eu ideal ao ideal de eu

Na adolescência o sujeito assume um novo status frente ao outro e a si próprio, sendo que nesta etapa os pais são ressignificados como objetos sexuais e se processa um luto tanto pela perda destes pais como por uma perda narcísica. Buscando formar novos objetos pulsionais, os adolescentes se veem numa encruzilhada, ao ter que se reposicionar frente às identificações estabelecidas na infância e às referências simbólicas da cultura, que serão responsáveis pela formação de novos investimentos pulsionais (Bertol e Souza, 2010).

Em *Introdução ao narcisismo*, Freud observou que as manifestações de megalomania relacionadas ao narcisismo infantil perdiam sua força e questiona o destino da libido do eu nesse caso, apontando que elas não foram totalmente convertidas em investimentos objetivos, lançando mão dos conceitos de eu ideal e ideal de eu para justificar-se.

A noção de eu ideal designa o estado narcísico de onipotência infantil, no qual o funcionamento do psiquismo durante o *narcisismo primário* se pauta (Matheus, 2002). O eu ideal seria o outro especular do eu narcísico, marcado pela onipotência e ilusão de unicidade, que funciona como referência de um eu completo. Neste modo de funcionamento, aquilo que o sujeito projeta frente a ele como seu ideal é o substituto do que em sua infância era o eu real. O *eu ideal* como perfeição narcísica primordial guarda as marcas a partir das quais se constituirá o *ideal de eu*.

O *ideal de eu* emerge do eu narcisicamente onipotente e pode ser considerado o *herdeiro do narcisismo original* (Freud, 1921/2010), quando o eu infantil e onipotente se basta e vai percebendo aos poucos suas limitações e dependências do meio. O *ideal de eu* é projetado nos pais e somado às expectativas destes e se configura como um importante fator estruturante do psiquismo, tanto nos primeiros movimentos identificatórios como no projeto de um “vir a ser”. Assim sendo, podemos entender o *ideal de eu* como oriundo do universo intersubjetivo e da diferenciação que o eu estabelece frente ao ideal (Matheus, op.cit). Aqui é importante lembrar que as noções de *eu ideal* e *ideal de eu* não remetem a fases a serem superadas e substituídas, pois o *eu ideal* permanece transformado no adulto quando ele consegue aproximar-se de seu *ideal de eu*.

Fazer menção ao conceito de *ideal de eu* na obra de Freud remete necessariamente ao texto *Introdução ao Narcisismo* (1914); no qual Freud questiona sobre o que acontece com o amor desmesurado por si mesmo, que caracteriza o *narcisismo primário* da criança, quando esta se torna adulta e se depara com as frustrações do mundo exterior. Freud irá nos apontar que o ser humano não dispensa o desejo de perfeição narcísica de sua infância e que este não

desaparece, sendo substituído pela constituição de uma instância psíquica que ele chama inicialmente tanto de “*eu ideal*” como de “*ideal de eu*”, noções que irá esclarecer nos anos seguintes (Quinodoz, 2007). Para Freud:

o indivíduo se revelou incapaz de renunciar à satisfação que uma vez foi desfrutada. Ele não quer se privar da perfeição narcísica de sua infância, e se não pôde mantê-la, perturbado por admoestações durante seu desenvolvimento e tendo seu juízo despertado, procura readquiri-la na forma nova do ideal do Eu. O que ele projeta diante de si como seu ideal é o substituto para o narcisismo perdido da infância, na qual ele era seu próprio ideal (Freud, 1914/2010, p.40).

Nesse sentido, vemos que as vivências de satisfação que a criança atinge não são facilmente abandonadas e que sua tendência é buscar reproduzir as experiências que lhe trouxeram satisfação. As figuras parentais são e foram fontes desta satisfação para a criança e para não ter de abdicar a nenhum de seus objetos internalizados de amor (seu eu e os pais) a criança tem como alternativa a formação de um ideal, no qual são preservados tanto seu narcisismo como as figuras parentais enquanto objeto de amor. O que impele a criança a formar um ideal é “a influência crítica dos pais intermediada pela voz, aos quais se juntaram no curso do tempo os educadores, instrutores e, como uma hoste inumerável e indefinível, todas as demais pessoas do meio.” (Freud, 1914/2010, p.42).

Os pais ou responsáveis pela criança a ajudam em sua mediação com o mundo nos primórdios de seu desenvolvimento, enquanto seu eu ainda é débil. Tais figuras são responsáveis pela proteção, alimentação e higiene da criança e são figuras altamente valorizadas por estas. No entanto, à medida que as figuras parentais passam a corrigir as atitudes que consideram inadequadas por parte da criança, esta passa a ter que se adequar às exigências que lhes são impostas, sob o risco de perder o amor a ela dirigido ou sofrer punições (Puertas, 2010). A formação de um ideal faz com que o indivíduo meça seus pensamentos e ações, tendo um papel de *consciência moral* que está presente na origem da repressão e que seria:

uma corporificação inicialmente da crítica dos pais, depois da crítica da sociedade, processo que é repetido quando nasce uma tendência à repressão a partir de uma proibição ou um obstáculo primeiramente externos (Freud, 1914/2010, p.43).

Vemos aqui a noção de uma instância psíquica com a tarefa de zelar pela satisfação narcísica proveniente do *ideal de eu*. Freud (1914/2010) alega que essa força que observa, conhece e critica nossas ações existe no espírito de todos. Em *Psicologia de massas e análise do eu* (1921/2010), Freud volta a mencionar o *ideal de eu* e suas funções de auto-observação, consciência moral, censura onírica, além de considerá-lo determinante para a repressão. Por fim, em *O eu e o id* (1923/2011) Freud nomeará essa instância de *supereu* e falará da manifestação do sentimento de culpa inconsciente que observava em muitos neuróticos na forma de um excesso de autocrítica, atribuindo isso ao *ideal de eu*.

Após essas considerações, podemos afirmar que a constituição do *ideal de eu* está relacionada a não renúncia dos objetos de amor e a incorporação destes em nós mesmos, o que nos permite compreender o *ideal de eu* como herdeiro do complexo de Édipo (Freud, 1914/2010). Para o autor:

o desenvolvimento do Eu consiste num distanciamento do narcisismo primário e gera um intenso esforço para reconquistá-lo. Tal distanciamento ocorre através do deslocamento da libido para um ideal do Eu imposto de fora, e a satisfação, através do cumprimento desse ideal. Ao mesmo tempo, o Eu enviou os investimentos libidinais de objeto. Ele se empobrece em favor desses investimentos, tal como do ideal do Eu, e novamente se enriquece mediante as satisfações ligadas a objetos, assim como pelo cumprimento do ideal (Freud, 1914/2010, p.47).

Freud (op.cit) nos mostra que ser novamente o seu próprio ideal é aquilo que todos nós buscamos e cita o exemplo do enamoramento, que “consiste num transbordar da libido do Eu para o objeto e que sucede com base no cumprimento de condições de amor infantis” (p.49). Ainda de acordo com Freud (1914/2010):

A pessoa ama, em conformidade com o tipo de escolha narcísica de objeto, aquilo que já foi e que perdeu, ou o que possui os méritos que jamais teve. A fórmula paralela à de cima é: aquilo que possui o mérito que falta ao Eu para torná-lo ideal e amado (p.49).

Podemos compreender, portanto, que aquilo que o adulto projeta diante de si como seu ideal, nada mais seria que o substituto do narcisismo perdido de sua infância, época na qual ele era seu próprio ideal. Em *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2010), Freud volta

a falar do estado amoroso e examina os pontos em comum entre este e o *ideal de eu*, comparando-os com a atração exercida pelo hipnotizador sobre o hipnotizado e pelo líder sobre os liderados. Em casos de fascinação amorosa, Freud nos relata que a idealização do objeto é tamanha a ponto do *eu* se entregar ao objeto, ou seja, a ponto do objeto ser colocado no lugar do *ideal de eu*. Diante disso, o autor faz uma distinção entre identificação e estado amoroso, considerando aquela enriquecedora ao eu, na medida em que introjeta qualidades do objeto, e este empobrecedor, pois o eu se entrega ao objeto colocando-o no lugar de seu elemento constitutivo mais importante, o *ideal de eu*.

A grande importância dada ao *ideal de eu* por Freud pode ser explicada pelo fato dele se referir a um sujeito futuro, que ainda não é e que só existe como promessa, mas que por isso permite suportar a existência do outro enquanto diferente. Essa diferenciação entre o eu real e o *ideal de eu* se processa no campo do narcisismo do adulto, quando se instala a mudança do eu em busca de um ideal, que reconhece ser diferente de si (Matheus, op.cit). Assim sendo, é o funcionamento do psiquismo pautado no *ideal de eu* que oferecerá uma perspectiva de futuro ao sujeito. Esse modo de funcionamento é oposto e complementar ao funcionamento do *eu ideal*; sendo que ambos são mobilizados de acordo com a condição na qual o sujeito se encontra, assim:

O eu ideal funciona em um corte momentâneo: é a identificação do eu com o valorizado, mas não há futuro, tempo, projeto. Ou sou ou não sou. O campo do ideal (de eu) faz uma promessa para o futuro: não sou, mas posso chegar a sê-lo (Horstein apud Matheus, 2002, p.48).

Vemos, portanto, que o funcionamento pautado no *eu ideal* prevê a completude e a onipotência, sugerindo a concepção de apenas duas categorias: o tudo ou nada, já o *ideal de eu* opera como um ideal frente ao qual o *eu* se percebe diferente e a partir disso amplia sua perspectiva temporal para um *eu* que para além de ser ou não ser, pode vir a ser. Assim sendo, é possível construir um projeto que visa mediar a distancia entre o *eu* e seu ideal. Frente ao *ideal de eu*, a criança tenta recuperar a perfeição narcísica, mas agora à custa da identificação que procurará diminuir a distancia do eu com o ideal. O *ideal de eu* estará investido de libido narcísica, mas será construído a partir de valores e exigências presentes nos desejos parentais que refletem o sistema de valores do campo social (Matheus, op.cit). O ideal se faria presente, portanto, tanto em sua faceta individual como social, podendo ser *o ideal comum de uma família, uma classe, uma nação* (Freud, 1914/2010, p.50).

Em *O eu e o id* (1923/2011) Freud aponta que o sentimento religioso, a consciência moral individual e os sentimentos sociais são derivados do *ideal de eu* e repousariam sobre as identificações com os outros com base num mesmo ideal. Nesse sentido, podemos entender que o *ideal de eu* se forma a partir dos processos identificatórios. Isso pode ser observado claramente na adolescência, pois o *ideal de eu* (parte da estrutura psíquica em constituição) sofre um intenso processo de ressignificação de suas inscrições, sendo que os significantes que até então prevaleciam são colocados em xeque em função dos novos vínculos identificatórios que são estabelecidos.

Freud pondera que o *ideal de eu* da criança não é formado apenas a partir das identificações com os pais, mas também resulta das proibições parentais que impediriam a realização dos desejos incestuosos. Assim sendo, o *ideal de eu* possui uma “dupla face” em sua relação com o *eu*, por um lado encorajando-o a ser como o pai, mas por outro impondo uma proibição de ser como o pai e de fazer tudo o que ele faz (Quinodoz, 2007). Podemos entender assim, o *ideal de eu* como uma formação de compromisso das ambivalências paternas e dos filhos, dos assassinatos mútuos e de seus substitutos, bem como dos ideais narcísicos e sua negação.

Assim, a constituição dos ideais adolescentes ocorre a partir da realização de um ideal parental, porém, tal realização implica na morte do próprio adolescente para preencher o ideal dos pais. O adolescente precisa negar a herança parental para seguir sua busca por autonomia, no entanto, o *ideal de eu* só é produzido a partir da marca deixada por tal herança, logo, ele é tanto afirmação quanto a negação do ideal parental. Há nesse processo uma busca por outros modelos fora do contexto familiar que sejam alternativas à exclusividade dos ideais parentais, todavia, estes são tomados inevitavelmente a partir do modelo parental previamente construído (Matheus, 2002).

Em meio a essa busca por novos modelos e referenciais que deem sustentação à nova organização psíquica, os adolescentes se lançam atrás de uma nova identidade individual, grupal e social. Essa busca é bastante complexa, pois envolve os valores regentes da cultura atual que, como veremos mais adiante em nosso trabalho, “bombardeiam” os adolescentes, dificultando a busca de um sentido de continuidade tão necessário para a reestruturação da identidade do indivíduo. Além disso, o adolescente se depara com duas forças antagônicas; uma que o impulsiona para a vida adulta e outra que o atrai para os “privilégios” da vida infantil.

Os adolescentes buscam manter os privilégios da infância e reivindicam adquirir os da vida adulta, sem, no entanto, querer arcar com as consequências disto. Essa força que o

impulsiona à vida adulta está ligada diretamente à emergência da sexualidade adulta e está associada à capacidade reprodutora, bem como à reorganização do *eu* e do sistema de valores. O adolescente necessita renunciar os objetos incestuosos e primários do amor, transformando-os por meio da sublimação e reelaboração, em aspectos de sua identidade adulta (Levisky, 1998). Para melhor compreendermos os processos identificatórios na adolescência, vamos fazer um breve resgate do conceito de *identificação* na obra de Freud; um conceito que apesar de essencial na teoria freudiana do desenvolvimento psicosssexual, nunca recebeu uma definição sistemática e foi elaborado tardiamente (Roudinesco, 2010).

2.2.1.3 As identificações e o grupo na adolescência

A Psicanálise entende que a subjetividade é constituída através de identificações, as quais são operações dinâmicas e imprevisíveis que outorgam ao sujeito uma plasticidade. Nesse sentido, a identidade só existe enquanto fantasia para o sujeito, pois o *eu* é formado e está destinado a modificar-se continuamente pelas múltiplas identificações. Em *Introdução ao Narcisismo*, Freud (1914/2010) fala sobre a *identificação* como algo importante por subjazer uma *escolha de objeto por apoio*, na qual o sujeito se constitui com base no modelo parental ou no dos substitutos dos pais, diferentemente da *escolha de objeto narcísica*, voltada para o próprio indivíduo. No entanto, a maior importância metapsicológica do conceito de *identificação* é verdadeiramente desenvolvida a partir da grande reformulação teórica da década de 1920 (Roudinesco, op.cit).

A começar pela obra *Psicologia das massas e análise do eu* (1921/2010), na qual Freud define a *identificação* como “a mais antiga manifestação de uma ligação afetiva a uma outra pessoa e que desempenha um determinado papel na pré-história do complexo de Édipo” (p.60). No caso do percurso do menino há um interesse especial em relação ao seu pai, sendo que ele gostaria de crescer e ser como ele, pois toma o pai como seu ideal. Simultaneamente à identificação com o pai, o menino investe sua mãe de uma ligação libidinal sexual de objeto, enfrentando uma situação edipiana normal e tendo uma identificação masculina carregada de hostilidade em relação ao pai (tomado como rival pelo desejo de tomar seu lugar junto à mãe). Assim sendo, Freud considera que “desde o início a identificação é ambivalente, podendo tornar-se tanto expressão de ternura como desejo de eliminação” (p.61). Além disso, Freud pontua que a identificação “comporta-se como um derivado da primeira fase, a fase oral da

organização da libido, na qual o indivíduo incorporou, comendo, o objeto desejado e estimado, e assim o aniquilou enquanto objeto” (Freud, 1921/2010, p.61).

Nesse sentido, podemos considerar que “a identificação se empenha em configurar o próprio eu à semelhança daquele tomado por “modelo” (p.62). Ao pensar na identificação numa formação neurótica de sintomas, Freud (1921/2010) distingue três formas de *identificação*, sendo que o mesmo sintoma pode estar ligado a uma destas formas. O exemplo dado é o de uma garota pequena que desenvolve o mesmo sintoma de sua mãe, o que pode ser explicado por uma identificação igual a do complexo de Édipo, ou seja, aquela “que significa um desejo hostil de tomar o lugar da mãe, e o sintoma expressa o amor objetal ao pai” (p.63). Nesse caso, o sintoma é o da rival odiada e a identificação da menina expressa tanto sua agressividade em relação à mãe quanto o amor em relação ao pai. Outra forma de identificação que participa da formação de sintoma é ilustrada pelo caso de Dora, cuja tosse foi imitada de seu pai, ou seja, o sintoma é o mesmo da pessoa amada, sendo que a “identificação tomou o lugar da escolha de objeto, e a escolha de objeto regrediu à identificação” (p.63). Nesse caso, o Eu adota características do objeto, podendo copiar tanto a pessoa amada como a não amada, sendo em ambos os casos uma identificação parcial, limitada, “tomando apenas um traço da pessoa-objeto” (Freud, 1921/2010, p.64).

Por fim, Freud (op.cit) fala em uma terceira forma de identificação, a qual não leva em consideração a relação objetal com a pessoa copiada, ou seja, uma identificação que se efetua na ausência de qualquer investimento sexual. Essa identificação é produto da capacidade ou vontade de colocar-se numa situação idêntica à do outro ou dos outros e produz-se, em especial, no contexto das comunidades afetivas, sendo a forma de identificação que liga os membros de uma coletividade entre si. Em suma, essas três formas de identificação nos mostram que:

Primeiro, a identificação é a mais primordial forma de ligação afetiva a um objeto; segundo, por via regressiva ela se torna o substituto para uma ligação objetal libidínica, como que através da introjeção do objeto no Eu; terceiro, ela pode surgir a qualquer nova percepção de algo em comum com uma pessoa que não é objeto dos instintos sexuais. Quanto mais significativo esse algo em comum, mais bem-sucedida deverá ser essa identificação parcial, correspondendo assim ao início de uma nova ligação (Freud, 1921/2010, p.64-65).

A partir desse resgate na obra de Freud, podemos considerar a *identificação* como uma ligação libidinal de amor primitiva e inibida quanto aos desejos sexuais, que seria capaz de superar os narcisismos individuais e o ódio que separa uns dos outros; sendo a força responsável pela união dos indivíduos entre si. Além disso, a *identificação* possibilita a elaboração da constituição subjetiva, operando a partir de modelos parentais e sociais que servem de referência, sendo, portanto, um processo singular que pode ocorrer em várias direções.

Ao pensar em nosso objeto, os adolescentes, esse conceito fica ainda mais claro, tendo em vista que sua identidade será resultado do reconhecimento e elaboração de diversas identificações parciais, que vão se incorporando no sujeito, desde os primórdios, pela *introjeção*⁷ de valores parentais e sociais. Devemos ressaltar que a aquisição de novas identidades na adolescência não suprime as anteriores, sendo que emergem no *eu* tanto aspectos primitivos quanto atuais da personalidade, o que equivale a dizer que o processo de identificação prossegue por toda a vida e não para na vida adulta.

Os processos identificatórios ocorrem por meio da síntese egóica, devido a novas distribuições da libido e pela transformação de valores e ideais. Isso se processa a partir de movimentos psíquicos existentes na relação entre pais e filhos, sendo que estes incorporam, desenvolvem e transformam seu modo de ser, pensar e viver buscando seus próprios modelos. A cultura se faz presente neste processo, quer seja pelo modelo identificatório dos pais ou pela ação direta sobre os adolescentes que passam por um momento de construção de suas identidades (Levisky, 1998).

Falar em adolescência e processos identificatórios implica necessariamente em falar das formações grupais, que se tornam uma das fontes de gratificação e de suporte narcísico para o adolescente. A relação estabelecida entre o adolescente e o grupo tem o papel de substituto do *ideal de eu*, ou seja, atua como mediadora de sistemas de identificação e de identidade. Marcelli (2009) aponta que o *ideal de eu* na adolescência se serve do grupo como substituição de identificação e de gratificação narcísica. Assim sendo, podemos considerar que o surgimento dos amigos e dos grupos como novos objetos de investimento amoroso e sexual representa algo narcísico, próximo de um objeto idealizado de si mesmo e projetado no(s) companheiro(s) (Levisky, 1998). O adolescente, com sua tendência a rejeitar os objetos parentais e multiplicar suas experiências, tem, nas novas relações de objeto, um suporte para

⁷ Segundo Laplanche e Pontalis (2001) *introjeção* é o processo pelo qual o sujeito internaliza objetos e qualidades inerentes a tais objetos.

as interiorizações e identificações futuras. Há, portanto, uma busca por realizar apropriações identificatórias, as quais dependem em grande medida, de “objetos mediadores” que são encontrados em especial em outros adolescentes e no(s) grupo(s) (Eizirik, 2009).

Kehl (2004) destaca que a saída da infância suscita formações fraternas que servem de ancoragem para novas identificações, por isso, a adolescência é um período no qual a formação de grupos tem grande importância para o desenlace da relação edipiana com os pais. Além disso, pertencer a um grupo é uma espécie de “novo batismo” para o adolescente, bem como um auxílio na transição das identificações infantis para um novo campo identificatório em meio à tentativa de superar as referências familiares de até então. O grupo pode funcionar ainda para o adolescente como uma espécie de autorização e incentivo das experiências transgressivas, essenciais para a simbolização da lei e a relação com as restrições impostas por esta.

A criança, que tem nos pais uma referência quase única, tende a confundir a lei que impõe limite ao gozo com as proibições e regras arbitrárias determinadas pela tradição familiar e pelas limitações de seus pais. Assim, podemos considerar que as pequenas transgressões infantis não são motivadas apenas pela rivalidade edípica com o pai, mas também são testes que a criança faz tentando ampliar seu campo de possibilidade e de criação. Se a criança esbarra nas limitações de sua dependência em relação aos adultos, o adolescente, unido por laços de solidariedade e cumplicidade ao grupo, sente-se mais potente e protegido para testar os limites impostos pelos adultos. Aos poucos, os adolescentes percebem que alguns tabus impostos pelos seus pais podem ser desafiados e com a proteção do grupo amplia o campo de exercício de sua liberdade e aprende a separar o que é da ordem da lei daquilo que são limitações humanas e banais do chefe da família (Kehl, 2004).

Para Levisky (1998), no grupo, os adolescentes podem dar vazão não só aos impulsos sexuais e agressivos, mas também expandir seu horizonte intelectual e social. Os jovens expressam, em seus comportamentos, seu estado conflitivo e externalizam, por meio de reivindicações, os conflitos de valores e de autonomia que carregam dentro de si. Assim, o grupo tem na uniformidade da vestimenta, da linguagem ou da angústia semelhante, uma espécie de proteção ante as angústias e os temores, que o torna uma espécie de substituto parental. Kehl (2004), por sua vez, aponta que o grupo serve de amparo para aqueles que estão saindo do “mundinho protegido” da família e ingressando no mundo da cultura, da política e das responsabilidades públicas. No entanto, devemos destacar que o aumento do período de formação escolar, a alta competitividade do mercado de trabalho e a escassez de empregos, obrigam o jovem a viver cada vez mais na condição de adolescente, dependendo da

família e separado das decisões e responsabilidades da vida pública. Assim, a autonomia ansiada pelos adolescentes será possibilitada pela pertinência a um grupo, o que pressupõe partilhar dos ideais dos membros deste grupo.

A independência dos pais implica, assim, no compromisso com o coletivo do grupo. Matheus (op.cit) pondera, entretanto, que a inserção nestes grupos não significa a total submissão a eles, mas sim uma negociação que envolve aceitação, negação e reformulação daquilo que é estabelecido. Para o referido autor, o *ideal de eu* será resultado dessa negociação entre o que o adolescente traz de seu repertório e os ideais ofertados pelo grupo e pela cultura (Matheus, 2002). Creio, no entanto, que as “possibilidades de negociação e reformulação”, por assim dizer, daquilo que está estabelecido, estejam bastante limitadas para os adolescentes contemporâneos. Para melhor compreender este “pano de fundo” no qual nosso objeto de estudo está imerso, dedicaremos o próximo capítulo ao estudo da contemporaneidade, a partir dos conceitos de *sociedade de consumo e indústria cultural*.

2.2.2 Adolescência para os pós-freudianos

Com o desenvolvimento da noção de sexualidade infantil por Freud, levantou-se a questão sobre qual o papel desempenhado pela puberdade na etiologia das neuroses e na constituição do sujeito psíquico. Vários autores buscaram responder tal questão, dentre os quais destacaremos adiante: Anna Freud, Erik Erikson e Arminia Aberastury. Notamos de antemão que, na obra dos três autores citados, se faz presente a noção de *crise de adolescência* (com variações no entendimento, devemos ressaltar). Mas de que *crise* estamos falando? O que a determina? Seria ela uma crise universal ou um fenômeno datado historicamente? Diante de tantas indagações, o tema da adolescência se ofereceu como campo de pesquisa para psicanalistas de várias linhas no último quarto do século XX.

De início, o tema foi abordado pela *Psicologia do ego*, passando por várias novas interpretações nas últimas décadas do século XX, em decorrência das mudanças sociais que suscitaram novas versões do trabalho psíquico que vieram caracterizar a adolescência. Aqui, como destaca Matheus (op.cit), o saber psicanalítico não tinha a mesma receptividade de outrora, no entanto, a presença de uma cultura juvenil que se opunha a saberes instituídos se apresentou como grande oportunidade para a psicanálise mostrar que se mantinha viva. As concepções de adolescência que foram sendo produzidas vinham:

sustentar e acompanhar as distintas práticas voltadas àqueles que são identificados como jovens ou adolescentes, de modo que entre as formulações conceituais e as experiências destes indivíduos, a crise é reinventada, reproduzida e legitimada. É em função de sua implicação direta com a prática e as experiências dos indivíduos em sua condição cotidiana que se torna relevante a discussão sobre a questão da adolescência e a crise que lhe é atribuída (Matheus, 2010, p. 55).

Mesmo não sendo possível o estabelecimento de uma relação de causa e efeito entre as produções teóricas e as experiências subjetivas dos indivíduos identificados como adolescentes, não há como negar a implicação entre esses universos.

2.2.2.1 Anna Freud e a adolescência normalmente patológica

Anna Freud (1895 - 1982) é considerada a primeira psicanalista a tomar a adolescência como um tema específico de investigação, tendo discutido a questão da puberdade em seu principal trabalho: *O eu e os mecanismos de defesa* (1937). Diferentemente do ceticismo de seu pai, Anna Freud tinha um projeto intervencionista que justificava a aproximação entre psicanálise e pedagogia (Matheus, 2010). A autora defendia que a evolução do indivíduo e da espécie se daria a partir do domínio dos instintos, função desenvolvida pelo *eu* frente às demandas do mundo exterior e que teria no *supereu* e na pedagogia, aliados interno e externo respectivamente. Assim sendo, o desenvolvimento dependeria do domínio dos instintos e da adaptação às exigências do meio.

A puberdade ou adolescência seriam, nessa perspectiva, ameaçadoras em função do reforço da libido decorrente das transformações orgânicas, o que aumentaria o conflito entre o *id* fortalecido e o *eu* fragilizado. Diante disso, o *eu* e suas defesas deveriam ser melhor compreendidos para poder receber um apoio pedagógico apropriado (Matheus, op.cit). Em outras palavras:

O desequilíbrio estabelecido na tensa relação entre o *id* e o *eu* decorre do incremento de energia que o primeiro recebe, em decorrência das transformações fisiológicas previamente determinadas. Os aspectos qualitativos em jogo dizem respeito à natureza e eficácia dos mecanismos de defesa a mando do eu, que variam com a constituição e são para a autora, decisivos na definição da organização psíquica futura (Matheus, 2010, p.215).

A saúde mental estaria baseada, de acordo com Anna Freud, na harmonia entre as forças psíquicas. O embate entre as forças instintivas do *id* e a contenção egóica remetem aos primeiros anos de vida, logo, a adolescência se caracteriza pela reativação do conflito edípico que fora suspenso provisoriamente no período de latência. Tal reativação é deflagrada pelas transformações fisiológicas da puberdade que marcam o advento da maturidade física e sexual e que são acompanhadas pela estimulação dos processos instintivos que são transportados para a esfera psíquica (Matheus, op.cit).

Ainda de acordo com Anna Freud, apesar de a adolescência ser marcada por distúrbios do equilíbrio mental, estes não a configuram como patologia, pois o que seria anormal seria o equilíbrio constante durante a adolescência; assim sendo, a autora conclui que a adolescência é normalmente patológica e que a crise adolescente seria uma decorrência necessária das transformações fisiológicas da puberdade. Diante desse cenário, Anna Freud defendia uma pedagogia capaz de auxiliar no domínio e integração dos instintos e que encontraria na adolescência um modelo propício para sua atuação, pois a adolescência apresenta uma capacidade adaptativa muito grande em função da volubilidade “perceptível por sua impressionante infidelidade ao objeto de amor e seu instável mais intenso apego a distintas filosofias de vida, religião e política” (Matheus, op.cit, p.216).

Por fim, podemos considerar que os escritos de Anna Freud são referência inaugural no campo dos estudos da adolescência e encontraram ressonância em muitos autores como Peter Blos (1904 – 1997), Erik Erikson (1902 – 1994) e Arminda Aberastury (1910 – 1972), dentre os quais, daremos destaque aos dois últimos.

2.2.2.2 Erikson e a crise de identidade

Erik Erikson buscou aproximar o saber psicanalítico da antropologia culturalista, uma corrente de pensamento que atentava para as determinações culturais dos seres humanos e que se opunha às principais teses freudianas (Matheus, 2010). Na obra que o consagrou, intitulada *Infância e sociedade* (1950), Erikson retoma a formulação freudiana do desenvolvimento sexual, no entanto, deslocando-a do determinismo endógeno, que opunha a psicanálise dos saberes antropológicos e sociológicos, dos quais visava se aproximar. Para o autor, a natureza humana não pode ser explicada com base simplesmente em fatores orgânicos, mas também não independe deles. Para Erikson:

Os determinantes congênitos (são) como fragmentos de forças que afetam o humano e que, em relação às outras espécies, demoram mais e são mais dificilmente integrados, conforme a tradição que orienta e imprime significado às respostas dos pais (Matheus, 2010, p.221).

Assim sendo, vemos que para Erikson os fatores biológicos funcionam como disparadores de processos determinados pela cultura (tradição), numa clara tentativa do autor de articular o desenvolvimento psicosexual e o psicossocial. As etapas do desenvolvimento descritas por Freud são consideradas por Erikson como fases críticas, nas quais ocorrem conflitos que precisam ser superados de acordo com a capacidade de integração de cada indivíduo e a retomada da unidade do psiquismo. O organismo seria, nessa perspectiva, o deflagrador de tensões e dilemas, que no plano psíquico rompem a unidade precedente (Matheus, op.cit). Erikson postula oito fases nas quais são anunciados conflitos e crises que caracterizam cada etapa do desenvolvimento humano, cada fase carrega um dilema físico que tem, por sua vez, um respectivo dilema social. São as seguintes fases:

Oral-sensorial (confiança básica e desconfiança), muscular-anal (autonomia e vergonha e dúvida), locomotor-genital (iniciativa e culpa), latência (indústria e inferioridade), puberdade e adolescência (identidade e confusão de papel), adulto jovem (intimidade e isolamento), adulto (generatividade e estagnação), maturidade (integridade do eu e desespero). (Matheus, 2010, p.222).

Diante disso, cada personalidade deve se deparar com as imperfeições inerentes de seu percurso incompleto, sendo que o progresso dependeria da capacidade de adaptação do psiquismo frente a desafios que devem ser integrados. Na fase específica da puberdade e adolescência, Erikson aponta que o jovem passa por uma revolução fisiológica, passando a se preocupar com sua aparência diante do olhar dos outros, tendo como principal desafio a conquista de uma identidade enquanto “capacidade de integrar todas as identificações com as vicissitudes da libido, com as aptidões fundadas nos dotes naturais e com as oportunidades oferecidas nas funções sociais” (Matheus, op.cit, p.223). Para Erikson (1976):

a identidade final, tal como fixada no final da adolescência, é superordenada em relação a qualquer identificação singular com indivíduos do passado; ela abrange todas

as identificações significativas, mas também as altera de modo a construir com elas um todo único e razoavelmente coeso (p.161).

A identidade ofereceria ao sujeito, portanto, a reunião dos múltiplos papéis e “eus” experimentados, possibilitando o sentimento de continuidade. O conceito de identidade de Erikson implica o controle sobre si próprio que depende da unificação e coesão do *eu*, que resultaria no sentimento subjetivo de uniformidade e continuidade. Nesses termos, Matheus (op.cit) destaca a semelhança da leitura freudiana de Erikson com a de Anna Freud no que diz respeito à caracterização das funções do *eu*. Erikson privilegia, em seu discurso, uma perspectiva descritiva, apontando a busca da identidade como a realização mais importante da adolescência, a qual implica passar por uma crise normativa marcada por descontinuidades do desenvolvimento.

A *crise de identidade*, segundo Erikson (1976), seria marcada por um sentimento de confusão e uma sensação de perda de si próprio, que indicariam que ainda não foi possível alcançar a integração dos vários *eus* ou que houve um desvio do processo normal e definitivo de coesão do *eu*. Para Erikson (op.cit) a crise é um ponto necessário e decisivo, quando o desenvolvimento precisa optar por uma ou outra direção. A preocupação em evitar estigmatizar as turbulências da adolescência, levaram Erikson a inscrever a crise adolescente como inerente ao desenvolvimento da identidade, sendo caracterizada pela busca de uma identidade pessoal que vá além das identificações anteriores com os pais e outros modelos de papéis (Matheus, 2010). Erikson nos mostra que tanto a família quanto a sociedade podem auxiliar na resolução da identidade do adolescente ao permitirem uma combinação adequada de autonomia e vinculação. A *crise de identidade*, apontada por Erikson, se processaria tanto no âmbito individual como no sentimento de identidade grupal e social e poderia ser compreendida no sentimento de insegurança característico do adolescente e proveniente do impasse entre o não ser mais criança tampouco ser adulto (Cloninger, 2006).

Matheus (op.cit) critica a noção de *crise de adolescência*, caracterizando-a como um componente do campo simbólico que se inaugurou com a modernidade e que se fundamenta na noção de *indivíduo*; um ser autodeterminado, autônomo e portador de uma identidade própria. Os sujeitos são identificados em torno do significante *crise de adolescência*, o que o torna um ponto de sustentação da referência simbólica dos indivíduos aí implicados. Desta forma, a *ideologia do indivíduo*, que surgiu na modernidade, é o fundamento dos campos simbólicos que se constituem a partir daí e que encontra na noção de *crise adolescente* (subjetiva, individual e necessária) um suporte indispensável para sua efetivação.

A adolescência é concebida, ainda por Erikson (1976), como momento da *moratória psicossocial*, na qual é oferecida ao jovem a possibilidade de um período de experimentação, no qual condutas extremas são aceitas e esperadas. Vemos aqui uma posição semelhante à de Ariès (1986) sobre a postergação do ingresso no mundo adulto que produz uma lacuna e estabelece um período de indeterminação decorrente do afastamento da família que não é suplantado pela inserção e reconhecimento social. A noção de *moratória*, que caracteriza a juventude como momento de postergação de responsabilidades e compromissos, continua sendo utilizada por muitos autores, tais como Calligaris (2000) e Kehl (2004).

Kehl (2004) aponta que o conceito de *moratória* denota a incompatibilidade entre maturidade sexual e despreparo para o casamento; um hiato entre a plena aquisição das capacidades físicas do adulto e a falta de maturidade intelectual e emocional necessárias para o ingresso no mercado de trabalho. Calligaris (2000), por sua vez, considera um paradoxo o fato de o adolescente estar capacitado, do ponto de vista biológico, a ingressar na vida adulta e, por outro lado, a cultura e a sociedade lhe imporem uma *moratória*, não lhe autorizando consumir a sua identificação adulta, a qual só poderá advir na inserção desse adolescente no grupo social. Para o autor, esse fato explica, em grande parte, a busca do adolescente por uma imagem de si nas raízes culturais e nos mais diversos grupos. Nos dizeres de Matheus (2010):

A postergação das responsabilidades atribuídas ao mundo adulto define essa etapa, em contrapartida, como momento de conhecida irresponsabilidade, como sugere Erikson. No entanto, a particular disponibilidade da juventude ao lazer e à experimentação tende a ser vista como confirmação da inconseqüência característica dos representantes desse segmento, o que lhe confere um viés particularmente liberal, na medida em que se estaria tomando como modelo a referência dos segmentos juvenis privilegiados, que obviamente não são a maioria, considerando que os demais, a seu modo, não deixam de experimentar a condição juvenil (Matheus, op.cit, p. 227).

A partir da noção de *moratória*, a juventude é tomada como momento de experimentação e irresponsabilidade, quando se aceita e talvez até se espere tal postura. Matheus (op.cit) aponta para as dificuldades desse entendimento ao questionar se:

tomar a juventude como momento de experimentação e maior predisposição ao lazer em função da postergação das responsabilidades não (é) assumir como modelo a referência dos segmentos juvenis privilegiados. No caso do Brasil, em particular, uma

parcela significativa dos jovens das camadas menos privilegiadas conviviam com responsabilidades precocemente, assim como ingressar no mercado de trabalho e sair da casa dos pais parecia há muito não representar os marcos da saída da juventude, tendo em vista o trabalho não se encontrar apartado de crianças e jovens desde os primórdios da história do país (Matheus, 2010, p.50).

Diante disso, vemos que mesmo que a “experimentação” estivesse presente na juventude das classes sociais baixas, isso não se daria em função da postergação de responsabilidades, como um período de *moratória*. Isso nos indica, nos dizeres de Matheus (op.cit), a dificuldade de estabelecer critérios adequados para se pensar a juventude em diferentes contextos socioculturais. O autor cita o sociólogo francês Pierre Bourdieu, o qual alertava que tomar a juventude como objeto de pesquisa implicava levar em consideração as desigualdades sociais, pois caso contrário, estaríamos servindo de instrumento de manipulação.

Ao se aproximar da antropologia e sociologia, Erikson buscou dar lugar à perspectiva culturalista, visando não ficar restrito ao determinismo infantil e ao determinismo endógeno, presente nos *Três ensaios* de 1905 e retomado por sua ex-analista Anna Freud. No entanto, Erikson não conseguiu abrir mão da perspectiva desenvolvimentista que postula uma ordem e sentido previamente garantidos (Matheus, op.cit). Podemos afirmar que a concepção desenvolvimentista manteve-se predominante nos textos psicanalíticos sobre o tema desde o trabalho de Anna Freud, nesse sentido: “Os aspectos sociais (e políticos) são eventualmente anunciados como relevantes, mas, de fato, acabam sendo deixados em segundo plano ou mesmo desconsiderados, quando se anuncia a sequência causal do processo.” (Matheus, op.cit, p. 233).

A partir dos trabalhos inaugurais de Anna Freud e Erikson, muitos autores trabalharam com a perspectiva desenvolvimentista e organicista, defendendo a busca pela identidade e alertando sobre a crise da adolescência, dentre tais autores daremos destaque, na sequência, à Arminda Aberastury.

2.2.2.3 Aberastury e a síndrome normal da adolescência

Em sua obra *Adolescência normal*, Aberastury (2008) concebe a adolescência como período confuso, ambivalente, doloroso e marcado por contradições que marcam a crise adolescente, no entanto, tal crise não configura uma patologia, mas sim uma *síndrome normal*

da adolescência, formulação de inspiração psiquiátrica e que reafirma a posição de Anna Freud de patologia normal e necessária. Aberastury, assim como Erikson, não descarta a influência do campo social, porém a interferência do mundo externo parece se dar mais no sentido de impor uma adaptação ao sujeito do que propriamente participar das mudanças subjetivas que nele ocorrem (Matheus, 2010). Isso pode ser observado no trecho a seguir:

as mudanças psicológicas que se produzem neste período são a correlação de mudanças corporais. Quando o adolescente se inclui no mundo adulto com o corpo já maduro, a imagem que tem do seu corpo mudou também sua identidade, e precisa então adquirir uma ideologia que lhe permita sua adaptação ao mundo e/ou sua ação sobre ele para mudá-lo (Aberastury apud Matheus, 2010, p.234).

O trecho nos deixa entender que são das mudanças orgânicas/corporais que decorrem as mudanças psicológicas, as quais induzem a uma mudança de identidade e à premência de uma ideologia que permite adaptação ou mudança do mundo, tomadas como metas desse processo. Devemos destacar que a ideologia aqui se refere a um sistema de valores que o adolescente confronta com as de seu meio (Matheus, op.cit). Já a noção de identidade é, para Aberastury (2008), composta por uma multiplicidade de identificações contraditórias e contemporâneas. A aquisição de uma identidade coerente implicaria na renúncia de aspectos de si mesmo, bem como na síntese dos aspectos que vão sendo adquiridos.

Para que isso ocorra, Aberastury (op.cit) postulou algumas tarefas fundamentais da adolescência, a saber; a *elaboração do luto pelo corpo infantil* que representa a renúncia ao mundo infantil a fim de assumir tarefas de maior responsabilidade social e pessoal; a *elaboração do luto pelos pais da infância*, que está atrelado à decepção com estes pais pela percepção de seus defeitos, o que gera uma imagem real e menos idealizada dos mesmos; e por fim, a *elaboração do luto pela identidade infantil* que traz a necessidade de uma nova definição de si mesmo.

Para Aberastury (op.cit), o que se espera do adolescente é uma harmonização das contradições que enfrenta a fim de superar sua crise e encontrar uma identidade. Diante dessa expectativa, de que o adolescente possa sintetizar e harmonizar as contradições que o assolam, vemos o caráter normatizado do conceito de identidade proposto por Aberastury. Nesse ponto, coaduno com a posição de Matheus (op.cit), que formula uma crítica a essa concepção de adolescência, por entender que ela depura o sentido social e político das experiências, restringindo-as a determinados indivíduos e normatizando-as. A questão levantada pelo autor

é: como alcançar uma identidade coerente se as opções para o final do processo são adaptação e/ou mudança do mundo? Para a qual ele responde:

Essa leitura configura uma expectativa duplamente imobilizadora. Primeiramente, a adaptação seria a submissão direta ao sistema tal como se encontra, sem questionamento. Num segundo olhar, fica a impressão de que compete ao adolescente a transformação do mundo, expectativa sobre a atuação do jovem, o que dada sua idealização tende a fortalecer seu contrário, ou seja, a não transformação (Matheus, 2010, p.237).

Ao se deparar com sua impotência para transformar a realidade, o jovem acaba suscetível a realizar a “síndrome normal” esperada. Ao considerar adaptação e/ou mudança como saídas necessárias, vemos o impasse dos adolescentes diante de caminhos impossíveis de serem efetivados e que são oferecidos a eles como os únicos caminhos possíveis, diante dos quais terão que se posicionar (Matheus, op.cit). Ou seja:

A formulação de adolescência de Aberastury e Knobel, como a de todos os que a inscrevem numa fundamentação endógena e adaptativa, mostra-se ela própria coercitiva e cega à política que pratica. Ao apontar o biológico como fundamento último da transformação, põe em xeque a legitimidade da sexualidade, como construção singular do sujeito a partir dos laços que estabelece e do contexto em que está inserido. Efeito da concepção de indivíduo moderno, essa leitura favorece a produção de estigmas em torno da adolescência, negando a determinação histórica de que é resultante (Mathues, 2010, p.238).

Os autores da perspectiva desenvolvimentista foram, num primeiro momento, os que mais se debruçaram sobre a questão da adolescência, tomando-a como crise subjetiva decorrente da puberdade. Entretanto, tais autores, ao priorizar a determinação orgânica do pulsional, acabaram por transformar a psicanálise em processo adaptativo, marcando a adolescência nesta perspectiva. Como veremos em nosso trabalho, Freud se fundamenta no orgânico e em sua correspondência com os processos subjetivos, mas destaca também o caráter enigmático das forças pulsionais e da sexualidade humana, suspeitando de determinações lineares da condição humana (Matheus, op.cit).

O discurso sobre a “crise normativa da adolescência” de Erikson ou sobre a “síndrome normal da adolescência” de Aberastury foram, a princípio, modos de evitar estigmas produzidos a partir de diagnósticos de adolescentes, enaltecendo as possibilidades de mudança do adolescente. Porém:

os mesmo autores defenderam a importância da subsequente adaptação do sujeito, seja a partir da possibilidade de um gradual domínio dos instintos (A.Freud), da conquista de um sentimento de continuidade e uniformidade próprio de uma identidade (Erikson) [...] Portanto, trata-se em cada uma das versões, de uma crise que precisa ser vivida e ultrapassada, conforme a visão de homem assumida.

Por fim, vemos no discurso dos autores citados (Anna Freud, Erikson e Aberastury) um abafamento da dimensão conflituosa e descontínua do sujeito psíquico que acaba por colocar em segundo plano a condição infantil da sexualidade humana que acompanha os desejos. A leitura desses autores continua em evidência e, como aponta Matheus (op.cit), não por acaso, uma vez que:

Circunscreve a crise a momentos específicos de constituição do sujeito psíquico, tais como a adolescência, deslocando para esta, a desintegração e inadaptação vigentes nas sociedades contemporâneas. Ou ainda, estabelece uma relação causal na qual os dissabores subjetivos são justificados pelas transformações fisiológicas hereditárias, destituindo o discurso jovem de sentido e cerceando seus efeitos no campo simbólico em que se inscreve (p.242).

A seguir, daremos ênfase ao entendimento da sociedade contemporânea visando superar essa leitura desenvolvimentista que desconsidera o caráter histórico da adolescência.

3 O CENÁRIO SOCIAL DOS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS

Freud (1921/2010) apontava para a impossibilidade de separarmos o aspecto social do individual, além disso, demonstrou a importância do outro na constituição subjetiva, quer seja como um modelo, um auxiliar ou oponente. Nesse sentido, não podemos entender a adolescência sem levar em consideração a influência da rede social e o contexto cultural contemporâneo no qual os adolescentes estão inseridos.

A contemporaneidade produz uma realidade em constante mutação em todos os âmbitos de nossa vida, a saber: nas crenças, tradições, instituições, vida familiar, relacionamentos, subjetividade e identidade. Diante de tal cenário, diversos teóricos buscam entender a complexa realidade na qual vivemos. O desafio de compreender a contemporaneidade e suas implicações na vida humana, se faz pela necessidade de compreender o sujeito nas interfaces com a sociedade em suas dimensões política, econômica e cultural; assim, não temos a pretensão de discutir, neste capítulo, todos esses aspectos em profundidade, mas sim de tê-los como norteadores para uma análise da adolescência no mundo contemporâneo.

O sociólogo inglês Anthony Giddens (2002) destaca que as mudanças que se processam em todas as esferas da sociedade afetam não só as relações econômicas e sociais, mas também os indivíduos; assim sendo, é impossível dissociar as transformações que caracterizaram o modo de vida contemporâneo das consequências que imprimem aos indivíduos, alterando as relações, expressões, necessidades e exigindo a construção de um novo sujeito. Giddens (2009) considera ainda que o crescimento urbano, a industrialização e o colapso das antigas formações sociais são fatores que diminuíram o impacto de regras e convenções herdadas, tendo como consequência modificações na construção da identidade pessoal, uma vez que as identidades eram anteriormente definidas pela afiliação a grupos, classes ou nacionalidade e hoje são multifacetadas e instáveis.

No mundo contemporâneo, os indivíduos se tornaram móveis social e geograficamente, fato que os libertou de comunidades homogêneas cujos padrões fixos eram passados transgeracionalmente. A manutenção da identidade pessoal e sua conexão com identidades sociais mais amplas seria um requisito do que o autor chama de *segurança ontológica*⁸, no entanto, o que vemos atualmente é uma crise de representações identitárias

⁸ Giddens (1991) considera a segurança ontológica como um sentido de ordem e continuidade a respeito das experiências do indivíduo.

que desencadeiam uma “insegurança ontológica”. O equilíbrio entre ambiente de confiança e ambiente de risco, segundo o autor, pende atualmente para o lado do risco, o que reflete uma mudança do mundo contemporâneo com relação às sociedades tradicionais, as quais ofereciam lugares mais seguros em termos sociais e identitários.

Giddens (2002) aponta que o declínio da tradição colocou os indivíduos numa posição de contínua *reflexividade*, conceito que se refere à seleção contínua de estilo de vida, em que a escolha de como se deve viver e agir precisa ser repensada a todo instante. O mundo contemporâneo faz uma verdadeira apologia à flexibilidade, uma vez que tudo que é durável e estável passa a ter uma conotação negativa. Freire Costa (2004) aponta que a existência da sociedade de mercado depende das atitudes e da “disposição psicológica” dos indivíduos, que devem se deixar seduzir pela propaganda de mercadorias; possuir uma identidade flexível e ter pretensões e satisfações de curto prazo em detrimento de projetos de longo alcance.

A força do apelo consumista se deve, portanto, ao fato dos indivíduos se deixarem seduzir e darem adesão às propagandas de mercadorias. Mas o que leva estes indivíduos a se deixarem seduzir? Para Freire Costa (2004) isso se deve ao fato de que o hábito de consumo atende a necessidades psicossociais que derivam de uma nova moral do trabalho e do prazer, as quais contribuem para o desejo de consumir. No tocante a nova moral do trabalho, Freire Costa (op.cit) considera que os indivíduos, atualmente, sentem-se inseguros pela crescente competição e adaptam-se à *conduta do vencedor*, que seria aquele ser maleável, superficial nos contatos pessoais e indiferente a projetos de vida duradouros, afinal para “vencer” no mundo atual é necessário não se apegar a tradições e elos fortes com lugares, famílias, etc.

Como aponta Ehrenberg (2010) o indivíduo contemporâneo parece ser soberano de seu destino; o empreendedor de sua vida, devendo assumir a responsabilidade integral de sua vida. Esse credo apregoa que os indivíduos não devem mais contar com o suporte cultural, tendo em vista que ser bem-sucedido implica construir uma identidade que não dependa de nada além de sua ação pessoal. Nesse sentido, a identidade pessoal passa a ser encarada como algo a ser construída e não adquirida.

Esse processo tem influencia do declínio da tradição e dos valores ligados a ela. Para Ehrenberg (op.cit) sem contar com os referenciais dados pela tradição cultural, os indivíduos buscam orientação nas empresas e no esporte, o que resulta num verdadeiro *culto à performance*. O sociólogo francês aponta que as empresas passaram a ser vistas como modelos, bem como os executivos com suas valiosas características de empreendedorismo, eficiência, autonomia e ousadia. De forma similar os esportes e esportistas passaram a ser modelos com seus lemas de “superação de limites” e “vencer adversários”. Em ambos os

modelos citados fica implícita a ideia de que ser bem-sucedido está atrelado a correr riscos e vencer obstáculos por conta própria.

O ideal é ser “desenraizado”, sem se fixar em identidades passadas. Diante deste cenário, vemos que os objetos passam a ser aquilo que o sujeito “desenraizado” pode ter de mais estável à medida que pode transportar consigo para onde for e paradoxalmente de mais mutável, uma vez que tais objetos podem ser facilmente trocados se necessário for. Já no que diz respeito a “moral do prazer”, Freire Costa (op.cit) a aponta como o maior trunfo do imaginário consumista e que se traduz atualmente pelo ideal do prazer corporal ou das sensações. Nos dizeres do autor:

Hoje procuramos os prazeres sensoriais como há dois ou três séculos perseguíamos os prazeres sentimentais do romantismo e da vida familiar; os prazeres do reconhecimento pela operosidade e pela honestidade do trabalho; os prazeres da admiração pelos feitos políticos e militares ou ainda os prazeres da alma no exercício das virtudes religiosas, etc. (Freire Costa, 2004, p.81).

Freire Costa (op.cit) esclarece que eleger o prazer sensorial como ideal de eu não significa dizer que anteriormente ele não era usufruído ou ainda que atualmente tenhamos aberto mão de antigos ideais, tais como o prazer cívico, sentimental e religioso; continuamos a buscar realizações sentimentais e satisfações sensoriais, porém o que mudou foi o valor que atribuímos às sensações físicas prazerosas, e que se tornou um ponto de apoio de destaque na constituição das subjetividades e identidades pessoais. Exemplo disso é a importância que se dá, atualmente, à boa forma e à saúde, bem como ao gozo com drogas ou sexo que anteriormente eram mais comedidas.

Em meio a essa sociedade, cujo apelo às experiências sensoriais é cada vez mais forte, aquilo que não for sensação não existe. Essa moral contemporânea do prazer deu origem à demanda por objetos descartáveis e, como veremos adiante, em nosso trabalho, as tecnologias digitais proporcionam um modo de existir a partir das exibições na internet e da exploração das sensações e do gozo em ver e ser visto. Nessa moral do prazer sensorial, o prazer depende do estímulo físico imediato e da presença do objeto que é fonte de estimulação, assim, para o prazer físico durar é necessário prolongar a excitação, porém a estimulação forte e duradoura dá lugar à dor ao passo que a estimulação fraca leva ao desinteresse, nesse sentido, a saída é recorrer aos objetos como fonte de reestimulação permanente do corpo (Freire Costa, op.cit).

Diante disso, o sujeito passa a depender da diversidade e constância dos objetos para escapar da efemeridade do prazer físico, logo, a diversidade é encarada como fundamental na medida em que o hábito enfraquece a intensidade do estímulo e elimina o gozo. A satisfação que aspiramos pede uma incessante renovação das fontes de estimulação sensorial, sendo os objetos os meios pelos quais buscamos alcançar os fins que desejamos. Todo este contexto nos ajuda na compreensão do por que o ciclo de consumo dos objetos se tornou interminável.

Vemos, portanto, que tudo concorre para uma criação e recriação da identidade sem que se possa contar com os referenciais externos que se tornaram frágeis e pouco consistentes (Cardoso, 2006). É a partir deste contexto que podemos entender a dificuldade dos adolescentes em estabelecer uma referência identitária estável e consistente na contemporaneidade, pois temos diversas opções de identidade. Assim sendo, o adolescente crê na possibilidade de “ser aquilo que se quer ser”, ou seja, de que pode escolher o que deseja ser e em quais circunstâncias quer ser. Acompanhamos, na atualidade, uma pretensa oportunidade de moldar-se e criar-se de uma maneira sem precedentes na História. Um exemplo disso pode ser visto na moda, sendo que cada um se sente capaz de “criar” sua própria moda de acordo com seu senso estético, numa ilusão de que não há grupos de referência que decidam por e para nós; além disso, os grupos sociais são indiferenciados entre si em termos de consumo, pois todos são considerados consumidores.

Barbosa (2010) diz que estilo de vida e identidade tornaram-se, neste cenário, algo opcional e que é encarado como algo independente da posição social, idade ou renda. Os objetos e mercadorias são utilizados como signos culturais de forma livre pelas pessoas; a roupa, o corpo, o carro, a comida, a casa, entre outros aspectos devem ser vistos, portanto, como indicadores de uma individualidade e não de um grupo de status. Barbosa (op.cit) destaca ainda a transição do consumo de pátina⁹ (tradição) para o consumo de moda, sendo que ao contrário da pátina, a moda (característica do consumo moderno) é um mecanismo social que expressa uma temporalidade de curta duração e que valoriza o “novo e o individual”, tendo como referência os contemporâneos e não os antepassados.

Bauman (1999) discorre, por sua vez, que em formações sociais anteriores, as necessidades biológicas e sociais eram justificadas por padrões sociais de decência, propriedade ou vida moral, contudo, na sociedade de consumo contemporânea as necessidades são eximidas de justificativa e de qualquer critério, pois o prazer que elas proporcionam é o que lhes confere legitimidade. Bauman (2001) caracteriza o período em que

⁹ Pátina era a marca do tempo deixada nos objetos e que indicava o pertencimento e utilização deste pela mesma família por gerações (Barbosa, 2010).

vivemos como a *Modernidade Líquida*, numa metáfora à liquidez, onde os indivíduos estão “livres” de suas antigas obrigações, bem como de seus comprometimentos com deveres pré-estabelecidos, os quais restringiam as iniciativas e a busca por novas possibilidades. Porém, o autor adverte que tal liberdade cobra seu preço, sendo que os indivíduos estão mais vulneráveis em uma sociedade distante da “proteção” das tradições e da sensação de segurança e de controle. Ainda de acordo com o autor, na contemporaneidade, o indivíduo não encontra mais o apoio de que necessita para o estabelecimento de uma biografia coerente e estável, pois perdeu seu eixo identitário, distanciando-se dos problemas existenciais, morais, éticos, das relações interpessoais e da solidariedade.

Diante de uma sociedade na qual o indivíduo e a autonomia são mais valorizados do que a comunidade e a cultura, os adolescentes buscam alguma identidade que lhes permita viver os instantes, afinal é o que temos cultuado no mundo atual; volatilidade e descartabilidade. A seguir, daremos ênfase em alguns aspectos de destaque que caracterizam a contemporaneidade; a saber: a sociedade de consumo, a indústria cultural, os ideais culturais contemporâneos e a sociedade do espetáculo.

3.1 A sociedade de consumo

Bauman (1999) considera que a sociedade contemporânea é, por excelência, uma sociedade de consumo. Apesar de não haver consenso entre os autores sobre quando esta teve início (variando do século XVI ao XVIII), há uma relativa concordância acerca das mudanças que se processaram a partir dela. Uma dessas mudanças foi o aparecimento de novas mercadorias no cotidiano a partir do século XVI em função da expansão ocidental para o oriente, sendo que tais mercadorias não poderiam ser consideradas de “necessidade”, pois incluíam itens como alfinetes, brinquedos, rendas, louça para casa e produtos de beleza. A partir disso, houve um desenvolvimento de novos processos de consumo bem como de sistemas de comercialização que visavam atingir novos mercados consumidores (Barbosa, 2010).

Outra mudança foi que o consumo passou de uma atividade familiar na sociedade de corte para uma atividade individual na sociedade moderna. Nas sociedades tradicionais, a unidade de produção e de consumo era a família ou grupo doméstico, sendo que a produção era destinada em grande parte para o sustento da própria família. A sociedade era composta por grupos de status, tendo estilos de vida previamente definidos que se manifestavam nos

padrões de alimentares, de vestimenta e até de lazer, assim, as escolhas individuais estavam subordinadas e condicionadas em grande parte pelas leis suntuárias que definiam o que era permitido e o que era proibido para cada segmento social. A posição social de uma pessoa determinava seu estilo de vida independentemente de sua renda. Essa relação de dependência entre status e estilo de vida e de independência em relação à renda foi totalmente rompida com a sociedade contemporânea de mercado e seu ideal individualista, na qual a ideia de “liberdade” de escolha e “autonomia” na decisão de como queremos viver, bem como a ausência de códigos sociais e morais com poder para escolherem por e para nós são fundamentais (Barbosa, 2010).

Para analisarmos a relação do homem com os objetos de consumo temos que compreender as características das principais fases do desenvolvimento do sistema capitalista (que tem início no capitalismo de mercado chegando ao capitalismo de consumo), bem como as repercussões que as mudanças ocorridas no modo de produção tiveram nas relações em sua dimensão simbólica (Severiano, 2007). Para isso devemos levar em conta que:

a análise da dimensão simbólica do consumo, em sua forma contemporânea, assim como a da publicidade, como produto da indústria cultural, somente pode ser efetivada se a considerarmos no contexto da dinâmica de evolução do capitalismo, ou seja, no âmbito das relações de produção-consumo das economias capitalistas atuais, nas quais o atual incremento e expansão globalizada de mercadorias é tanto um resultado deste processo como responde a uma necessidade de reprodução ampliada de capital (Severiano, 2007, p.64).

A articulação entre lógica do mercado e lógica do desejo revela importantes questões sobre a constituição da subjetividade contemporânea, sob o signo do consumo. O consumo está no cerne dos problemas da relação entre indivíduo e cultura, sendo atualmente uma instância legitimadora de comportamentos, valores e estilos de vida (Severiano, 2007). A sociedade de consumo não pode ser considerada uma etapa que suplanta a sociedade de produção, tendo em vista que é a sociedade de produção que fabrica a demanda e cria “necessidades” para que se venda aquilo que foi produzido e é a sociedade de consumo que impulsiona a venda com suas instituições promotoras. Assim sendo, podemos considerar que produção e consumo são partes complementares de um mesmo sistema; o capitalista. Nesse sentido, Severiano (op.cit) considera que:

Nenhuma ruptura radical aconteceu entre o mundo moderno das sociedades do capitalismo industrial e a atual fase contemporânea que justifique a utilização do termo “pós”. As chamadas sociedades “pós-modernas” são sociedades oriundas de um mesmo sistema capitalista; foram engendradas por este sistema e, mas do que nunca, o realizam de forma globalizante (p.65).

No entanto, a autora pondera que não podemos ignorar as transformações históricas, as crises e reformas sociais, culturais e econômicas que ocorreram desde os primórdios da implantação do capitalismo até a contemporaneidade e que foram significativas nas dimensões da produção e do consumo. Severiano (op.cit) busca compreender o *ethos* dos primórdios do capitalismo na obra *A ética protestante e o espírito do capitalismo* de Max Weber, o qual investiga a importância decisiva da ética protestante na criação do cenário que possibilitou o desenvolvimento do capitalismo. Para Weber, a ética religiosa protestante proporcionou um sistema ordenado de valores baseado num ascetismo, na qual o êxito no trabalho era tido como sinal de eleição divina. Ou seja, o *ethos* protestante pautada na predestinação, professava que os desígnios de Deus eram irrevogáveis e era somente através de uma vida voltada para seu espírito que o indivíduo detectaria os sinais de sua eleição. Nos termos de atitudes com relação ao consumo, isto implicou:

Uma racionalização rigorosa de todos aspectos da vida cotidiana, uma conduta ascética, trabalho árduo e sistemático, domínio de si e recusa do luxo e gozo dos bens, o qual era visto com frequência como obra do diabo. Este modelo constituiu-se, basicamente, no modelo utilitarista do *homo economicus* burguês do século XIX, pressuposto na teoria econômica neoclássica: um indivíduo racional, soberano em suas decisões de compra, que supunha realizar seus intercâmbios econômicos num “mercado livre” e de concorrência “perfeita”, com hábitos e estilos de vida muito estruturados, individualizados, voltados para a poupança e para o consumo instrumental (Severiano, op.cit, p.66-67).

Nesse sentido, o trabalho era realizado como um fim em si mesmo e não com vistas à fruição de seu excedente e ao bem-estar. O cumprimento desses preceitos repercutiu na organização metódica do trabalho e na economia como um todo, tendo como resultado a elevação da produtividade no trabalho e um consumo produtivo do excedente que gerou um crescente acúmulo de capital. Podemos dizer que a crença na produção incessante e no êxito

dos negócios, dissociada do consumo e gozo das riquezas geradas eram um indício de eleição divina para os indivíduos da época, sendo um importante fator propulsor do espírito capitalista (Severiano, op.cit).

O referencial religioso constitui-se nos primórdios do capitalismo de produção numa referência relevante para a constituição de uma identidade adequada para aquele cenário, qual seja a de um indivíduo livre, individualista, prudente, ascético e com menos vínculos exteriores. Severiano (op.cit) destaca que, assim como a busca racional de lucro dos primeiros produtores capitalistas estava inserida num *ethos* específico, o contexto atual marcado pela busca irracional por consumo também deve ser compreendido através de um longo processo histórico, marcado pela complexificação das relações econômicas que ocasionou a inversão da máxima de “não consumir” ou de “consumir somente aquilo que fosse necessário à sobrevivência” da ética protestante, para a máxima do “consumir sempre muito além do necessário”, que se configura atualmente como o principal propulsor do capitalismo (Severiano, op.cit).

O capitalismo no século XIX pode ser caracterizado como sendo quase exclusivamente de produção, tendo como meta expandir o próprio aparato industrial e os equipamentos imprescindíveis para as necessidades básicas, produzindo apenas bens necessários para a vida cotidiana dos indivíduos. Assim sendo, o consumo dos bens era orientado pelas condições objetivas e funcionais do produto. Esta fase foi marcada pela acumulação básica, com prioridade da produção sobre o consumo e com a expansão do Setor I (setor de bens industriais) em detrimento do Setor II (setor de produção de bens de consumo não duráveis). Esse cenário desencadeou uma crise de superprodução cujo marco foi a crise de 1929, a qual refletia o desequilíbrio entre os setores I e II, tendo o primeiro crescido desproporcionalmente em relação ao segundo. Isso significa dizer que não havia consumidores em condições de consumir os bens produzidos (Severiano, op.cit).

A produção de mercadorias em abundância requeria um mercado maciço para absorvê-las, sob risco de um colapso geral do sistema. Emerge assim, uma nova estrutura de consumo massivo que passa a configurar uma nova etapa do sistema capitalista, centrado no consumo de massas e na expansão do Setor II de produção de bens de consumo duradouros. Essa sociedade de consumo de massa despontou nas décadas de 20 e 30 nos EUA, alcançando uma difusão generalizada a partir da segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra Mundial (Severiano, op.cit). O que possibilitou essa transformação foi o advento do fordismo enquanto ordem industrial que instaurou a produção em série e o consumo em massa, inclusive para a classe trabalhadora. Essa produção para o consumo não visava atender às

necessidades dos indivíduos, mas sim resolver a crise de superprodução a fim de evitar a falência do sistema capitalista (Severiano, op.cit).

A restrição ao consumo do excedente outrora elemento fundamental para o capitalismo passava a ser nesse contexto um freio para o seu desenvolvimento. Nesse sentido, fez-se necessário:

“educarem as massas”, na cultura do consumo, criando nelas o “desejo de melhores coisas”, mesmo quando elas não queriam ou não podiam mais comprar. Para tal, a necessidade de se criarem mecanismos extra-econômicos fez-se urgente, surgindo assim a “Indústria do Desejo Abstrato”: uma unidade de produção preocupada em mexer com elementos guardados no psiquismo dos indivíduos, acomodados, desde a remota infância, cheio de recordações afetivamente carregadas, para, a partir disso, desencadear nos consumidores desejos inconscientes e imperiosos por rádios, televisores, automóveis, roupas, etc. (Marcondes Filho apud Severiano, 2007, p.71).

Diante desse cenário, surge, nas décadas de 20 e 30, a publicidade enquanto instância cultural e simbólica, com uma função de socialização que pertencia anteriormente aos grupos primários. Severiano (op.cit) destaca que esse processo se realizou em meio à modernização e expansão das cidades que teve como consequência o surgimento de um novo *ethos*, não mais orientado pela moral puritana do capitalismo de mercado, mas sim pelo modelo hedonista e pela “ética de consumo”, “cujos valores fundamentam-se na “auto-realização” e na “felicidade”, buscadas no próprio ato de consumir” (Severiano, op.cit, p.73). Nos dizeres da autora:

A prudência e a sobriedade – próprias ao código moral protestante – havia que ser subvertida em prol dos novos valores da “liberdade econômica”. Para a implantação do novo modelo de “massas”, era necessária uma ampla ofensiva contra todos os elementos morais e éticos que contradizem essa “liberdade”: o espírito de poupança, o consumo sóbrio, os hábitos de consumo individuais de caráter puramente instrumental e, sobretudo, deveria se dissociar o ócio de suas conotações puritanas pejorativas, uma vez que, na sociedade de consumo de massas, ele se transforma numa importante força produtiva geradora de consumo (Severiano, 2007, p.73).

Todo esse processo de publicidade e de marketing pode ser compreendido como estratégia lançada pela sociedade de consumo para impor sempre ‘novos estilos de vida’ consoantes aos códigos de consumo vigente. O consumo, na atualidade, atrela a identidade do indivíduo ao seu estilo de consumir, o que leva a uma padronização e homogeneização dos adolescentes que são assediados para consumir; ficar “por dentro” para existir (Severiano, op.cit). A publicidade e a moda atuam de maneira determinante para que as pessoas se deixem influenciar por tais crenças racionalmente inconsistentes; ao criarem “desejos artificiais” que são integrados a gama de aspirações dos sujeitos (Freire Costa, 2004). A publicidade apela para o “sem limites” da vida adolescente “representado pela velocidade da moto, pela potência do aparelho de som, pela resistência do carro, pelo barato da cerveja e do cigarro, pelo corpo aeróbico e perfeito malhado nas academias e transformado em ícone sexual” (Kehl, 2004, p.100).

Na “ética” do consumo, o que vale é ser seduzido pelos produtos e agir de acordo com o que o mercado espera. O indivíduo inserido na sociedade de consumo é seduzido a “comprar pelo comprar”; sendo tratado como “marionete” nas mãos do mercado que não se preocupa com a sobrevivência do indivíduo. Isso acontece como resultado da lógica do consumo que oferta modelos identificatórios por intermédio da *indústria cultural* (que veremos adiante) que, de forma deliberada, manipula e persuade, atuando no inconsciente do indivíduo para a formação de subjetividades consumistas. É a partir do processo de internalização inconsciente das ideologias, via marketing, que se dá a adesão do indivíduo à mercadoria (Abeche, 2002).

Além disso, foram forjados normas e valores que promoveram um espírito mais “social” e mais “necessitado da aprovação exterior”; valores que davam respaldo à ideologia de consumo de massas, marcada pela valorização estética em detrimento da funcionalidade, por um consumo acrítico e fetichista, bem como pela dependência dos ditames da moda como forma de aceitação social. Segundo Bauman (2008) os indivíduos “aprendem” que consumir determinados bens e adotar certos estilos de vida são condições “necessárias” para a aceitação social, ou seja, o consumo dos objetos não se deve apenas pela invasão da publicidade nas vidas pessoais, mas também por ser signo da distinção social de seus portadores (Freire Costa, 2004). Diante disso, podemos compreender que os adolescentes como seres da cultura, almejam não apenas a sobrevivência biológica, mas também a aprovação e admiração do outro.

O desejo, diferentemente do que podemos supor, não é algo individual, mas sim social, tendo em vista que desejamos, em última instância, o que os outros desejam ou nos

convidam a desejar, logo, uma imagem publicitária eficaz apela ao desejo inconsciente e se oferece como objeto de satisfação, determinando quais serão os objetos imaginários de satisfação do desejo e fazendo o inconsciente trabalhar para o capital (Kehl, 2004).

O capitalismo foi capaz de fazer as pulsões trabalharem a seu favor, colocando o inconsciente a serviço do lucro (Kehl, op.cit). A publicidade se torna, assim, a principal promotora deste novo *ethos*, sendo um recurso para o escoamento dos bens de consumo nas sociedades capitalistas. Porém o desenvolvimento de suas técnicas de aliciamento do consumidor e de suas estratégias fundamentadas na insaciabilidade do desejo extrapolaram o objetivo original de promover a venda de certas mercadorias. Atualmente, a publicidade não serve apenas para convencer o comprador a comprar um determinado bem, mas “vende” sonhos, ideais, atitudes e valores para a sociedade. Os publicitários descobriram que é possível fazer o inconsciente do consumidor trabalhar a favor do lucro de seus clientes, tendo em vista que o inconsciente é amoral e funciona de acordo com a lógica da realização dos desejos.

Deste modo, uma massa crescente de indivíduos nas décadas de 50 e 60 passou a consumir (e desejar consumir) bens independentes de seu valor de uso e de necessidade. Esses bens não eram:

orientados para atender as necessidades básicas de alimentação, vestimenta, etc., mas destinavam-se, em larga escala, a alimentar os desejos de consumidores fascinados por símbolos de status e prestígio, ou seja, esses bens de consumo ociosos eram todos comercializados com base numa diferenciação simbólica que evocava o prestígio e status de seu consumidor – apelando para carências humanas arcaicas, de ordem psíquica (Severiano, 2007, p.78).

Há, nessa fase de consumo de massas, uma renovação constante de objetos e um *obsoletismo planejado* visando estabelecer um ritmo insaciável de consumo. Nesse sentido, os objetos passaram a ser consumidos pelos valores do design incorporados na mercadoria e regulados pela lógica do desejo cujo caráter insaciável leva a atender uma necessidade fundamental do capital: *promover incessantemente a circulação de mercadorias* (Severiano, op.cit, p.79).

A sociedade de consumo busca se legitimar culturalmente através do consumismo, apresentando as mercadorias como objetos de necessidade ditas “universais”, ocultando assim as desigualdades econômicas e sociais entre os compradores em potencial (Freire Costa,

op.cit). A estrutura econômica da sociedade atual visa construir um indivíduo interessado em consumir incessantemente mercadorias e para atender a tal lógica, os produtos precisam ser descartáveis e o mercado precisa criar novas e falsas necessidades de consumo para despertar o desejo e vender. O indivíduo da sociedade de consumo é estimulado a consumir para além da sua necessidade e não deve nunca estar satisfeito com o que possui. Neste cenário, o efêmero e o supérfluo passam a ter papel tão relevante quanto o imprescindível à vida (Bauman, 1999).

Esse modelo de sociedade de massas tem uma tendência homogeneizante que teve seu boom nas décadas de 50 e 60. No entanto, como aponta Hobsbawn (1995), nos anos 70 e 80, acompanhamos uma era de dificuldades econômicas mundiais, sendo que o modelo de crescimento econômico do pós-guerra passa a dar sinais de esgotamento. Diferentemente da crise da transição do capitalismo de mercado para o capitalismo de consumo de massas que se deu por parte da demanda, acompanhamos, a partir da década de 70, uma crise de oferta, com custos afetados, desaceleração nas taxas de crescimento e rentabilidade (Severiano, 2007). Essa crise é decorrente do fato de que:

a organização taylorista e fordista do trabalho já havia alcançado o seu topo de rentabilidade e começava agora a apresentar limites técnicos, políticos, sociais e mercantis intransponíveis. Isto porque a infraestrutura técnica do sistema fordista clássico, com sua rigidez, serialização e longas cadeias de montagem, tornou-se incapaz de acompanhar a velocidade de mudanças exigidas, na configuração formal de objetos. Gerou-se, pois, um impasse: se as séries se diversificassem e introduzissem muitas inversões rápidas, a própria inflexibilidade e rigidez da linha de montagem clássica levaria ao encarecimento do produto em lugar de seu barateamento. Por outro lado, se o produto não fosse constantemente renovado e evoluído em suas formas, isso poderia acarretar perda de competitividade e conseqüentemente dificuldades sérias na comercialização do produto (Alonso e Conde apud Severiano, 2007, p.81).

Vemos, diante disso, que o consumidor passou a exigir produtos permanentemente renovados, atrativos e diferenciados e que esta demanda por “personificação” não conseguia ser suprida pelos produtos serializados. Assim sendo, para que o produto tivesse destaque deveria ter um “diferencial”, o que levou a uma alta competitividade por novos mercados e uma segmentação do mercado. Além das dificuldades do setor industrial, devemos destacar a crise social decorrente do esfacelamento do estado de bem-estar social, responsável pela crise

do consumo público e social. O Estado intervencionista, que tinha o papel de regulador do desequilíbrio entre produção e consumo, foi perdendo esse poder em função da pressão neoliberalista sobre as políticas assistenciais. Esse dismantelamento do “estado de bem-estar” e a retirada de proteção do governo, bem como dos sindicatos levou a:

um aumento do processo inflacionário e ao fim do “pleno emprego”, o que acarretou um alto índice de desemprego e marginalidade, ao nível mundial, surgindo assim uma chamada “subclasse” – composta por aqueles que viviam do sistema assistencial público e que de alguma forma agora reviviam “a velha divisão vitoriana”, tornando-se os pobres “não respeitáveis” (Severiano, 2007, p.82).

Em meio a este contexto, o consumo que era até então majoritariamente público, passou a ser mais privado, sendo que as classes médias começaram a perder sua coerência anterior e a ascensão social passou a ser cada vez mais fechada numa espécie de renascimento da cultura de elitização social. Na década de 80, para a “resolução” desta crise, o sistema capitalista passou a priorizar as “razões econômicas de mercado”, tomando-o como um verdadeiro rei. Nesse sentido, enquanto fosse conveniente ao mercado a integração de amplos setores da população no universo de consumo de massas, todas as medidas foram tomadas em “prol do bem comum”. Tendo reequilibrado os setores I e II e com a balança pendendo para o lado da “oferta” e não da “demanda”, não foi mais necessário aos grandes monopólios buscar consumidores, mas sim selecioná-los e segmentá-los, sendo que aqueles que não conseguem atingir os “padrões mínimos de consumo” passam a ser vistos como “não respeitáveis”. Essa descrição retrata a nossa sociedade contemporânea, que apesar de ter sofrido mudanças, continua a ser uma sociedade de “massas” regida pelo mesmo modo de produção, mas agora de forma “segmentada” (Severiano, op.cit). Assim, podemos considerar que:

A palavra-“chave”, quase mágica que parece melhor refletir a ordem de algumas mudanças observadas nesta nova fase é a “fragmentação”, cujo fator básico propulsor, foi a introdução das novas tecnologias geradoras dos novos processos de informatização. Nesse contexto, os dois novos objetivos centrais, responsáveis pela modificação na forma dos processos produtivos são: a “integração” e a “flexibilização” (Alonso e Conde apud Severiano, 2007, p. 86).

A “fragmentação” remete à ideia de descentralização do poder, que a aproxima de temas de conotação política como liberdade, democracia e individualidade (Ortiz apud Severiano, op.cit) e que designa o momento de “ruptura” com um suposto estado anterior no mundo onde predominavam a centralização, o autoritarismo, a homogeneidade e a massificação. Nesse sentido, o mundo contemporâneo seria mais “democrático”, “individualizado” e “livre”. No entanto, como destaca Severiano (op.cit), o termo “fragmentação” diz respeito a uma *estratégia de reestruturação do processo de produção* em substituição às grandes cadeias de montagem da era fordista o que levou a uma reformulação na organização tradicional da divisão de trabalho, que se tornou mais “ágil” e “flexível” ao se adaptar às novas tecnologias, o que possibilitou a obtenção de maiores taxas de lucros.

No que diz respeito aos dois novos objetivos responsáveis pela modificação na forma dos processos produtivos, podemos dizer que a “integração” consiste na busca de uma maior utilização das máquinas que se deve a procedimentos informatizados e à utilização intensiva na força de trabalho, buscando uma polivalência de funções que havia sido abolida pelo taylorismo. Essa “integração” implica a centralização de poder, pois o conjunto de empresas transnacionais não está de fato “fragmentado” em sua organização, mas constituem um sistema de redes interligado pela mentalidade empresarial a serviço dos interesses de grupos organizados. Assim, cada módulo, apesar de trabalhar separadamente, tem um objetivo comum ditado pelas mega-corporações que homogeneiza todos os elementos dispersos da cadeia. Nesse sentido, “fragmentação”, diversidade e descentramento não significam descontrole, muito menos democracia, como se poderia supor, mas refere-se às estratégias transnacionais de divisão do trabalho visando a maior lucratividade (Ortiz apud Severiano, op.cit).

Já no tocante à “flexibilização”, podemos dizer que ela é o que permite a adaptação rápida das variações na demanda dos clientes, sendo que os produtos podem ser reconvertidos assim sem maiores dificuldades para utilização com vistas a séries mais curtas que no passado. Esse processo de fragmentação da antiga cadeia de montagem é conhecido como “toyotização” (Severiano, op.cit), cuja “vantagem” está na possibilidade de que o aparato produtivo pode “adequar sua oferta a “nichos” específicos da demanda dita “personalizada” em curtos espaços de tempo e sem perder o nível de produtividade fordista” (Ortiz apud Severiano, op.cit, p. 88). Diante disso podemos concluir que:

a “integração”, a “flexibilização” e a “fragmentação” surgiram não porque a sociedade tenha se tornado mais “democrática”, mas porque diante da complexificação crescente

dos “mercados”, em escala mundial, era lucrativa para os grandes oligopólios a criação dessas novas estratégias. Portanto, “fragmentação”, “pluralidade”, “diversidade”, “personalização”, etc., são termos originalmente referidos à dinâmica dos processos produtivos, de sorte que a extrapolação deles para o terreno da subjetividade humana revela-se ideológico porque camufla os fins: fragmenta-se, pluraliza-se, diversifica-se e personaliza-se para melhor controlar (Severiano, op.cit, p. 88).

Na contemporaneidade, também chamada de “sociedade de consumo”, assistimos a uma nova ética, não mais pautada no “consumo de massa” (que utilizava como argumento para justificar a “democracia” a possibilidade de todos consumirem), mas sim em uma ética voltada para o “consumo individualizado”, “diferenciado” e “segmentado”, cujo argumento para sua justificação se dá em função da “diversidade” de produtos, bem como de que os diferentes segmentos podem eleger os bens de acordo com seu “estilo”. Nesse sentido, a “democracia” baseia-se na “livre escolha” dos bens de consumo (Severiano, op.cit), sendo que o sistema supostamente passa a “reconhecer” os homens em suas “diferenças”.

Vemos nesse cenário, a exacerbação da ideologia do individualismo, com a aclamação da liberdade. O ideal de um indivíduo autônomo do nosso tempo faz parte da ética hedonista da sociedade de consumo, professando por um lado a crença na racionalidade e soberania do indivíduo a partir de uma competitividade supostamente pautada no liberalismo econômico, mas por outro apelando para o imaginário do consumidor através da publicidade, “instigando-o em sua incompletude e prometendo a realização dos seus desejos de forma “personalizada”” (Severiano, op.cit, p.89). Acompanhamos, nesse processo, a passagem de uma cultura conformista para uma cultura que se aproxima mais da libertação da individualidade e das diferenças. Ao diversificar a produção, se crê que, automaticamente, se diversificam os homens, no entanto, como aponta Severiano (op.cit):

A fraude em associarem-se ou confundirem-se características do objeto com características do consumidor possui seu lado ideológico, porém, também revela o atual processo de “pseudoindividualização”: a individualidade do sujeito parece ter sido dissolvida a tal ponto que ele só tem o objeto como fonte de referência, como único suporte de identidade. Daí o homem “mudar” de acordo com as estratégias de mercado: quando a produção “em massa” dominava, falava-se do “homem massificado”, quando ele se “personaliza”, fala-se do “homem individualizado”. A conformidade ao objeto continua, dele, o homem ainda retira a autodenominação; ele

ainda parece ser a dimensão única, ou prioritária, para a auto-referência (Severiano, op.cit, p.90).

Podemos afirmar, portanto, que a sociedade do consumo surgiu como uma necessidade capitalista de sobrevivência e se pauta em ideologias de igualdade e liberdade. Mas que igualdade e liberdade seriam essas, se não a falsa liberdade de escolha de produtos no mercado e as igualmente ideológicas igualdades das possibilidades de consumo?

Baudrillard (1995), afirma que o ideal de liberdade e de felicidade destinado a todos os homens construídos pelo Iluminismo é a referência máxima da sociedade de consumo, revelando-se como condição equivalente à “salvação” de outrora. A felicidade deve ser vista em propriedades de igualdade entre os homens para que seja aceita e divulgada e para que isto seja possível torna-se necessária sua exteriorização de maneira mensurável, ou seja, a fruição total revela seu fim no consumo, que passa a ser o critério para demonstrar o bem-estar vivenciado pelos indivíduos cada vez mais individualistas da contemporaneidade. A seguir, daremos ênfase ao conceito de indústria cultural que nos auxiliará na compreensão das injunções violentas da sociedade de consumo.

3.1.1 A Indústria Cultural: porta-voz da sociedade de consumo

O ensaio *A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas*, escrito por Adorno na década de 40, permanece ainda hoje como um texto fundamental para a compreensão dos fenômenos da cultura de massa e indústria do entretenimento. A importância do fenômeno da indústria cultural para a compreensão do capitalismo residia para Adorno no fato de designar algo novo e ainda incipiente na Europa das décadas de 30 e 40, mas já em curso nos EUA, país no qual Adorno esteve exilado entre 1938 e 1949 (Gatti, s/d).

Nos EUA, Adorno se deparou com fenômenos que colocavam em xeque conceitos como “entretenimento” e “cultura de massas” e que não traduziam a produção e o consumo de produtos culturais em larga escala, pois poderia sugerir equivocadamente algo como uma cultura que emergisse de forma espontânea das massas. Assim sendo, os fenômenos compreendidos sob o conceito de *indústria cultural* teriam outro significado, qual seja uma cultura que é imposta de cima para baixo e não o contrário; tendo como intuito adaptar e integrar a massa à ordem social vigente. Em todos os setores da *indústria cultural* fabricavam-se, de modo mais ou menos planejado, produtos para consumo das massas e tal consumo já

era determinado por esses mesmos produtos, assim sendo, a *indústria cultural* seria a integração deliberada, pelo alto, de consumidores (Gatti, s/d).

As condições que possibilitaram a emergência e o fortalecimento da *indústria cultural* foram: o desenvolvimento técnico, que possibilitou a produção e a difusão em larga escala de seus produtos e a concentração econômica e administrativa que integrou a produção e a difusão, dando a eles o caráter de sistema. Trata-se de um rearranjo entre forças produtivas e relações de produção, característico de uma nova fase do capitalismo, na qual o desenvolvimento das forças produtivas não está sujeito a entrar em contradição com as relações de produção, provocando uma ruptura do sistema, mas é controlado e orientado por tais relações no sentido da manutenção e expansão do capitalismo. O que está em jogo, segundo Adorno, são formas de controle social que afastam a possibilidade de superação do capitalismo (Gatti, s/d).

Para Adorno (2002) o que diferenciava as formas de entretenimento da Europa da *indústria cultural* era a racionalização de sua produção e sua difusão segundo diretrizes do capitalismo monopolista. O autor ressalta que não devemos tomar o conceito de indústria cultural ao pé da letra, uma vez que ele não diz respeito ao processo de produção em sentido estrito. No que diz respeito à produção, o termo “indústria” refere-se à racionalização dos procedimentos de planejamento e à padronização consequente do produto. O planejamento implica a antecipação das regras que orientam a fabricação da obra em relação à própria obra. Tal antecipação leva à transferência da responsabilidade pela elaboração da obra do artista para administradores, técnicos e diretores que a julga não pela sua qualidade artística, mas sim pela possibilidade de lucro e sucesso no mercado (Gatti, s/d).

A consequência imediata do processo de racionalização do planejamento é a padronização dos produtos, sendo que Adorno chega a afirmar que toda cultura de massa é idêntica, ou seja, a *indústria cultural* elabora uma linguagem destinada à produção de efeitos de fácil assimilação imediata, o que exige a exclusão de todo elemento que escape ou questione a fórmula adotada. A repetição destes elementos numa série de produtos naturaliza a linguagem da *indústria cultural* a ponto de criar um repertório de gestos estigmatizados e prontamente reconhecíveis por qualquer indivíduo familiarizado com os produtos. (Gatti, s/d).

O termo “indústria” designa, portanto, a racionalização das técnicas de divulgação, ou seja, ao amplo aparato formado por cinema, rádio, televisão e imprensa para veicular produtos, o que demonstra a aproximação dos interesses dos produtos culturais com os de outros setores econômicos visando o lucro. Já o significado do termo “cultura” pode ser esclarecido com uma comparação desenvolvida por Adorno entre os produtos da indústria

cultural e as obras de arte. Adorno (2002) afirma que a autonomia da arte não existiu desde sempre, mas que é um produto da sociedade burguesa, que libertou o artista de sua histórica dependência em relação à Igreja, à nobreza e ao mecenato. A partir de meados do século XVIII, o artista ficou entregue às leis do mercado e a obra de arte se descobre como mercadoria. (Gatti, s/d).

Para Adorno, a arte seria a negação de finalidades exteriores a ela e a negação da padronização e da primazia do todo sobre o particular impostas pela indústria cultural. No entanto, o autor critica a submissão da arte a finalidades políticas imediatas e conclui que a *indústria cultural* transformou a cultura em objeto da produção capitalista, o que faz com que a cultura perca sua relativa independência em relação aos mecanismos de reprodução material da sociedade e integre-se ao funcionamento dela. Com isso, a cultura é desprovida de seu papel de negação da ordem social, tornando-se afirmação da lógica de mercado, ou seja, a indústria cultural leva a uma mercantilização da cultura, dissolvendo a oposição histórica entre cultura e mercado. (Gatti, s/d).

Nos EUA, Adorno se deparou com o que ele denomina “capitalismo administrado”, que tem por necessidade o controle e a dominação social para sustentar formas de organização capitalista. Diante disso, vemos que a consciência é objeto de controle das instâncias de planejamento e dominação necessárias à sobrevivência do sistema capitalista. De acordo com Gatti (s/d) a *indústria cultural* realiza o controle da consciência a fim de neutralizar o potencial crítico do indivíduo e que leva a uma destruição do indivíduo como pessoa autônoma, assimilando-o ao funcionamento do sistema e levando a homogeneização da consciência das pessoas análoga àquela dos produtos da indústria cultural. Assim, para a construção de uma massa de consumidores “adequados” aos interesses hegemônicos foram instituídos, de forma orquestrada, mecanismos ideológicos a fim de manipular as consciências individuais (Caniato, 2009).

Para alcançar tal intento, a *indústria cultural* lança mão do conjunto de empresas e instituições cuja principal atividade econômica é a produção de cultura, com fins lucrativos e mercantis, sendo que nesse sistema de produção cultural encaixam-se a TV, o rádio, jornais, revistas e o entretenimento em geral; que são elaborados com o intuito de aumentar o consumo, moldar hábitos, educar, informar (Martins, 2009). Todo esse aparato visa a internalização inconsciente de ideologias para a construção da cumplicidade dos indivíduos ao *modus vivendi* da sociedade de consumo. Diante disso, podemos afirmar que a *indústria cultural* tem por função construir individualidades que possam manter o *status quo* da contemporaneidade.

As concepções desenvolvidas por Adorno e Horkheimer nos anos 40 soam como previsões do que aconteceria nos anos seguintes até chegar aos dias de hoje, numa era marcada pela tecnologia e globalização da indústria cultural. Se nos anos 50 a televisão, o rádio e o cinema eram os veículos por excelência na análise dos frankfurtianos, na contemporaneidade devemos destacar a internet, a qual integra diversas mídias, fazendo com que os telespectadores passivos da TV e do rádio se tornassem um canal de difusão do que é propagado pela mídia. Os internautas podem “compartilhar” em suas redes sociais conteúdos e ideias da cultura dominante (Prioste, 2013).

Duarte (2007) destaca que, com o aperfeiçoamento dos meios tecnológicos de produção, reprodução e difusão de mensagens visuais e sonoras, há uma expansão dos métodos manipulatórios da indústria cultural. Nesse sentido, a emergência da internet aguça o potencial manipulativo da personalidade do consumidor por parte dos conglomerados internacionais, ampliando as possibilidades de manipulação econômica e ideológica. Além disso, as “realidades virtuais¹⁰” permitem ações mais eficazes na alteração de hábitos e valores, atuando no inconsciente. Sob o capitalismo tardio, a indústria cultural consolidou-se em oligopólios com a junção de indústria de hardware, telecomunicação e diversão, que calcadas no neoliberalismo econômico, expandiu-se subsidiada, sobretudo pela internet que potencializou a manipulação ideológica nos aspectos objetivos e subjetivos. Podemos considerar que:

No aspecto econômico observa-se, na contemporaneidade, a tendência da indústria cultural se tornar independente das tradicionais indústrias que antes financiavam as programações culturais. Atualmente, a indústria do entretenimento, aliada às empresas de tecnologia e de comunicação, tende a formar conglomerados de imenso poder econômico. No que concerne ao aspecto ideológico, destaca-se, no plano objetivo, as estratégias empregadas para atingir seus propósitos, que são prioritariamente a “manipulação retroativa” e a “expropriação do esquematismo” (Prioste, 2013, p.55).

Duarte (2008) aponta que na era da indústria cultural globalizada a forma preponderante de dominação é a *expropriação do esquematismo*, que diz respeito à

¹⁰ A expressão realidade virtual designa as tecnologias de interfaces, que utilizam técnicas e equipamentos de informática para recriar sensações de realidade para um indivíduo (Prioste, 2013).

capacidade de entendimento e ao procedimento gnosiológico¹¹. Na atualidade, vemos uma distorção dessa capacidade de entendimento em decorrência das estereotípias e pré-juízos de gostos incutidos pela indústria cultural, cujos produtos têm sua apreciação estética condicionada a juízos de gosto diferentemente de juízos estéticos reflexionantes (do gosto) que permitiriam a imaginação e o entendimento. Assim sendo, as percepções dos produtos da indústria cultural são essencialmente diferentes dos juízos do gosto. Outro problema apontado por Duarte (op.cit) é o *realismo do meio*, que se refere à dimensão realística da produção cultural. Nesse aspecto, assistimos, atualmente, a proliferação de telas de alta definição, bem como dos smartphones, games e imagens 3D que acabam por dissolver os limites entre real e virtual, tornando os produtos culturais *deformadores da percepção*.

Um exemplo de como a *indústria cultural global* promove manipulações estéticas, pode ser constatada na crescente valorização das “marcas” em detrimento da real qualidade do produto, afinal, quando alguém escolhe um produto atualmente, o faz movido mais pelo seu valor de troca do que pelo seu valor de uso. Prioste (2013) aponta que resistir a esse cenário é algo difícil, em especial pela onipresença da indústria cultural global que sobrepõe a superestrutura ideológica à infraestrutura material. Além disso:

com o progresso tecnológico e os aparatos da realidade virtual altamente desenvolvidos, vem ocorrendo a imbricação da realidade na virtualidade, e do ilusório no real, promovendo um intencional apagamento dos limites entre essas duas dimensões, como mais uma forma de manipulação ideológica potente (Prioste, op.cit, p.57).

O mito da internet livre e gratuita parece fazer parte desta manipulação ideológica, pois esconde o fato de que o ciberespaço lança mão de vídeos, músicas, filmes, jogos e dos mais variados conteúdos para uma “diversão” vinculada à intenção de venda de produtos. De forma similar ao que Adorno observava a respeito da diversão na televisão como “adestramento ao consumo”, vemos na internet essa mesma perspectiva com a diferença de que “o consumidor pode passar ao ato imediatamente, pois o ciberespaço é, acima de tudo, um shopping virtual” (Prioste, op.cit, p.78).

Desta forma, vemos que a *indústria cultural global* respaldada pela economia neoliberal, tem produzido transformações não apenas na esfera econômica, mas também no

¹¹ Gnosiologia (ou gnoseologia) é a parte da Filosofia que estuda o conhecimento humano. É formada a partir do termo grego “*gnosis*” que significa “conhecimento” e “*logos*” que significa “doutrina, teoria”.

campo político e psíquico, tendo efeitos importantes na constituição subjetiva dos adolescentes contemporâneos (que serão abordados no capítulo 4). Além disso, esse processo implica uma forte violência simbólica, a qual é o principal veículo da ideologia da *indústria cultural* e integra as trocas simbólicas entre indivíduo e cultura por intermédio do processo de identificação (Caniato, 2009). A violência simbólica da *indústria cultural* tem na mídia, sua principal aliada, à medida que esta difunde os ideais da lógica da mercadoria e silencia qualquer sinal de intolerância a tais ideais. O poder de manipulação da mídia produz uma profunda alienação, destruindo a capacidade de pensamento e discernimento dos indivíduos, deixando-os à mercê das manipulações identificatórias; tornando os indivíduos conformados com sua situação.

Os modelos identificatórios impostos socialmente são preparados a fim de tornarem-se atraentes para os indivíduos que passam a dar adesão a tais modelos que são fortemente difundidos pela mídia. Os indivíduos se submetem aos ditames difundidos pela mídia que captura os seus desejos e silencia o pensamento reflexivo, levando os indivíduos a não reagir diante da violência simbólica por eles internalizada de maneira inconsciente. A *violência simbólica* não se apoia na força das armas tampouco produz feridas físicas, mas age de modo a impedir manifestações de oposição ao sistema vigente; o funcionamento da sociedade é garantido, portanto, pela internalização da ideologia (Guinsberg apud Caniato, 2009).

A *violência simbólica* atua na sociedade com o objetivo de empreender o controle social dos indivíduos pela lógica da mercadoria, distorcendo os sentimentos e pensamentos dos indivíduos e contaminando seus vínculos. O isolamento dos indivíduos pelo imperativo individualista vai à contramão da necessidade das relações humanas que temos; tal afastamento dos demais é, segundo Caniato (op.cit), imposto pelas mídias, pois assim os indivíduos são mais facilmente aliciados pela *indústria cultural*. A sociedade de consumo que vimos anteriormente espera que os indivíduos sejam seus servos fiéis.

Para Freire Costa (1986) a violência social se expressa na maioria das vezes sob a forma camuflada de violência simbólica, tendo como objetivo a normatização dos indivíduos de modo que respondam passivamente as demandas da sociedade. As estratégias de manipulação da *indústria cultural* são cada vez mais sofisticadas e acabam por seduzir e ludibriar os indivíduos imersos na sociedade de consumo, diante disso, os indivíduos não têm conseguido se desvincular dos efeitos da violência simbólica que o amordaçam e paralisam (Caniato, 2009).

A estratégia de captura dos indivíduos a partir da lógica do consumo nos ajuda a entender o esfacelamento das trocas fraternas que acompanhamos na contemporaneidade, uma

vez que levam os indivíduos à busca por amparo não no outro humano (desqualificado e temido), mas sim na forma impessoal que lhe é imposta pela sociedade do consumo. Hoje, são os objetos que são idealizados, mesmo a despeito de que eles não deem retorno afetivo algum para tal idealização. Isso nos mostra a violência simbólica das falsas e enganosas promessas de felicidade propagadas pela *indústria cultural*.

Para a manutenção do *status quo* as diferenças individuais e culturais devem ser suprimidas, sendo comum atribuir aos grupos discordantes o signo da malignidade, ou seja, identificando tais grupos como socialmente perigosos ou merecedores de exclusão social (Sawaia apud Caniato, 2009). Nesse cenário, o desenvolvimento da consciência pelo contato reflexivo com a realidade é um processo difícil em especial para pessoas cuja estrutura de personalidade foi moldada para fugir do esforço de defrontar-se com a diferença e com o novo. Essa familiarização dos indivíduos contemporâneos à hostilidade da *violência simbólica* é preocupante e tem se refletido na indiferença nas relações humanas e na internalização da violência contra si próprio. Por fim, vemos que em meio a isso tudo a subjetividade fica vulnerável, sem referenciais de realidade e de autoridade de um outro diferente que marque a separação entre a verdade e a mentira, entre o possível e o impossível (Cohn apud Caniato, 2009).

3.1.2 Os ideais da sociedade de consumo

Como vimos anteriormente em nosso trabalho, na adolescência, a busca por autonomia se intensifica e há um esforço para distanciar-se das figuras parentais, o que leva os adolescentes a se depararem com os modelos identificatórios ofertados pela sociedade e que vão além de seu universo familiar. À medida que o jovem se afasta de seus pais da infância, os valores que traz consigo vão sendo atualizados e/ou substituídos e com isso são construídos novos ideais a partir da relação com a cultura (Levisky, 1999). Ao procurar processar essa passagem do universo infantil para o adulto, os adolescentes são impelidos a produzir significantes necessários para suportar os conflitos psíquicos do processo de passagem no qual estão imersos.

Matheus (2002) aponta que neste percurso os ideais cumprem um papel de destaque, pois se tornam uma formação de compromisso entre os ideais de geração precedente projetados na nova geração e a resistência que se opõe a este movimento. A nova geração busca processar os ideais herdados, transformando-os de forma a negar ou reafirmar a

mensagem transmitida pelas gerações anteriores. Assim sendo, vemos a importância do estudo sobre os ideais na adolescência, uma vez que estão diretamente ligados ao universo de referências dos jovens e nos laços que sustentam a sociedade. Mas quais têm sido os elementos que cumprem a função de ideais da cultura atual?

Partindo do entendimento de cultura como um tecido composto das várias produções humanas que auxilia na constituição do corpo social (Matheus, op.cit), creio que seria mais adequado falarmos de “ideais de culturas” no plural, tendo em vista que cada cultura é composta de várias culturas ou subculturas. Assim sendo, pensar nos ideais de uma cultura específica é levar em conta que são produzidos num determinado momento histórico e que são elementos constituintes da subjetividade que nela se produz. Portanto, para compreendermos o processo de construção de ideais na contemporaneidade, devemos levar em consideração os já mencionados processos internos que são operados no psiquismo do adolescente, bem como a sua relação com o mundo externo (o mundo contemporâneo que retratamos anteriormente).

Vemos assim, que a noção de *ideal*, sob a perspectiva psicanalítica que utilizamos em nosso trabalho, põe em relevo a dimensão social do sujeito psíquico, ou seja, os ideais apontam para o lugar que o outro ocupa na constituição do sujeito. Diante disso, tomaremos o conceito de *ideal* como um “conceito-limite” por se apresentar como ponto de intersecção entre o saber psicanalítico e o político/social; entre a singularidade do sujeito psíquico e sua dimensão social (Koltai apud Matheus, op.cit). Essa formulação dá sustentação para nossa articulação entre adolescência e cultura, tendo em vista a interdependência entre *ideais de eu* e *ideais culturais*. No entanto, apesar dos ideais culturais serem determinantes na constituição dos *ideais de eu*, devemos ressaltar que aqueles não são a soma destes, bem como estes não são a expressão imediata daqueles.

Por não possuir uma formulação consolidada na obra de Freud, a noção de *ideal cultural* deve ser discriminada do conceito de *ideal de eu*. Essa distinção, apesar de imprecisa, é necessária a fim de evitar a transposição direta de um conceito que diz respeito ao aparelho psíquico do sujeito para a dimensão coletiva. Além disso, nos permite manter a consideração dos ideais como conceito-limite, sustentado por sua dupla determinação. Ao evitarmos a transposição precipitada de um conceito tópico do aparelho psíquico para a dimensão social na qual está ligada, evitamos a cisão indivíduo/sociedade e levamos em conta a tensão entre ambos que a noção de *limite* possibilita (Matheus, op.cit).

O *ideal de eu*, como sabemos, é sustentado pelos vários outros que vão se incorporando a partir das identificações que o sujeito estabelece ao longo de sua história.

Assim sendo, a dimensão social que constitui o sujeito se encontra inscrita na constituição do *ideal de eu* de cada um. Isso significa que essa instância não é a mesma para diferentes sujeitos e que falar em “ideal de eu da cultura” seria incorrer no erro de “psicologizar o social” (Matheus, op.cit).

Vimos em nosso trabalho, que o processo de constituição subjetiva ocorre a partir de operações identificatórias, bem como, que os ideais culturais presentes nos discursos dominantes são determinantes em tais operações e nos caminhos identitários que o sujeito percorrerá, uma vez que tais ideais orientam a configuração do desejo na formação do *ideal de eu* e das identificações, indicando ao sujeito o que é necessário para que ele seja reconhecido e valorizado pela sua rede social (Bertol e Souza, 2010).

Os discursos hegemônicos presentes na contemporaneidade são propostos como “ideais de subjetividade”, e podem ser relacionados ao que Jurandir Freire Costa (1986) denominou *tipo psicológico ordinário*; um perfil com características idealizadas pela rede social e que serve de referência para como os indivíduos devem se portar. O sujeito que se identifica e que age de acordo com este perfil, compartilhando das normas e dos valores dominantes, tende a sentir-se pertencente e aceito pelo grupo. Já o indivíduo que não se reconhece nesse perfil, tende a ter um sentimento de desvalia e insuficiência em função de não se conseguir atingir os ideais impostos socialmente com perfeição.

Fugir do “padrão” imposto pela sociedade de consumo tem como consequência para os adolescentes o sentimento de não pertencimento e de exclusão, pois há, atualmente, uma oposição entre os “excluídos” e os “incluídos”, sendo que estar excluído significa fazer parte da maioria da humanidade excluída da globalização; já o conceito de inclusão seria estar vinculado ao mercado, ou seja, ter acesso aos bens de consumo oferecidos pelo mercado (Dussel apud Abeche, 2003). Diante disso, podemos afirmar que nossa sociedade além de não fornecer amparo aos adolescentes, os culpabiliza por não atenderem aos pré-requisitos para ter “sucesso”. Para chegar a esse tão almejado sucesso, os indivíduos tem que seguir as formas de desejar, sentir, pensar e agir que lhes são impostas pelos modelos identificatórios cultuados socialmente.

Os adolescentes vêm reproduzindo por mediação das identificações inconscientes os modelos identificatórios forjados pela *indústria cultural*, internalizando sem juízo crítico as ideias, valores e costumes sociais exigidos para a manutenção do *status quo* societário (Carone apud Caniato, 2009). Em nossa sociedade, os indivíduos são solicitados e encorajados a satisfazer seus desejos por meio do consumo desenfreado e de ideais estabelecidos pelo “Divino mercado” (Dufour, 2005), cuja lógica depende de um mercado

movido por um apelo ao gozo e não à renúncia.

Os ideais dos jovens na atualidade são marcados por elementos como: a liberdade, a autonomia no que diz respeito à propriedade privada e a valorização narcísica do indivíduo (Kehl, 2002), o consumo, o lazer e o trabalho (Abramo, 1994). No que diz respeito ao consumo e ao lazer, Matheus (op.cit) destaca que a partir da década de 70, ambos deixaram de ser privilégio das camadas mais favorecidas da população, sendo acessados e almejados por camadas populares. Já o trabalho ganhou uma importância maior entre os jovens não só pela possibilidade de autonomia em relação à família, mas também no sentido de possibilitar o consumo de bens valorizados. Assim sendo, o trabalho, mesmo que não represente para alguns um ideal propriamente dito, é encarado como um meio para atingir o tão idealizado “bem-estar” que se configura como um novo modo de alienação, orientado para o gozo e para o consumo (Abeche, 2003).

Outro ideal preconizado pela mídia e pela sociedade de consumo na atualidade é o “ideal de plenitude”, o qual submete os jovens a uma frustração contínua ao apresentar ideais de prazer e bem-estar inatingíveis, o que é potencializado pelo já mencionado contexto que incita o gozo efêmero. Ferraris (2005) aponta que os meios de comunicação e o mercado se “intrometeram” na questão da busca identitária dos adolescentes fornecendo ideais inalcançáveis de sucesso e identidades ligadas ao consumo. Temos no mundo contemporâneo exigências desmedidas, ilusórias e inatingíveis que fazem com que o adolescente sinta-se desamparado e com um constante sentimento de impotência e insuficiência¹² (Ehrenberg, 1998), pois nada do que fizer o fará atingir o ideal de completude pregado pela sociedade. Cardoso (2006) considera que nesse cenário a cultura parece negar um espaço para a angústia e solidão, como se ambas não existissem, o que faz com que o jovem se sinta perdido e desorientado.

A vida parece não ser mais concebida como um percurso que inclui altos e baixos, incertezas e acertos, dúvidas, mas sim como um empreendimento cujos resultados devem ser garantidos o quanto antes; diante disso podemos entender o surgimento de uma geração de crianças e adolescentes com uma agenda cheia de atividades preparatórias para a futura competição por uma vaga no mercado de trabalho. As implicações deste cenário para os adolescentes têm sido o esvaziamento da imaginação, da vida interior e da capacidade criativa, bem como sentimentos de vazio, tédio (Kehl, 2004) e uma carência de ideais e projetos (Matheus, 2002). Diante desse mundo pobre de ideais, cercado de violência,

¹² Para Ehrenberg (1998) o indivíduo insuficiente é aquele que sempre deve se superar, encontrando formas flexíveis de agir.

competição, superfluidade, egoísmo e indiferença tudo parece apontar para a falta de perspectivas, desesperança e insegurança que assola os adolescentes contemporâneos. Podemos considerar ainda que nosso contexto social favorece um funcionamento psíquico pautado no *eu ideal* (caracterizado pela ilusão de unicidade e onipotência) e não do *ideal de eu*, o qual possibilitaria a construção de projetos.

Para aprofundarmos nosso entendimento acerca dos ideais contemporâneos, faz-se necessária a compreensão da chamada *sociedade do espetáculo*, termo cunhado pelo escritor francês Guy Debord (1931-1994), para retratar o modo de vida no qual a relação entre as pessoas é mediada por imagens. Debord (1997) aponta que o espetáculo significa que o mundo da mercadoria dominou tudo que é vivido e levou a separação entre o homem e tudo aquilo que ele produz. Diante disso, o consumidor passa a consumir ilusões e o espetáculo pode ser compreendido como uma alienação que distorce as consciências individuais, guiando-as por caminhos não determinados pelo desejo individual. Como aponta o autor:

A alienação do espectador em favor do objeto contemplado (o que resulta de sua própria atividade inconsciente) se expressa assim: quanto mais ele contempla, menos vive; quanto mais aceita reconhecer-se nas imagens dominantes da necessidade, menos compreende sua própria existência e seu próprio desejo. (Debord, 1997, p. 24)

Cardoso (2006) destaca que na contemporaneidade, a imagem desempenha um papel fundamental e que contrariamente ao mundo dos segredos íntimos e dos enigmas, a atualidade é marcada por ideais difundidos imagneticamente. O mercado, por meio da ideologia publicitária, via *indústria cultural*, especializou-se em fabricar, mais que mercadorias, imagens de mercadoria. Como aponta Abeche (2002), consumir atualmente não é mais se apropriar de objetos físicos, mas sim de imagens, marcas, atitudes e conceitos, ou seja, pode-se dizer que o indivíduo consome para ter visibilidade. Diante disso, ser alguém implica ser capaz de produzir uma determinada imagem. A construção de tal imagem de ideal na sociedade de consumo se dá com objetos ofertados como ornamentos e o ideal deixa assim de ser um modelo de como o sujeito deseja ser no futuro e passa a ser o que ele precisa ter para ser uma imagem, ou seja, o *ideal de eu* deixa de ser uma imagem que comporta uma subjetividade e valores e passa a ser um mero ícone. Assim sendo, para a vida ser considerada “real” é necessário que ela se torne imagem, o que implica dizer que a imagem passou a ser considerada mais real do que a própria vida.

Pinheiro (2001) destaca que na contemporaneidade o sujeito é passivo diante da tecnologia e dos bens de consumo, os quais se configuram como apelos que induzem o indivíduo a considerar que a imagem determina o que ele é e o que ele sente. Estas imagens são baseadas em valores frágeis e efêmeros, pautados na ditadura do “ter” em detrimento do “ser”. Diante disso, a oferta de prazer é uma constante e tudo se anuncia como possível e mesmo assim nada é suficiente, pois as informações são geradas e propagadas na mesma velocidade que a ilusão de satisfação se esvai. Minerbo (2009) aponta que na lógica da sociedade do espetáculo, “aparecer é ter valor e ser bom”, o que repercute na maneira como sentimos e avaliamos aquilo que é bom e desejável, o que nos torna felizes ou infelizes ou ainda sobre nossos valores.

Os adolescentes inscritos nessa sociedade cultuam celebridades que ocupam a cena midiática. Como demonstra Caniato (2009) a cultura atual difunde pela mídia e por meio da indústria cultural os modelos identificatórios “ideais”, tais como atrizes, *top-models*, esportistas vencedores e outras celebridades *vips*. Pois:

ser célebre, famoso, gozar do luxo, da riqueza, dos gostos extravagantes e de um suposto mundo sem limites, faz parte dos ideais forjados pela sociedade de consumo e captura os adolescentes de diversas maneiras. O sonho de tornar-se celebridade está presente na maioria dos adolescentes (Prioste, 2013, p. 322).

Isso pode ser visto atualmente no *Funk ostentação*; um estilo musical que faz um enorme sucesso e cujos temas centrais fazem menção ao consumo e ao esbanjamento de carros, bebidas e objetos de luxo. O espetáculo, tal como nos mostra Debord (1997) apreende o indivíduo na aparência das coisas, consumindo sua capacidade de percepção da sua própria vida; torna o homem um espectador que deixa de vivenciar os acontecimentos da sua vida. Ao imaginar-se como estrela e dedicar seu tempo e energia à vida alheia, os jovens perdem o fio de suas próprias vidas e desejos. Nesse sentido, os adolescentes, ao consumir o estilo de vida dos artistas, acabam por consumir a própria vida.

A invasão dessa “moral do entretenimento” no cotidiano pelos meios de comunicação leva à ideia de que ter mérito é ter visibilidade midiática (Freire Costa, 2004b). Assim sendo, os jovens tem a noção de que o respeito é algo exclusivo àqueles que aparecem em jornais, revistas e televisão. A partir disso, podemos compreender a necessidade do adolescente de “aparecer” e “ser visto” menos como uma vaidade e mais como um sentimento de “existir”, de poder “ser” e ter “valor” aos olhos dos outros (o que discutiremos melhor no capítulo 4 no

uso do *Facebook* pelo adolescente). O olhar do outro passa a ser fonte de existência, pois ele é um espectador indispensável para confirmar a grandeza da “obra”.

Birman (2009) considera que diante desse estado das coisas, a alteridade perde seu lugar de troca e vira fonte de exaltação constante do próprio *eu*. Assim, a relação com a alteridade parece ter poucas possibilidades na cena social atual, uma vez que os ideais da cultura contemporânea tem como valores o autocentramento do sujeito que se expressa pelo individualismo, incitando o sujeito para o polo do narcisismo. Com isso, a alteridade cede lugar para o narcisismo e vão se configurando modelos hegemônicos de produção de subjetividade, nos quais não há espaço para a diferença.

A consequência desse cenário é a *estetização da existência* (Birman, 2009), ou seja, os indivíduos buscam fazer da sua própria vida um grande espetáculo ou uma “obra de arte” a ser admirada pelo outro. Vemos, portanto, que na cultura do consumo, a imagem e a estética são os elementos que ditam as relações o que nos mostra a importância dada hoje ao estilo. Esta estetização da vida implica considerar objetos oferecidos pela indústria cultural como dotados de um valor simbólico para além do valor de uso. Assim, aquilo que se consome se transforma em signo de reconhecimento de um determinado grupo social ou modos de ser (Castro, 1999).

Outra consequência desse fenômeno é a autoexposição dos adolescentes na internet (que também terá destaque no capítulo 4); sendo que programas como *Facebook* e muitos outros são desenvolvidos com o intuito de que a indústria da produção e consumo de imagens do *eu* possa se expandir. Nessa lógica, tudo deve virar espetáculo, inclusive a intimidade. Minerbo (2009) destaca que até mesmo a transgressão adolescente, outrora feita às escondidas, se tornou espetacular nos dias de hoje.

Outro sintoma muito presente na sociedade contemporânea são as diversas maneiras de manipulação do corpo que estão a serviço da busca por atingir um ideal estético que dificilmente será alcançado; temos as pílulas que emagrecem, as “bombas” que incham os músculos, as plásticas e cirurgias, todos elementos que visam alcançar a ilusão do “corpo perfeito”, o qual passa a ser um troféu a ser exibido. Cardoso (2006) considera que a intensa exaltação do corpo é um fenômeno próprio de nosso tempo, marcado por uma dimensão narcísica e que tende a se evidenciar na adolescência de maneira peculiar, uma vez que é um período marcado por transformações corporais e psíquicas, no qual o sujeito tem que lidar com a perda de sua condição infantil.

O sociólogo Le Bretton (2005), ao estudar as questões das marcas no corpo, classifica as dietas, cirurgias plásticas, tatuagens, *piercings* e outros adereços, tão caros aos

adolescentes, como sintomas do afastamento dos indivíduos da trama social e a afirmação da liberdade como um ideal a ser seguido. Através dessas “marcas”, o indivíduo torna o seu corpo um “mundo em miniatura” em busca de uma identidade aceitável. Birman (2009), por sua vez, aponta a cultura da tatuagem como uma das formas de singularização buscada atualmente pelos jovens diante da invisibilidade identitária que os marca. Deste modo, eles buscam marcar o corpo para adquirir visibilidade e ser identificado, singularizado.

Já Minerbo (2009) compara a tatuagem ao consumo da *griffe*, tomando ambos como uma forma de construção e de exteriorização da identidade. O sujeito pode ter a experiência de si ao olhar para a pele, pois a identidade está, literalmente, à flor da pele. A tatuagem é quase uma escolha existencial, que mostra o indivíduo como autor de sua identidade, agora publicada para o mundo. A referida autora aponta a tatuagem como uma forma de construção de si, que convoca a pele, enquanto elemento da realidade, para dar sustentação às representações da identidade, reificada e exteriorizada.

Sabemos que com as modificações da puberdade, o adolescente pode viver sua sexualidade de maneira violenta para seu psiquismo, em função da *precariedade de vias de simbolização* e pelo *excesso de energia pulsional* que fragiliza a capacidade egóica. Neste contexto, Cardoso (2006) aponta que o adolescente pode lançar mão do próprio corpo para expressar seus conflitos; surgindo assim as atuações que podem ir desde pequenas marcas no corpo (como as tatuagens) até casos extremos e violentos (anorexia, bulimia). Essas diferentes formas de busca de inscrição em linhagens imaginárias denuncia a fragilidade presente no sistema de filiação da juventude atual que tem como característica fundamental o desamparo.

Para explicar a precariedade simbólica acima citada e para caracterizar o aparelho psíquico em seu funcionamento contemporâneo, Minerbo (2009) utiliza o termo *depleção simbólica*¹³. Para a autora o psiquismo em seu funcionamento atual é marcado pelo prejuízo da função simbólica e que leva os adolescentes a um vazio existencial; diante do qual eles reagem muitas vezes a partir de atuações ou compulsões, podendo recorrer ainda às substâncias psicoativas ou a comportamentos que estão a serviço da construção de uma identidade, tais como: o uso de tatuagens, o consumismo e a utilização de redes sociais, comportamentos típicos do adolescente contemporâneo, dentre os quais daremos especial atenção no capítulo quatro ao uso das redes sociais.

¹³ Depleção é um termo advindo da Medicina e que se refere à redução de alguma substância na célula (Minerbo, 2009).

3.2 A adolescência como (alvo) ideal da sociedade de consumo

No início de nosso trabalho, apontamos que a adolescência foi “criada” em meio a um projeto de institucionalização do curso da vida; diante disso pode-se dizer que a idealização da juventude está na contramão deste projeto, uma vez que tornou a adolescência desvinculada das limitações de idade. Deste modo, os ideais que regulavam o modo de vida moderno sofreram alterações tornando-se mais complexos e fragmentados, o que levou a uma perda da confiabilidade e segurança que eram marcas da modernidade. Assim sendo, os ideais modernos que serviam de referenciais simbólicos e orientavam o comportamento social foram afetados e os sujeitos da contemporaneidade dificilmente conseguem manter uma identidade estável e duradoura. Acompanhamos uma “transitoriedade identitária” que parece ir ao encontro do ideal de liberdade propagado como valor fundamental na lógica do consumo (Garcia e Rocha, 2008).

A adolescência na contemporaneidade se tornou o corolário atual deste ideal de liberdade, encarnando no imaginário social o estilo de vida que mais se aproxima de tal ideal (Calligaris, 2000). Em seu ensaio “O jovem como lata de lixo da indústria de consumo”, Bauman (2013) aponta que na contemporaneidade os jovens são cada vez mais vistos como *encargos sociais*, não estando mais incluídos no discurso sobre a promessa de um futuro melhor; tornando os jovens dispensáveis. O que salva os jovens da total dispensabilidade e lhes garante atenção dos adultos nos dias de hoje é a sua potencial contribuição à demanda de consumo, ou seja, os jovens representam “terras virgens e inexploradas”, prontas para o cultivo dos valores e ideais capitalistas.

Segundo o sociólogo polonês, a questão dos jovens tem se passado cada vez mais pelo seu “adestramento para o consumo”, afinal, pensa-se na juventude atualmente como um “novo mercado” a ser explorado, sendo que a *indústria cultural* busca submeter esses jovens num mundo de consumo em massa de maneira sem precedentes na história. E para fazê-lo lança mão da internet, das redes sociais e tecnologias de mídias como os celulares. Bauman (op.cit) cita estudos que apontam que:

jovens dos oito aos dezoito anos gastam agora mais de sete horas e meia por dia com smartphones, computadores, televisores e outros instrumentos eletrônicos, em comparação com as menos de seis horas e meia de cinco anos atrás. Quando se acrescenta o tempo adicional que os jovens passam postando textos, falando em seus celulares ou realizando múltiplas tarefas, tais como ver TV enquanto atualizam o

Facebook, o número sobe para um total de onze horas de conteúdo de mídia por dia (p.52).

Os resultados dos estudos acima citados são alarmantes, em especial quando se tem em vista que a internet, bem como as redes sociais e o *Facebook* (cujo uso adolescente será abordado no capítulo 4), abrem espaço para agências e empresas que veem no jovem uma terra a ser desbravada e explorada pelo *avanço das tropas consumistas*. Com a crescente autoexposição no *Facebook*, os usuários fornecem gratuitamente um banco de dados valioso para os gerentes de marketing capturarem as vontades e desejos íntimos aparentemente “pessoais” e “singulares” dos jovens e lhes devolvem uma oferta pessoal, customizada com os dizeres “especialmente para você”. Segundo Bauman (op.cit):

as ofertas do marketing podem agora identificar consumidores já “preparados”, sazoados e maduros, e os tipos certos de desejo; podem alcançá-los sob um disfarce duplamente atraente – lisonjeiro, além de bem-vindo – oferecendo uma bênção que é “só sua, feita para você, para atender às suas necessidade próprias e pessoais” (p.53).

Para a economia capitalista, os adolescentes em crise, insatisfeitos sexualmente, dependentes da família e sob alta pressão hormonal são vistos como uma nova “fatia” do mercado; um consumidor em potencial. Com isso, a adolescência é transformada em bem de consumo e idealizada como estilo de vida a ser seguido, pois ela é “um estado de espírito, um jeito de corpo, um sinal de saúde, disposição e vitalidade; é ainda um perfil do consumidor e uma fatia do mercado na qual todos querem estar” (Kehl, 2004).

Essa transformação dos adolescentes em fatia privilegiada do mercado consumidor teve início nos EUA e foi difundida rapidamente no mundo capitalista trazendo como consequências: a associação entre juventude e consumo; a transformação do adolescente em modelo de beleza e liberdade para as demais faixas etárias e a possibilidade dada para o adolescente de desfrutar das liberdades da vida adulta, sendo poupado das responsabilidades. Esta análise não é restrita, no entanto, aos adolescentes de elite, uma vez que na sociedade pautada pela *indústria cultural*, as identificações se constituem a partir de imagens industrializadas, que difundidas pela publicidade, oferecem-se à identificação de todas as classes (mesmo que poucos sejam capazes de consumir todos os produtos que são ofertados). Portanto, do “filhinho de papai” ao morador de rua, todos os adolescentes se identificam com o ideal publicitário do jovem belo, livre, sensual e hedonista (Kehl, op.cit).

Vivemos em um tempo onde o imperativo é ser jovem; ser jovem virou slogan e clichê publicitário. Esse processo de *teenagização da cultura* (Kehl, op.cit) teve como efeito a má consciência do adulto diante de sua experiência de vida, sendo que se a regra parece ser viver com os anseios de um jovem, o adulto passa a se espelhar nos “ideais *teen*” e sente-se desconfortável diante da responsabilidade de tirar suas conclusões sobre a vida e passá-las a seus descendentes. Há uma forte desvalorização da experiência dos mais velhos, que esvazia o sentido da vida. Para Prioste (2013):

na contemporaneidade, a idealização da vida adolescente compromete a capacidade de julgamento de suas próprias ações, pois o adulto, assumindo também posturas adolescentes, não fornece referenciais que possibilitem esta reflexão [...] é uma sociedade, que abandona o adolescente à própria sorte, deixando-o vulnerável aos riscos (Prioste, 2013, p.106).

A *teenagização da cultura* deixa em aberto a “vaga de adulto” em nossa cultura, sendo que a fase adulta, outrora modelo desejado, passou a ser algo temido diante do ideal jovem. Manter-se jovem é essencialmente não se fixar no já realizado, o que demanda a construção de um *eu* de caráter provisório em congruência com o ideal de explorar permanentemente a “liberdade de construir”, atribuída à juventude por esta representar o início de uma vida a ser construída (Szapiro e Resende, 2010). Em uma cultura plástica e veloz como a contemporânea, os adultos pouco parecem ter a ensinar a partir de sua experiência. Nesse sentido, nosso tempo concorre para uma descartabilidade do passado, em nome de uma eterna juventude, o que produz um vazio difícil de suportar (Kehl, op.cit).

Podemos considerar que a idade adulta não mais se apresenta como um lugar que se ambiciona ocupar, bem como, pode significar um mal-estar: a perda da juventude. Para evitar esse mal os indivíduos buscam a todo custo negar sua própria história. É preciso reinventar, por todos os meios, um novo percurso, produzindo-se como alguém jovem, sem limitações ou restrições. A atitude diante do envelhecer é a de que é possível vencer o envelhecimento, mantendo-se jovem até morrer. O “imperativo jovem” se apresenta como uma força opositora aos efeitos que a passagem do tempo confere aos nossos corpos, alimentando uma ilusão de imortalidade, da virilidade e da vitalidade. O ideal hoje não é tornar-se adulto para fazer as próprias escolhas e correr os riscos que isso implica, e sim permanecer jovem e não envelhecer (Kehl, 2002).

Para tal, o mercado oferece a possibilidade de comprarmos um estilo de vida “jovem”; sendo que os estilos e looks que caracterizam os adolescentes são transformados em mercadoria para serem comercializados. Szapiro e Resende (2010) citam como exemplo disso o vestuário, pois, nos dias de hoje, valoriza-se o estilo de moda jovem (bebês, crianças, jovens, adultos ou idosos, todos devem vestir-se como jovens), além disso, podemos pensar que na atualidade o adolescente absorve um estilo não por tradição, mas sim por “estar na moda”.

Outra consequência da *teenagização da cultura* diz respeito à dissipação do conflito de gerações; diferentemente da geração de 60 que se opunha aos pais no tocante a valores, ética, sexo e tradição, o adolescente vive sob a égide dos mesmos valores que seus pais, cultuando os mesmos símbolos sociais, uma vez que os produtos culturais são dirigidos igualmente a adolescentes e adultos (Garcia e Rocha, 2008). Assim sendo, a sociedade contemporânea está subvertendo o conceito de adolescência tal como era concebido na modernidade, ou seja, como etapa intermediária de amadurecimento e desenvolvimento que prepara o adolescente para ingressar no mundo adulto. De acordo com Silva (2005), a oposição entre o velho e o novo e os conflitos entre as gerações eram tão conturbados quanto necessários, pois ofereciam uma rede de proteção imaginária, uma referência e questionava a onipotência do jovem.

E quais são os desdobramentos para os adolescentes que vivem numa sociedade que os toma como (alvo) ideal? A resposta parece apontar para adolescentes presos, angustiados e desorientados, sem saber o que fazer e sem ter referências que lhe possibilitem desejar o ingresso no mundo adulto; uma vez que, ao procurar modelos identificatórios no adulto, acaba por se defrontar com sua própria imagem distorcida (Calligaris, 2000). Essa ausência de um referencial que assegure o sentimento de continuidade e impulsione o adolescente à vida adulta faz com que ele permaneça em condições regressivas, desfrutando de “todas as liberdades da vida adulta, mas sendo poupado de quase todas as responsabilidades” (Kehl, 2004; p.93). Os adolescentes parecem ter herdado das gerações anteriores um “direito” e um “dever”; o “direito” de desfrutar das conquistas por elas realizadas, acompanhado da exigência de realizar seus sonhos e de gozar a vida e toda liberdade possível (Garcia e Rocha, 2008).

Apesar disso, podemos considerar que os adolescentes contemporâneos encontram-se muito mais abandonados do que livres; uma vez que sem referenciais, história e parâmetros acabam por se tornar justamente o protótipo de subjetividade ideal para a sociedade do consumo, sendo que ao buscarem um campo próprio de referenciais, de estilo e ideais que o

singularizem e que preencham seu vazio existencial, acabam por tornar-se “preza fácil” diante das artimanhas do mercado (Dufour, 2005).

Na modernidade, em nome da liberdade, os ideais de progresso, cientificidade e padronização do curso da vida foram erigidos como proteções contra o desamparo. Já na contemporaneidade, o adolescente se torna o representante do ideal de liberdade exigido pela sociedade, tomando para si a função de representar o ideal moderno de liberdade. (Garcia e Rocha, 2008). Se a adolescência representa atualmente um estilo de vida e um ideal de liberdade devemos questionar se esse ideal tem cumprido uma função protetora e promotora dos laços sociais.

Em *Totem e tabu*, Freud (1913/2012) considera que é o assassinato do pai que funda a cultura, sendo que no lugar do pai tirânico morto emerge um pai simbólico, protetor e idealizado e é pactuado um contrato social em torno da lei de interdição do incesto. Diante disso, vemos que o que torna possível o laço social e a identificação dos indivíduos entre si é o anseio por um ideal protetor. Freud aponta que a cultura é instável e deve ser sustentada pelos ideais e pela idealização que denegam o mal-estar e o desamparo. Além disso, os ideais camuflam a violência e o sentimento de culpa pelo assassinato do pai primordial. Nesse sentido, podemos dizer que na tentativa de lidar com o desamparo, lançamos mão de idealizações protetoras.

Já em *O mal-estar na civilização* Freud (1930/2010) aponta a importância dos ideais contra o desamparo e o mal-estar na cultura, bem como na constituição dos laços sociais. Para Freud, o ideal em sua face cultural tem uma função protetora contra o desamparo (como veremos adiante, é uma condição estruturante do humano para a psicanálise). Essa função protetora se daria no laço social de modo que os ideais ofereceriam consolo para o conflito entre sujeito e civilização, bem como recursos para o sujeito lidar com a castração e os destinos pulsionais. Assim, os ideais culturais seriam os elementos norteadores da cultura e ofereceriam referências para seus membros sobre aquilo que deve ser almejado.

Diante disso, a questão levantada por Garcia e Rocha (2008) é bastante pertinente: sendo os ideais um contraponto ao desamparo, será que sua função tem sido realizada satisfatoriamente pela adolescência como ideal contemporâneo? A adolescência tomada como ideal estaria sendo eficaz na gestão do desamparo? E os demais “ideais” da contemporaneidade que vimos nesse capítulo, tais como o de buscar o prazer corporal/sensorial, de não se fixar em identidades, o ideal de liberdade e de consumo, de individualismo, de status, dinheiro, bem-estar, estético e de performatividade; estariam atuando no sentido de amparar as pessoas e favorecer a construção de laços sociais?

Ao que tudo indica, em meio a um mundo que idealiza a adolescência e é sustentado pela cultura do consumo, as regras são feitas por e para os adolescentes, não oferecendo referências identificatórias consistentes, concorrendo para a intensificação do sentimento de desamparo e fragilização dos laços sociais. A partir deste cenário, muitos jovens sentem “tédio” e um “vazio” que parecem ir na contramão dos prazeres sugeridos pelos adultos e incentivados pela cultura do “goze!”.

Presenciamos, na contemporaneidade, os impasses de uma juventude que se vê desamparada diante da insuficiência dos dispositivos sociais que lhe indiquem o lugar que deva ocupar. Temos pais “desmapeados”, preocupados em serem pais legais e joviais, que acabam por deixar o jovem sem referências, com mapas queimados e sem bússola (Silva, 2005). Assim sendo, podemos considerar que a transformação da adolescência em *way of life* ansiada por todos, garantiu uma nova forma de pertencimento moldado à cultura do consumo onde o “ter” e a “estética” tem enorme relevância.

A idealização do adolescente é sustentada na cultura do consumo e surge como uma configuração possível de laço social diante do incerto e inseguro mundo contemporâneo. Nossa preocupação deve se dar, no entanto, com os impasses subjetivos dessa nova forma de vínculo social pautada essencialmente na lógica do consumo e que interferem na dinâmica dos ideais, os quais são elementos fundamentais para lidar com o mal-estar. No próximo capítulo, abordaremos o desdobramento de todo esse cenário social que descrevemos até aqui e no qual os adolescentes estão imersos, tomando os rolezinhos nos shoppings centers, a internet e em especial o *Facebook* como ferramentas privilegiadas em nossa análise.

4 O CENÁRIO SUBJETIVO DOS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS: O DESAMPARO

Diferentemente da época na qual Freud escreveu *O mal-estar na civilização* (1930), marcada por uma cultura fortemente restritiva e que se opunha à satisfação das pulsões sexuais e agressivas, nos deparamos, atualmente, com uma cultura na qual a liberdade individual é altamente valorizada e o prazer consagrado. A figura que melhor representa esse estado das coisas é a do *indivíduo errante, em busca de liberdade e autonomia, guiado pelas exigências da funcionalidade, da performance e da eficiência – transformado em verdadeiros ideais sociais* (Garcia e Coutinho, 2004, p.136).

Este cenário, no qual o indivíduo é incitado a assumir a total responsabilidade por sua vida resulta na experiência de intensas incertezas e imprevisibilidade, contribuindo para a intensificação da experiência de desamparo (Saviotto, 2010). Vivemos em um tempo de desamparo coletivo, fonte de intensa angústia e dor psíquica; atravessamos um período repleto de enigmas, de dissolução de certezas, tal como processa-se no plano individual, a adolescência, inevitavelmente traumática e violenta, impulsionada por rupturas e perdas, mesmo que a serviço de novos ganhos. De acordo com Gurski (2010) os adolescentes sofrem de:

um duplo desamparo de significação: de um lado, vivem pela primeira vez experiências intensas de vida, tais como a vivência da sexualidade e a possibilidade de responsabilizar-se pelos ditos que produzem e, por outro, são apresentados a um mundo cuja relação com a falta, com o enigma e com o campo simbólico estão empobrecidos. Ou seja, se há uma pobreza de experiência própria da idade, há, também, no tempo atual, um empobrecimento de condições para que as experiências sejam sorvidas de modo mais denso. O efeito dessas situações, muitas vezes, parece ser a dificuldade de encontrar referentes simbólicos que ajudem na construção de marcas próprias e singulares possíveis de representar o sujeito no laço social (p.46).

Vemos aqui a noção de desamparo tanto na face sexual (diante das mudanças pubertárias) como na face social (influenciado pelo entorno em que vivemos). Buscaremos analisar doravante a noção de desamparo ao longo da obra freudiana, para posteriormente compreender os recursos e meios que os adolescentes têm utilizado para enfrentá-lo.

4.1 A noção de desamparo na obra de Freud

A noção de *desamparo* na obra de Freud remete a palavra alemã *Hilflosigkeit*, utilizada na obra freudiana para designar o desamparo como estado de dependência do recém-nascido para com o adulto. Para Menezes (2012), o núcleo da palavra é *hilfos*, adjetivo que qualifica aquele que está “sem ajuda, sem auxílio”, pois *los* é “sem”, um sufixo que anula a ação do verbo *helfen* que designa “ajudar, auxiliar”; *keit* é um formador de substantivo, portanto, literalmente *Hilflosigkeit* significa “ausência de ajuda”. Portanto, de acordo com Menezes (op.cit) *desamparo* é uma boa tradução ao expressar a falta de ajuda que implica a necessidade de alguém.

O desamparo para Freud contempla, portanto, a condição de “ausência de ajuda” como possibilidade da vida psíquica. O fato de o bebê nascer imaturo torna-o dependente do outro para sobreviver; esse seria o desamparo original que funda e estrutura o psiquismo. No *Projeto para uma psicologia científica* (1895), Freud fala do desamparo como um estado de impotência e incapacidade motora do bebê em satisfazer suas necessidades vitais e faz suas primeiras menções ao conceito como um despreparo do organismo do bebê diante dos estímulos do meio externo (Menezes, 2012). Esse desamparo inicial coloca o bebê no estado de dependência de um outro que coloque fim ao aumento de sua excitação pulsional. Freud aponta que tal desamparo é a fonte principal de todos os motivos morais e que o desamparo infantil implica, para o bebê, uma abertura ao mundo adulto/do outro.

Essa perspectiva de desamparo apresentada por Freud, no *Projeto*, é, no entanto, apenas uma das perspectivas teóricas da questão do desamparo no discurso freudiano. Segundo Menezes (op.cit) o conceito se apresenta ao longo da obra de Freud “cada vez menos como originário e cada vez mais como horizonte da existência humana e do funcionamento do psiquismo” (p.39). Em *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade* (1905/1996), Freud introduz a ideia de sedução materna, ou seja, a mãe (ou quem ocupa a função materna) desempenha a função de erogeneização do bebê através dos cuidados, que exercem uma sedução sobre o bebê; essa ação caracteriza o ser humano como dependente do amor do outro. Freud acrescenta assim uma nova dimensão na questão do desamparo, qual seja, que a condição de existência no mundo é apoiada numa condição de desamparo do psiquismo. Portanto, dizer que o sujeito freudiano se constitui na relação com o outro é dizer que o sujeito se constrói a partir de algo que lhe é exterior. Para Martins (2009) o significado da palavra desamparo, na língua portuguesa remete a um ponto de apoio que ampara e que está

do lado de fora do sujeito, designando, portanto, que o projeto humano não pode prescindir do outro.

Em *Totem e Tabu* (1913/2012), Freud considera que o pai da horda primeva oferecia um amparo capaz de fazer da filiação um destino, no entanto, com o assassinato deste pai houve uma passagem da condição de filho (submissão absoluta) para a condição de irmão (sujeito humano, cidadão) e isso se dá com o luto pelo amparo que o pai tirano oferecia, pois, se por um lado, o assassinato do pai trouxe liberdade, por outro também trouxe desamparo. Assim, vemos que a questão do desamparo é caracterizada tanto como uma situação ante a violência do outro mais forte, como uma condição de impotência originária em que se inscrevem os representantes da pulsão (Menezes, op.cit).

Em *O eu e o id* (1923/2011), Freud faz referência ao desamparo como um dos fatores na gênese do *supereu* e assim aponta a sua importância na constituição dos ideais e do psiquismo. Três anos mais tarde, em *Inibições, sintomas e angústia* (1926/1996), Freud coloca o nascimento como experiência prototípica de todas as situações de perigo que o sujeito vai se defrontar vida afora e aponta que a angústia é um produto do desamparo psíquico do bebê recém-nascido, ou seja, a angústia funda-se sobre o desamparo. Ainda neste trabalho, Freud distingue duas formas de angústia, a saber: a *angústia automática* cujo determinante é uma situação traumática que tem como protótipo uma experiência de desamparo e a *angústia sinal* como resposta do *eu* à ameaça de instalação de uma situação traumática.

Para Freud, a perda do objeto é a condição que determina a situação traumática/de desamparo. O autor distingue o desamparo físico do desamparo psíquico, sendo que enquanto aquele tem relação com um perigo real, este se relaciona com um perigo pulsional. Por fim, Freud faz uma distinção entre a situação de perigo e a situação traumática, sendo que aquela seria uma ameaça de uma situação traumática (lembrança de uma situação de desamparo) e esta corresponderia à efetivação de uma situação de desamparo. Em suma, podemos dizer que:

O bebê precisa de um outro para satisfazer suas necessidades (por exemplo, a fome), o que mostra sua impotência na extinção da tensão interna. O crescimento de uma tensão de necessidade com a qual a criança não consegue lidar sozinha constitui-se em um acúmulo de excitação que ultrapassa o valor limite do seu aparelho psíquico, vivido então, como sensação de desprazer. Esse é o traço comum entre a situação de perigo

do nascimento e as posteriores a ela. Nessa medida, para o adulto, o desamparo é o modelo da situação traumática que gera angústia (Menezes, 2012, p.70).

A existência intrauterina do humano é curta, se comparada com a da maior parte dos animais, o que faz com que os perigos do mundo externo tenham maior ressonância para o sujeito; além disso, o valor do objeto que pode proteger o sujeito é aumentado consideravelmente. Para Freud, o fator biológico estabelece as primeiras situações de perigo e cria a necessidade de ser amado, que acompanhará a criança por toda sua vida. Em outras palavras, a perda do outro amado sempre remeterá à condição de desamparo ante o aumento pulsional, além disso, os “perigos” desencadeiam um valor exagerado ao objeto que passa a ser visto como a única proteção contra as situações de desamparo (Menezes, 2012).

Podemos dizer, portanto, que a noção de desamparo para Freud remete à finitude do ser humano, pois o psiquismo se constrói sobre um desamparo original e estruturante que diz respeito à falta de garantias sobre a existência e o futuro. A precariedade da organização psíquica advém do fato de ser impossível a total subjetivação da pulsão, ficando sempre um resto não simbolizável, que pode tornar-se traumático, fazendo emergir o sintoma, considerado por Freud como a angústia de desamparo na criança. Vemos assim, que a condição de desamparo pode se concretizar numa situação traumática, a qual surge quando o aparelho psíquico não dá conta do afluxo pulsional, contudo, há uma dimensão de desamparo na obra de Freud que independe da sua efetivação numa situação traumática, o que pode ser percebido na articulação do desamparo com o campo social por meio do mal-estar na civilização (Menezes, 2012).

Essa articulação pode ser notada em *O futuro de uma ilusão* (1927), quando Freud demonstra que o desamparo tem papel fundamental na formação da religião. Como a necessidade de proteção perdura por toda a vida, há uma necessidade de apego a um pai mais poderoso e que dê garantias de proteção contra todos os perigos. Assim sendo, a ilusão de que há uma providência divina diminui nossos medos em relação aos perigos da vida. Já na Conferência XXXV (1933), Freud atribui à cultura a proteção do desamparo humano frente ao mundo e aos outros homens, bem como a organização de suas relações e divisão dos bens (Menezes, op.cit).

Diante disso, vemos a noção de desamparo não apenas como uma etapa do desenvolvimento infantil ou núcleo de uma situação traumática, mas também como expressão da dimensão fundamental, sobre a qual repousa a vida humana; como motor na construção da civilização. Podemos pensar que o homem erigiu a civilização na busca de aplacar o

desamparo diante dos enigmas da vida e da morte, sendo que a impotência humana frente à natureza impôs ao homem a necessidade de criar uma vida em comum a partir de relações estruturadas simbolicamente com o outro.

O mal-estar na civilização (1930/2010) é outro texto no qual Freud trata a questão do desamparo do sujeito no campo social; ao dizer que a condição de vida em sociedade implica uma renúncia pulsional que traz um desconforto ao sujeito sentido como um mal-estar. Esse mal-estar articula-se em torno da assimetria entre as exigências pulsionais e as possibilidades psíquicas de satisfação reguladas pela simbolização; é nessa assimetria que o sujeito pode criar objetos que promovam satisfação, além disso, ela é condição para a angústia, pois indica a condição de desamparo para o sujeito. Vemos nessa obra, que a relação do sujeito com a civilização é marcada por um mal-estar em decorrência de um conflito sem resolução total possível e que o desamparo é a base dessa condição subjetiva do humano. Não havendo cura possível para o desamparo humano, o sujeito precisa criar destinos que ajudem a tornar sua existência possível (Menezes, 2012).

Após essa breve varredura do conceito de desamparo ao longo da obra de Freud, podemos dizer que há uma *condição de desamparo* fundante e estruturante do psiquismo, relacionada ao funcionamento da vida psíquica e uma *situação de desamparo* como concretização dessa condição instalada na situação traumática e que tem relação com o excesso pulsional não simbolizado. Nesse sentido, o desamparo, na obra de Freud, tem uma dupla face, a saber: a face sexual, que diz respeito a um lugar infantil e à sexualidade vinda da mãe, e a face social, que fala da falta de garantias do sujeito sobre seu futuro e sua existência. Como destaca Menezes (2012) o desamparo está no fundamento do sujeito e diz respeito à sua condição de incompletude, finitude, limite e solidão, diante da qual os adolescentes procuram criar caminhos possíveis. Na sequência destacaremos dois desses itinerários percorridos pelos adolescentes, a saber: os ritos de iniciação e a inserção em tribos urbanas.

4.2 Ritos e tribos na adolescência: uma saída frente ao desamparo?

A passagem da vida infantil para a vida adulta se traduz por uma mudança de território, bem como pela ruptura dos laços e dos investimentos do passado, transformando aquilo que era familiar em algo estranho/estrangeiro (Jeammet, 2005). Tal estranheza gera um estado de desamparo, uma vez que o corpo, antes familiar e conhecido, passa a ser um estranho. Para Matheus (2002), é o olhar do outro, que denota a estranheza do excesso

pulsional, que caracteriza a puberdade. Assim, o adolescente deve lidar com questões de duas ordens e que estão mutuamente implicadas: o seu novo corpo (fruto das transformações fisiológicas) e o novo olhar dos outros (e as conseqüentes novas relações com outros). Diante da angústia que marca esse processo e a falta de referências característica da contemporaneidade, o adolescente precisa produzir significantes para ancorar o pulsional no universo psíquico.

Uma das formas que as sociedades buscam para organizar a passagem à vida adulta é o ritual, cuja função seria a de reinscrever simbolicamente o corpo antes infantil, para que possa ocupar um lugar entre os adultos. Nas sociedades primitivas, os ritos faziam parte da vida social e tinham o intuito de evitar a desintegração em períodos de passagem, garantindo assim uma inserção da ex-criança no mundo dos adultos. Os ritos de iniciação situavam-se na fronteira entre o individual e o social, entre o corporal e o psicológico e estavam encarregados de articular tais fronteiras. A função do rito se assemelhava, nesse sentido, à do mito e era uma forma da cultura prestar contas das relações paradoxais e contradições da realidade. O mito teria como tarefa a união de tais contradições em relações que não são da ordem da lógica, mas sim do paradoxo, a fim de pensar os mistérios da vida, tais como: a diferença entre sexos, entre gerações, etc (Jeammet, op.cit).

A presença de ritos se faz necessária para que os adolescentes deem conta de lidar com a violência que caracteriza seu processo de transição à vida adulta e que remete ao risco da separação da infância e da mãe e de uma dupla confrontação com o mundo adulto pela identificação e sexualidade. A necessidade do rito, portanto, assinala o predomínio da força sobre o sentido e a expressão simbólica, os quais não são suficientes para organizar os conteúdos conflitantes e as tensões desse período de mutações. Além disso, os ritos de iniciação revelam as imposições de expressão psicossociais que pertencem à problemática adolescente e que tem relação com a importância da inscrição corporal como marca. Em sua essência, os rituais marcam a ruptura dos jovens com seus laços domésticos, bem como a transição da vida circunscrita à família para a vida comunitária (Jeammet, op.cit).

Silva (2005) aponta, a partir de estudos antropológicos, que a travessia da fase púbere nas sociedades primitivas era marcada por rituais que indicavam aos indivíduos seu lugar no mundo. A autora traz como exemplos algumas tribos de *Nueva Gales del Sur*, onde as crianças, ao chegarem à puberdade, eram iniciadas em uma cerimônia secreta, da qual só podiam ser testemunhas aqueles que já tinham passado por esta experiência. Parte deste rito consistia numa fratura traumática de um dente, depois da qual se dá aos iniciados nomes novos que indicam a passagem da infância à virilidade. Tubert (1999) aponta que a maioria

dos ritos de passagem ou iniciáticos incluem algum simulacro de *morte e ressurreição* no transcurso do qual se imprime uma marca, sendo que os iniciados morrem para a infância e têm acesso ao aprendizado dos adultos.

Levisky (1998), por sua vez, dá o exemplo da primeira comunhão na tradição cristã, que representa um momento de consagração, que coincide com um período de aparente inocência e pudor; já na tradição judaica, o autor lembra das celebrações do *Bar Mitzvah* e do *Bat Mitzvah*, rituais púberes que marcam a passagem de meninos e meninas, respectivamente, aos 13 e 12 anos indicando o fim da infância. Diante disso, vemos que no passado, além do critério biológico (início da vida reprodutora), o jovem submetia-se às provas impostas pela sociedade para poder ocupar seu papel de adulto. Os ritos adquiriam com o tempo uma conotação espiritual e moral, configurando-se num marco religioso e cultural. Vemos, portanto, que nas sociedades tradicionais a passagem para a vida adulta se dava de maneira relativamente tranquila, pois amparada por rituais socialmente estabelecidos, fazendo com que as mudanças fossem vividas de forma coletiva, ritualizada e tradicional.

No entanto, na sociedade contemporânea, assistimos ao desaparecimento progressivo dos ritos de passagem (Jeammet, op.cit), o que pode ser visto atualmente, pois não dispomos de rituais tais como as sociedades fundadas na transmissão oral dispunham para simbolizar o ingresso na vida adulta. As cerimônias perderam seu significado, sendo muitas vezes apenas uma prática formal e desprovida de real sentido social e religioso. Essa “fragilização dos rituais” se caracteriza pela quebra dos critérios de valor vigentes na ordem social tradicionalista e hierárquica, sendo que com o surgimento de ideais democráticos e igualitários, os papéis estabelecidos pelo corpo social foram postos em xeque. Assim sendo, os adolescentes não encontram mais um campo mapeado de significações para as transformações que sofrem (Matheus, 2002).

Nesse sentido, podemos dizer que a passagem da infância à vida adulta era menos conflituosa nas sociedades tradicionais se comparada à nossa sociedade atual. Ruffino apud Matheus (op.cit) considera que isso se deve a três fatores; primeiramente ao fato de que as exigências sociais, para se tornar adulto, não eram tão distantes do cotidiano da criança nas sociedades tradicionais; em segundo lugar, devido à estabilidade das referências organizadoras do corpo social e por fim, devido aos rituais de passagem que ofereciam referenciais compartilhados pelo coletivo e que organizavam tal passagem. Kehl (2004) acrescenta ainda a laicização da sociedade como um desses fatores.

Diante do vácuo existente entre o universo infantil e o adulto na contemporaneidade, os adolescentes buscam atribuir significados ao que vivenciam de modo a constituir seu

percurso adolescente. Rannã (2005) aponta que o adolescer passou a ser um processo vivenciado individualmente consoante aos ideais de liberdade e singularidade reinantes na atualidade. Assim sendo, os adolescentes vivem angústias solitariamente e sem o auxílio que os rituais prestavam. Nesse sentido, podemos compreender o processo adolescente contemporâneo como decorrente do fato de o sujeito psíquico não encontrar na cultura, dispositivos para suportar os conflitos psíquicos que o acometem. Matheus (op.cit) aponta essa carência de dispositivos de ordem simbólica (tal como os rituais de passagem) como um elemento imprescindível para compreensão da adolescência contemporânea à medida que ela deve ser entendida como o trabalho psíquico produzido a partir da ausência de dispositivos da cultura que cumpram a função destes rituais.

Todo esse cenário favoreceu que os objetos de consumo e os espaços de frequência do adolescente se tornassem um substituto para os ritos (Kehl, 2004). Exemplo disso pode ser visto nos shoppings centers lotados de adolescentes que se utilizam do “templo do consumo” para seus encontros, ou ainda, como daremos destaque adiante, a internet e o *Facebook*, os quais têm sido utilizados cada vez mais pelos jovens. Nesse sentido, podemos considerar que ao não encontrar dispositivos coletivos que ofereçam referência, os adolescentes acabam por aumentar o seu “vácuo”. No entanto, mesmo não encontrando esses dispositivos coletivos de maneira estruturada e bem estabelecida, os adolescentes não deixam de buscar no corpo social referências disponíveis, a partir das quais eles possam produzir significantes para os elementos estranhos com os quais se deparam. Assim sendo, os jovens acabam por criar seus próprios ritos, símbolos, modas e linguagens peculiares, visando marcar sua identidade distintiva de outros grupos etários, nos quais estabelecem a linha entre os “caretas” e os “entendidos”.

No que diz respeito às organizações grupais, observamos que os jovens buscam construir um estilo próprio, buscando espaços característicos de diversão e escolhendo músicas e roupas que levem à identificação por parte de outros grupos e indivíduos, seja por alguma característica ou problema semelhante. Neste sentido, os indivíduos procuram acentuar tanto as semelhanças percebidas dentro do seu próprio grupo, quanto as diferenças em relação a outros grupos, demarcando “quem somos nós” e “quem são eles” (Abramo, 1994).

Uma das formas que acompanhamos no mundo contemporâneo dessa busca de referências por parte dos jovens pode ser vista na emergência e disseminação de diversos “clãs” ou “tribos urbanas” que se constituem como grupos de afinidade e de interesse, cada qual com traços peculiares. Na concepção de Garcia e Coutinho (1999) esses grupos buscam

se distinguir uns dos outros lançando mão de distintivos na imagem visual de seus membros; tais distintivos são bens de consumo que se tornam alvo de cobiça entre os membros da tribo e que seguem a lógica de exclusão/inclusão que predomina na sociedade de consumo contemporânea.

A constituição dessas “tribos” enquanto formação grupal representa uma tentativa por parte dos adolescentes de lidar com o desamparo. Mafesoli (2006) toma o “tribalismo” como um novo paradigma que vem substituir o paradigma do individualismo na contemporaneidade. De acordo com o referido autor, vivemos um período no qual prevalece a indiferenciação e o “perder-se em um sujeito coletivo”; para o autor as tribos são uma comunidade emocional cujo engajamento de seus membros é algo transitório, frágil e de forte teor emocional. A adesão a esses tipos de grupos não têm objetivos concretos que assegurem sua continuidade, configurando-os como uma rede pontual de amizade que se reúne ritualisticamente para reafirmar o sentimento que têm de si mesmos. Garcia e Coutinho (1999) destacam que:

Mafesoli atribuiu ao fenômeno das massas e ao surgimento das tribos uma certa positividade [...] as tribos se apresentam como formas de socialização e de acesso aos bens de consumo alternativas à perda de expectativas em relação às instituições tradicionais, tais como a escola, a família e o Estado (p.83).

Nesse sentido, vemos que para Mafesoli (2006), as tribos parecem possibilitar uma estabilidade simbólica que era garantida por uma moral que entrou em crise. Entretanto, creio que pensar as tribos como grupos cuja função seria a demarcação e sustentação subjetiva, parece-me precipitado, tendo em vista a fragilidade e descartabilidade dos critérios de pertencimento a elas. Desta perspectiva, as tribos acabam por produzir identidades nômades e identificações provisórias. Vimos anteriormente que, na sociedade de consumo, os bens materiais têm um valor simbólico, um valor de signo. Como bem apontam Garcia e Coutinho (op.cit):

No caso das tribos os objetos de consumo enquanto signos de sua diferenciação têm função exacerbada. Assim, também o culto exagerado à imagem, alimentado pelo consumo e pela mídia, que Featherstone denominou de “estetização da vida cotidiana” impera nas tribos (p.84).

A posse de determinados objetos por parte dos membros das tribos se articulam na composição da imagem de si e é o que sustenta as identificações nestes grupos. Assim sendo, podemos considerar que os sentimentos de identidade e de pertencimento se apoiam mais na materialidade dos objetos externos do que nos aspectos subjetivos. Vemos assim uma *articulação clara entre o consumo, a valorização da imagem de si, como marca identitária privilegiada e a formação das tribos* (Garcia e Coutinho, 1999, p.85).

Um exemplo disso pode ser visto no grupo *Emo*; surgido na década de 80 nos EUA, tendo em sua raiz o gosto pelo rock, pelo punk e mais precisamente pelo emocore (gênero de música que mistura hardcore com letras românticas), os *emos* podem ser vistos atualmente com os olhos pintados com lápis preto, cobertos com franjas e com adereços, tais como: cintos de grandes fivelas, tênis coloridos, bem como piercings no rosto e roupas de cor escura. A importância da roupa, do uso de acessórios, de maquiagem e do estilo musical tem grande relevância para a caracterização e identificação do grupo, uma vez que dão visibilidade à sua identidade grupal em meio às demais, tornando-os diferentes e demarcando seu território grupal.

O grupo dos *emos* é simbolizado pelas peças que usa, e o estilo passa a ser uma significativa manifestação da identidade do grupo. Desta forma, eles fazem uso da dimensão simbólica como a principal e mais visível forma de comunicação seja entre os próprios integrantes do grupo seja com a sociedade em geral, sendo um fator de integração e, no encontro com a lógica do estranhamento, também de exclusão. É com essa maneira de se apresentar e se comportar perante o mundo que os membros do grupo *Emo* encontram um lugar identitário nesse vasto território de possibilidades de afiliação grupal.

Diante desse contexto, podemos considerar que a necessidade de ritualizar a passagem para a vida adulta e de ancorar o pulsional no psíquico continua presente nos dias de hoje, porém de forma complexa, pois o que antes era visto como coletivo e tradicional, hoje é “patológico”, o que antes era marcado pelo amadurecimento biológico e finalizado por um ritual de iniciação, atualmente é vivido de forma idiossincrática e diversificada, variando do primeiro beijo à primeira transa, de um *piercing* à uma tatuagem. Ante esses “peculiares” comportamentos dos jovens contemporâneos é comum a estigmatização e uma excessiva psicopatologização das condutas adolescentes.

Como alertamos no início de nosso trabalho, o risco que se corre nesse cenário é o da *naturalização do sofrimento adolescente* (Prioste, 2013), pois ao considerar que tal sofrimento será superado com o tempo, acaba por negar suporte aos jovens, intensificando ainda mais seu desamparo. A seguir, daremos destaque a algumas manifestações que têm se

configurado como uma espécie de ritual para os jovens contemporâneos na busca por amparo e construção de laços; os rolezinhos, o uso da internet e do *Facebook*.

4.3 A busca por amparo e os laços nos *rolezinhos*

Eu só quero é ser feliz,
Andar tranquilamente na favela onde eu nasci, é.
E poder me orgulhar,
E ter a consciência que o pobre tem seu lugar.

Esse trecho da música “eu só quero é ser feliz” do Rap Brasil parece retratar o anseio dos jovens dos “rolezinhos”, fenômeno que ganhou destaque na mídia em 2014 ao reunir adolescentes em shoppings na periferia de São Paulo e que já se espalhou por outras partes do país. Os *shoppings centers* são, por excelência, na atualidade os espaços de agregação juvenil nos quais a dimensão simbólica utilizada pelos adolescentes das tribos que vimos anteriormente pode ser verificada. Neles, os adolescentes se reúnem em torno de diferentes expressões culturais e demonstram, através do corpo, das roupas e de seus comportamentos, as diversas maneiras de se expressarem e se colocarem diante do mundo (Abramo, 1994).

O fenômeno dos rolezinhos tem sido tratado na internet e na mídia em geral por perspectivas extremadas de direita e de esquerda que tem favorecido a estereotipação e a desumanização dos jovens envolvidos. Ninguém ouve o que esses jovens pensam, mas praticamente todo mundo parece saber o que eles deveriam pensar. Como bem diz Beguoci (2014):

Tudo parece virar apartheid ou comunismo, direito à livre circulação ou defesa da propriedade privada. Todo mundo tem certezas com base em quase nada. Os blogueiros de direita denunciam a conspiração [...] contra a civilização ocidental. Os blogueiros de esquerda veem apartheid das elites nos shoppings da periferia. Vira um festival livre de loucura, um campeonato nacional de associação livre, em que cada lado atribui um valor a esse encontro de lazer de acordo com a conjuntura política. O fenômeno deixa de ser analisado em si, e passa a ser analisado para servir de arma numa briga muito maior. Esses jovens de Itaquera, do Campo Limpo, de Interlagos, são desumanizados e se tornam aríetes de uma luta da qual eles não têm a menor ideia que estão participando (Beguoci, op.cit).

Diferentemente do que muitos poderiam supor, nos “rolezinhos” não há crítica ao consumo, mas sim um elogio às marcas, o que põe em xeque os argumentos da “baderna”, à direita, pois não há crítica ao sistema, mas apenas a vontade expressa em roupas de marcas de participar ativamente dele. As motivações dos *rolês* parecem ser bem mais singelas do que aquelas veiculadas pela imprensa, como atesta a convocação do rolezinho no *Facebook* citada por Beguoci (op.cit):

“GERAL SE TROMBAR NO PLAYLAND AS 15:00

Bora lotar o aricanduva!!! para o povo não achar q eu estou querendo promover arrastão... vo logo colocar aqui!!! eu quero organizar esse evento para apenas ajuntar a galera ,se conhecer e fazer novas amizade, não quero promover arrastão ou briga... não to fazendo esse evento para atrasar lado de ninguem...

VAMOS QUE VAMOS NA PAZ E ALEGRIA!!!”

Em programa¹⁴ exibido recentemente na televisão os rolezinhos foram retratados como uma busca de jovens da periferia por um espaço seja dentro da internet ou na cidade. O programa acompanhou a trajetória de jovens/personalidades que são articuladores dos rolezinhos. Dentre os quais o MC Chaveirinho, porta-voz dos organizadores dos rolês e líder da Associação dos Rolezinhos em São Paulo. Mc Chaveirinho é uma celebridade no *Facebook* e conta com mais de 60 mil seguidores, usa roupas de marca e não gasta dinheiro sequer para cortar o cabelo (faz permuta com o cabeleireiro para anunciá-lo em sua vasta rede social). Ao longo do programa vemos que é comum os jovens do rolezinho utilizarem roupas de marca, sendo capazes de gastar mil reais num tênis; assistimos ainda ao relato de uma mãe que se desdobra para pagar os acessórios do filho e que vê nisso um “investimento na carreira do filho” (sic).

O melhor exemplo desse “investimento” para que o filho se torne celebridade é a jovem Yasmin de Oliveira de apenas 15 anos; moradora de Paraisópolis, segunda maior favela de São Paulo, a jovem possui mais de 155 mil seguidores no *Facebook* e atualmente é presença constante em programas de TV, possuindo até um assessor pessoal contratado pela mãe, deslumbrada com o sucesso da rebenta, para cuidar de sua imagem. Yasmim dá a receita de seu sucesso: “o importante é estar maquiada, estar com o cabelo bonito, estar com uma

¹⁴ Matéria “Rolezinho do funk exibido pelo Programa “Profissão Repórter” em 22/04/14 pela Rede Globo.

roupa legal” (sic). Esse discurso reitera a ideia previamente defendida de que os jovens dos rolês dão adesão e não criticam o sistema vigente.

A despeito dessa discussão acerca das motivações dos rolês, é inegável o seu apelo, que fica claro nas reuniões de Mc Chaverinho com o prefeito de São Paulo, Fernando Haddad e com a presidente Dilma Rousseff para apresentar seu “projeto de busca por um espaço” para esses encontros. Para ele os jovens que realizam os rolês são capazes de “exaltar um shopping e promovê-lo”, mas também de “derrubar tudo isso” (sic). O líder dos rolezinhos destaca que recentemente os eventos estão migrando dos shoppings para os parques, pelo fato de os representantes daqueles “não aceitaram a parceria com os jovens” e também para “buscar segurança para os jovens”.

De fato os shoppings-centers demonstraram preocupação com os rolezinhos ao entrar com liminar na justiça para controlar o fluxo desses indivíduos e impedir que os rolezinhos acontecessem nas suas instalações, bem como ao colocar seguranças privados em suas entradas. Alguns centros comerciais, contrariando o direito de livre expressão, chegaram a solicitar ao *Facebook* que retirasse do ar páginas que envolvessem esse tipo de encontro, que convoca, pela internet, centenas de jovens a comparecer, em data e horário específicos, a seus endereços.

Ao apelar para a justiça e a polícia sem tentar o diálogo e sem entender minimamente o fenômeno dos rolês, os shoppings acabam por alimentar o clima de desconfiança que ronda a atualidade. A polícia se comporta na maioria das vezes com base na força bruta, como uma força de “segurança preventiva”, reprimindo pessoas, que no caso dos rolês, não cometeram nenhum crime. Beguoci (op.cit) destaca a complexidade da relação entre a polícia pública e as organizações privadas (como os shoppings), sendo que há inúmeros policiais que trabalham como seguranças nas horas vagas, ganhando mais dessas organizações do que da sociedade, logo, tendo um compromisso maior com aquelas em detrimento desta.

A Justiça, por sua vez, está confusa e longe de um consenso diante dos rolezinhos. Beguoci (op.cit) cita o pedido de “proibição do rolezinho” em um shopping de Campinas que foi rejeitado pelo juiz, o qual entendeu que não houve demonstração inequívoca de que os réus poderiam praticar atos que fossem aptos a despertar o receio de turbação. Por outro lado, decisões favoráveis aos shoppings foram obtidas em São Paulo. Mas a grande questão é: contra o quê exatamente a Justiça está protegendo o shopping?

Isso nos lembra as prisões e os hospitais, nos quais a entrada é compulsória e a saída depende de documentação liberatória, ou ainda os quartéis onde há senhas ou códigos na entrada e filtro na saída. Como aponta Santos (2014):

O extraordinário aparato de segurança ostentado por condomínios residenciais de alta renda lembra a militarização de fronteiras, só ultrapassadas mediante adequadas senhas ou símbolos. A separação entre o público e o privado impedindo a invasão do privado pelo público é matéria legal e consuetudinária. [...] Também ocorre a segregação física do público para prevenir a intromissão do privado. Praças dispõem de grades, assim como monumentos. [...] O potencial de conflito se esconde na sutil distinção entre o fim da soberania privada e o início da soberania pública. São espaços de soberania contestada cujo esclarecimento demanda negociações e senso de medida, de acordo com o espaço disputado. Consuetudinariamente a soberania privada substituiu a pública.

Podemos compreender, nesse sentido, os shoppings como espaços de soberanias contestadas; que em princípio são espaços públicos para a transação de negócios privados, tais como as feiras semanais, nas quais os transeuntes não são obrigados a apresentar documentação para andar por ali. Os comerciantes não têm como saber se estes são clientes em potencial ou se são criminosos oportunistas e apesar de seus negócios serem privados, são estabelecidos em espaço público. No entanto, delimitar a fronteira entre as esferas pública e privada não é tarefa simples, pois como aponta Garcia (2012) a diluição dessas fronteiras, com a reificação da esfera privada e seu domínio sobre a esfera pública é uma das marcas da contemporaneidade. Isso torna ainda mais complexo o fenômeno do “rolezinho”. Por isso as teses extremadas da esquerda e da direita, bem como da ABRASCE (Associação Brasileira de Shoppings Centers) parecem não encontrar nenhum respaldo da realidade e deveriam entender os *rolezinhos*, a partir de outra perspectiva, que não fosse a mera repressão e apelo à polícia e ao judiciário.

Como aponta Beguoci (op.cit) os rolezinhos são grandes festas em espaços privados empreendidos por jovens pobres e de periferia que não dispõem de espaços de lazer e cultura e são penalizados pela ausência de serviços públicos, o que favorece ainda mais o desamparo e a já mencionada “entrega” destes jovens à cultura da TV e da Internet, espaços nos quais serão induzidos ao consumo. Diante do esvaziamento do espaço público, em especial em áreas violentas e pobres, os shoppings se apresentam como espaços bem organizados e “seguros” para esses encontros, cujo objetivo é a diversão, como mostra outra frase encontrada no *Facebook* por Beguoci (op.cit): *“Vamos ai pessoal zoa muito conhece novas pessoas e catar muitas minas e curti muito e sem roubo ai so curti mesmo”*.

Além disso, ao frequentar os shoppings centers, espaços onde são exibidos os “ícones alvo” das aspirações de consumo de todas as classes, os jovens podem ver e sentir aquilo que só era visto virtualmente na televisão e na internet. Assim sendo, os “rolezinhos” não podem

ser considerados ações políticas que visam pôr abaixo a sociedade de consumo, pelo contrário, parece ser uma forma de legitimar-se enquanto cidadão/consumidor, numa sociedade que deixa clara a mensagem de que para ser cidadão é preciso ser capaz de consumir. Dizer que os jovens dos rolezinhos só querem consumir, no entanto, me parece precipitado, tendo em vista que há, nesse fenômeno, uma busca implícita por um reconhecimento, o qual está atrelado, em nossa sociedade, ao consumo de marcas e grifes disponíveis nos “santuários do consumo”: os shoppings centers. Os jovens dos “rolês” sentem na pele a exclusão e o desprezo de nossa sociedade; sentem-se invisíveis justamente em uma sociedade que preza tanto pela visibilidade e pela exposição de imagens. Temos aí um grande paradoxo: como se contentar com a invisibilidade e o anonimato numa sociedade do espetáculo?

4.4 A Internet: paraíso narcísico dos adolescentes

Diante da insegurança e da busca por diferenciação dos pais, os adolescentes buscam na Internet um espaço propício para obter reconhecimento de seus pares; um espaço no qual podem criar um mundo, viver seus sonhos e negar os limites. Sabemos que há, na adolescência, uma maior dependência em relação ao discurso social, no qual se busca significantes para representar-se junto aos outros, para além do núcleo familiar. Esse deslocamento do jovem em direção aos contextos sociais, somado aos sentimentos ambivalentes com relação às figuras parentais, fornecem os elementos que favorecerão a vulnerabilidade do adolescente ante o assédio da indústria cultural global e aos seus apelos mercadológicos na internet, em especial quando os adultos não conseguem estabelecer uma *relação de confiança de trocas identificatórias favoráveis à constituição subjetiva* (Prioste, 2013, p.108).

Vimos que os conflitos entre narcisismo e relação objetal, entre dependência e autonomia, são preponderantes na adolescência, tendo em vista que as bases narcísicas do adolescente são afetadas pelas transformações corporais. Assim, podemos dizer que:

é o início da adolescência o momento no qual o jovem se embaraça nos conflitos entre dependência e autonomia, entre família e universo social, tornando-se mais vulnerável aos apelos virtuais e às promessas idílicas da indústria cultural (Prioste, 2013, p.111).

Desta forma, os adolescentes contemporâneos utilizam a Internet para exercitar não só as suas próprias fantasias, mas também aquelas forjadas pela *indústria cultural*. Há autores que consideram o universo fantasmático virtual importante para o adolescente, na medida em que fornece um quadro de referências simbólicas no qual o desejo pode se ancorar. Essas “janelas da fantasia” que propõe um gozo pela representação virtual não são novidade; ao longo da história tivemos as epopeias orais das narrativas míticas, os romances de cavalaria e uma série de suportes orais ou escritos que abriam as janelas da imaginação e que convidavam os jovens a um mundo de mistérios. No entanto, se por um lado, as “janelas da fantasia” não se configuram como algo novo, por outro não podemos ignorar os suportes tecnológicos e o apelo mercadológico sob os quais elas repousam e que são características inerentes ao contexto contemporâneo, no qual os exploradores do ciberespaço estão sempre abrindo novas janelas capazes de transformar sonhos e desejos em lucros (Prioste, op.cit).

Dito de outra forma, podemos afirmar que a produção imaginária do jovem esta sendo apropriada por *oligopólios audiovisuais*, os quais criam uma ilusão de satisfação plena a partir dos objetos virtuais, negligenciando a dimensão temporal e levando os jovens a satisfações imediatas e pré-moldadas. As fantasias virtuais são essencialmente visuais, podendo ser associadas às sonoridades e expressões escritas; elas são “representantes digitais de pulsões que são mediatizadas pela indústria cultural” (Prioste, op.cit, p.281). Essas fantasias virtuais são majoritariamente escopofílicas, alimentando-se de tendências perverso-polimórficas, voyeurísticas-exibicionistas. Freud (1905/1996) demonstrou que desde a infância os desejos de olhar e de ser olhado (e o prazer a estes associados) estão presentes como pulsões parciais, e a indústria do entretenimento explora esse prazer a partir de sites que captam o olhar adolescente. O jovem, na iminência de ingressar na vida adulta: “Tende a agarrar-se às fantasias virtuais estereotipadas, aos clichês promovidos pela indústria cultural global, como uma maneira de proteger-se do imprevisível humano da singularidade do sujeito” (Prioste, op.cit, p.334).

Ainda no texto de 1905, Freud destaca que o prazer de olhar tem uma relação intrínseca com o de exhibir-se e sustenta que de certa forma, o voyeurismo e o exibicionismo acompanharão a sexualidade do adulto sem se configurar como perversão (a não ser que o prazer de ver e ser visto se torne um fim em si mesmo e não se converter em um elemento preliminar do ato sexual). Em sua pesquisa, Prioste (op.cit) destaca que, entre os adolescentes, uma das principais características observadas nas fantasias virtuais foi o prazer voyeurístico e exibicionista. E isso pode ser visto claramente no *Facebook*, no qual as meninas exibem fotos sensuais e os meninos insinuam sua força e potência.

Prioste (2013) destaca as especificidades das principais fantasias virtuais dos meninos e das meninas imersos na virtualidade, sendo que de modo geral o sadismo e a onipotência foram as principais características das fantasias masculinas, com destaque para os temas: “terrorista/policial”, “herói/sobrenatural” (identificados nos games) e “hacker/expert” (identificado no âmbito escolar). A autora destaca como temáticas das fantasias femininas na internet: ser a “amada/escolhida”, ser a “mãe/bebê” e ser uma “celebridade”.

Nos games, os meninos almejam ser os campeões, os mais fortes, buscam ser os primeiros no ranking para demonstrar sua superioridade sobre os demais, o que os atrai é a possibilidade de ser reconhecido pelos outros. Devemos considerar ainda as estimulações sensoriais e motoras como fonte de satisfação nos games, uma vez que as sensações experimentadas no jogo são reais e vivenciadas no corpo dissolvendo a distinção entre realidade e virtualidade e fazendo com que as fantasias ganhem vida.

Os meninos são verdadeiros *ciberatletas*, mas diferentemente das competições esportivas, nos seus jogos online preferidos a sua superioridade é demonstrada no extermínio do outro. Prioste (op.cit) aponta que o sadismo presente nos jogos virtuais dos meninos esta associada à revivência do complexo edípico, cuja agressividade antes dirigida ao pai passa a ser dirigida aos inimigos virtuais. O desejo de possuir a mãe implica no extermínio do pai/rival o que é atuado indiretamente nos jogos online de polícia/terrorista, nas quais pode fazê-lo sem culpa. Ainda de acordo com Prioste (op.cit) a escolha entre ser policial ou terrorista nesses jogos é indiferente para os jovens que demonstraram nas entrevistas que essa questão era irrelevante e que o que de fato importava no jogo era matar ou morrer. Para a autora:

No jogo, os jovens se preparam para o ataque, aprendem virtualmente a entrar em ação. O problema é que essa compulsão à repetição que os jovens apresentam em relação aos jogos deste tipo não passa por um processo de elaboração. As fantasias são atuadas virtualmente de maneira maniqueísta, é matar ou morrer, não existem outras possibilidades: ou se é polícia, que também “toca o terror” na favela, como os adolescentes costumam dizer, ou se é “terrorista”, traficante (p.296).

Passemos à temática do herói sobrenatural; internalizada pelos meninos em games nos quais são magos, sacerdotes, elfos, guerreiros, monstros, etc; personagens dotados de poderes mágicos, o que remete para Prioste (op.cit) a ideia de Freud (1913/2012) de associação entre as fases do desenvolvimento da cultura e da libido individual, na qual correlaciona a fase

animista dos primitivos ao narcisismo e ao investimento libidinal no próprio eu. Assim, na fantasia de herói o que se vê é um pensamento mágico onipotente próprio ao narcisismo primário da fase animista dos povos primitivos. Para ilustrar sua fala, Prioste (op.cit) cita o game *World of Warcraft*, na qual:

Identifica-se claramente a presença da fantasia onipotente de que um providencia divina o acompanha, tendo em vista que o herói morre e ressuscita sempre. Observa-se também a fantasia edípica de eliminação dos inimigos [...] Deste modo, o mito do herói fica inexoravelmente reduzido às lutas entre o bem e o mal (p.304).

A última temática destacada por Prioste (op.cit) nas fantasias dos meninos é a do “hacker/expert”, cujas importantes habilidades com computadores que levam aos avanços tecnológicos da atualidade são altamente valorizadas. A autora aponta em suas entrevistas com meninos, o orgulho pelos feitos dos jovens que se intitulam “hackers” e que vão desde a invasão do sistema da escola a burlar as regras de uma empresa de computadores. A autora destaca dois tipos de motivações nesta fantasia; uma relacionada às investigações objetais e exploração do objeto e a outra ao ataque e disputa visando demonstrar superioridade sobre o outro, com um desejo de evidenciar a fragilidade deste. Para Prioste (op.cit):

As fantasias edípicas que envolvem competição com a figura paterna, neste caso, parecem ser atualizadas com relação à competição por meio da superioridade em conhecimentos tecnológicos. Por outro lado, os adolescentes também pareciam explorar a máquina como uma investigação do corpo proibido. De qualquer maneira, nota-se um movimento epistemofílico em direção aos objetos tecnológicos (p.307).

Diante de melhores recursos simbólicos, os jovens poderiam transformar o prazer de ver em curiosidade intelectual e a rivalidade parental em demonstração de superioridade tecnológica em relação aos adultos. Entretanto, o hiperinvestimento na máquina é acompanhado por um desinvestimento das relações intersubjetivas, levando na maioria das vezes a um isolamento por parte dos meninos no mundo virtual.

Passemos agora às fantasias virtuais e a constituição subjetiva das meninas; para Prioste (op.cit) o que se vê na relação das meninas com a internet é a busca por expressão de sentimentos e ideais, bem como por iniciar e manter vínculos afetivos. Embora algumas meninas também se envolvam em jogos online, o que as atrai em sua maioria são as trocas

intersubjetivas e a necessidade de se sentirem reconhecidas no ciberespaço. Para isso elas expõem seus sonhos e fantasias. Prioste (op.cit) aponta que se entre os meninos o desafio é superar e ser mais potente que o outro/adversário, entre as meninas há uma busca por ser amada e escolhida. A autora destaca como temáticas das fantasias femininas na internet: ser a “amada/escolhida”, ser a “mãe/bebê” e ser uma “celebridade”.

O desejo de ser a “amada e escolhida” esta sempre presente nos depoimentos das meninas em seus blogs ou fotos. Ante as carências narcísicas, as adolescentes parecem se apegar excessivamente aos objetos, imperando o desejo de ser a razão de viver de alguém. Isso nos remete aos ensinamentos de Freud (1914/2010) ao observar que ser amado representa o objetivo e a satisfação na escolha narcísica e que o investimento libidinal do objeto não aumenta o amor próprio, mas tem um efeito rebaixador, pois quem ama perdeu uma parte de seu narcisismo e busca reavê-lo sendo amado.

Já no tocante à fantasia de ser a “mãe e bebê” ao mesmo tempo foram identificadas por Prioste (op.cit) em especial em meninas de escolas públicas, cujas fantasias tendem a se tornar realidade precocemente. Para a autora:

Ainda que os devaneios de maternidade possam ser considerados sob a perspectiva de uma construção histórico-social, não se pode negar o papel das configurações edípicas reatualizadas no início da adolescência e que, mediante determinadas vulnerabilidades sociais, podem tornar a menina mais propensa às idealizações maternas como forma de valorização pessoal (p.317).

Do ponto de vista da psicanálise, pode-se considerar que a fantasia da maternidade é relacionada à problemática edípica, com as garotas ao se verem desprovidas de pênis, renunciando a eles com a tentativa de uma compensação; o desejo de ter um pênis é transformado no desejo de ter um filho (Laplanche e Pontalis, 2001). Devemos destacar, no entanto, que o desejo de ter um filho deve ser contextualizado; ao voltar sua análise para as meninas de escola particular, Prioste (op.cit) aponta uma maior preocupação em vivenciar a sexualidade sem engravidar. Por outro lado, tomando as adolescentes pobres como referência, vemos que as perspectivas de satisfação profissional e reconhecimento social são precárias, elevando a exploração do corpo e a maternidade ao status de alternativa de laço social (Prioste, op.cit). Podemos pensar que:

Somada à fragilidade socioeconômica, encontra-se a fragilidade psíquica da fase adolescente, fazendo com que a menina acredite que se tornar mãe seria uma forma de equivaler-se ao poder materno e, simultaneamente, demandar cuidados especiais em virtude da condição de grávida; neste caso, ela própria se identificaria com a condição de bebê [...] A gravidez seria também uma forma de as meninas proverem os cuidados para si, que não lhe foram dados de modo suficiente (Prioste, 2013, p.319).

Seguindo o apontamento de Jeammet (2003) de que um dos conflitos mais importantes da adolescência diz respeito à dependência parental, podemos pensar que a gravidez representar uma solução de compromisso que leva ao reconhecimento social de adulto ao mesmo tempo em que traz os cuidados e atenção perdidos na adolescência, mantendo assim um equilíbrio entre dependência e independência.

Por fim, Prioste (op.cit) aponta a fantasia de ser “célebre, famoso e gozar de luxo e riqueza”, que como vimos esta presente na maioria dos adolescentes, fazendo parte dos ideais forjados pela sociedade de consumo. No entanto, a referida autora destaca uma maior prevalência dessa fantasia nas meninas. Não chega a ser surpreendente, portanto, que em 2013, os responsáveis pelos dicionários da Oxford tenham escolhido o neologismo “*selfie*” como a palavra do ano¹⁵. Um dos motivos para esta escolha foi o fato de que a busca por esta palavra no site do portal Oxford cresceu 17000% no último ano. A palavra em questão tem origem no termo *self-portrait*, que significa autorretrato e designa uma foto que é tirada (normalmente pela própria pessoa) e compartilhada na internet. A particularidade desta foto reside no fato de que ela é tirada com o objetivo de ser compartilhada em uma rede social como o *Facebook*, por exemplo. Seria o *selfie*, eleita a “palavra do ano”, um retrato do narcisismo extremo e do crescente desinteresse pelo mundo (e pelos outros) dos jovens contemporâneos? Quais seriam as consequências psíquicas para estes adolescentes que vivem em uma sociedade que pretende exibir tudo e que incita o voyeurismo e o exibicionismo?

Freud (1905/1996) falou da importância dos diques anímicos, tais como vergonha, asco e moral para conter os excessos sexuais; ou seja, a noção de diques remete à necessidade de uma barreira fundamental para conter os ímpetos voyeurísticos e exibicionistas dos adolescentes; a ausência dessa borda resulta em um “transbordamento pulsional psiquicamente danoso” (Prioste, 2013, p.283). Recuperar a noção de pudor e de intimidade

¹⁵ Matéria disponível em: <http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/palavra-do-ano-selfie-se-consolidou-como-mania-na-internet>

seriam, portanto, caminhos importantes para os adolescentes, pois contribuiria para delinear o campo do desejo e a proteção do jovem, que passa pela abertura do desejo ao outro e pelo retorno a sua própria intimidade.

Devemos considerar a pulsão voyeurística-exibicionista como uma expressão da sexualidade infantil perverso-polimórfica que se constitui como um “ensaio da sexualidade adulta” para os adolescentes, os quais, diante de seu novo corpo, podem tentar se esconder dos olhares familiares ou buscar se exhibir virtualmente pela necessidade de ter esse novo corpo reconhecido perante seu grupo. Para Prioste (op.cit):

Ao mostrar-se nas câmeras, nem sempre o adolescente tem a dimensão da extensão da internet, agindo como se estivesse sempre entre amigos; além disso, há uma fixação na dimensão da aparência. Neste processo, há o risco de a atividade voyeurística-exibicionista do adolescente se intensificar, ao ser reforçada pela sociedade do espetáculo, que evoca a aparência como um fim em si mesmo. [...] O exibicionismo-voyeurismo, ao ser valorizado socialmente, pode favorecer uma fixação perverso-polimórfica narcísica, inibindo a travessia em direção às satisfações sexuais objetais (p.284).

Assim, vemos que impera, na internet, a ilusão de que tudo pode ser visto e exibido. Vivemos em um “império das sensações”, levando à seguinte situação: aquilo que não for sensação não pode existir. Em meio a esse mercado de sensações reinam o prazer virtual marcado pelo gozo voyeurístico (Turcke, 2010) e as fantasias *fast food* encontradas na internet, que são uma descarga certa para o jovem consumidor, ávido por excitação rápida.

Freud (1930/2010) observou que as satisfações diretas das pulsões eram mais intensas que o adiamento deste prazer ou a sua sublimação e estados previsíveis de satisfação. Contudo, Freud não imaginava à sua época, a enorme quantidade de produtos tecnológicos que “estariam a serviço da excitação das pulsões voyeurísticas e sádicas, criando-se um ciclo vicioso de aumento da tensão psíquica e descarga psicomotora, como se o sujeito estivesse em uma montanha russa existencial”. (Prioste, 2013, p.288).

Assim sendo, diferentemente da época de Freud, na qual os fatores socioeconômicos e culturais contribuía para a repressão das pulsões voyeurísticas e exibicionistas, na sociedade contemporânea temos a exaltação da liberdade e do direito ao gozo. Assim sendo, tais pulsões são transformadas em molas propulsoras do mercado, em especial no mundo virtual que se sustenta pelo voyeurismo e pelo exibicionismo. A Psicanálise nos ensina que, para simbolizar

o objeto perdido, devemos aluciná-lo e nos satisfazer temporariamente com imagens, entretanto, com as novas tecnologias e o ciberespaço assumindo o lugar do outro/cuidador humano, como se daria a construção de fantasias? Quais seriam as consequências disso? Prioste (2013) indaga:

a economia libidinal atravessada pelos objetos tecnológicos, de que maneira o sujeito passa a articular o enigma do desejo do Outro quando os objetos digitais se tornam alvos de investimento libidinal no seio da família? Por exemplo, quando a mãe cuida de seu bebê direcionando o olhar dela à televisão, quando o pai da criança é trocado pela novela ou quando a esposa é trocada pelo computador ou pelas imagens de pornografia?

Certamente essa nova configuração de investimento libidinal na tecnologia por parte da família tem suas consequências, pois na ausência do outro humano *a obturação do real se faz pelas telas, pelas imagens produzidas pela indústria cultural em detrimento das imagens internas* (Prioste, 2013, p.279). Essa adesão à imagem:

Como uma forma de satisfação metonímica do desejo, dificultaria a metáfora tornando o processo de simbolização deficitário e fragmentado. Sendo as imagens internas uma das primeiras formas de simbolização que antecedem a linguagem, quando ocorre um hiperinvestimento nelas, em virtude do hiperinvestimento nas telas, a satisfação alucinatória deixa de ser significativa, predominando a ilusão de gratificação com um objeto substituto [...] O adolescente desenvolve assim um apego às imagens exteriores e aos gadgets, de um lado, como substituto do objeto e, de outro, como gratificação especular autoerótica (Prioste, op.cit, p.331).

Chama atenção o fato de que o uso dessas tecnologias não se restringe ao jovem, pois é recorrente, no cotidiano das famílias brasileiras, a cena da mãe assistindo à TV, enquanto o pai está conectado ao computador e os filhos estão passando horas no *Facebook* ou brincando com jogos eletrônicos. Não parece estranho, portanto, que em seu estudo com adolescentes, Prioste (op.cit) tenha ouvido de um jovem entrevistado que vislumbrava para seu futuro “viver sozinho”; o que mostra como as satisfações intersubjetivas, ou seja, advindas dos relacionamentos com outras pessoas, definitivamente não estão “na moda”, sendo a relação com a máquina muitas vezes vista como mais satisfatória.

A própria família tem contribuído para este preocupante cenário ao difundir o medo e colocar os outros seres humanos sob suspeita. Isso pode ser visto em especial em famílias que vivem em metrópoles e que preferem a brincadeira solitária dos filhos no computador do que a brincadeira na companhia de “estranhos”. Essa noção do outro como ameaça e não como fonte de satisfação subjetiva acaba por contribuir para uma economia narcisicamente orientada às próteses digitais (Prioste, 2013). Dentre estas próteses, daremos destaque a seguir a mais popular rede social do nosso tempo: o *Facebook*.

4.5 A busca por amparo e os laços virtuais no *Facebook*

Se, por um lado, a falta de suporte e de amparo faz com que os adolescentes contemporâneos tenham que se constituir em meio a laços simbólicos frouxos, dificultando a internalização de referências identitárias estáveis e produzindo identificações pouco consistentes; por outro, esta mesma fragilidade lhe oferece a possibilidade de “ser autor” de sua identidade e escolher quem deseja ser, o que constitui uma forma inédita de protagonismo que pode ser vista de maneira privilegiada na utilização que os adolescentes fazem das redes sociais na internet.

As redes sociais surgiram no final da década de 90 após o advento da internet (que surgiu nos EUA na década de 70) e tiveram um rápido desenvolvimento em todo o mundo. Repletas de recursos que “facilitaram” o contato a distância, bem como a transmissão de informação e conhecimento, os sites de redes sociais são utilizados de variadas formas na atualidade.

É inegável que os adolescentes contemporâneos estão expostos de maneira sem precedentes à Internet, uma vez que já nasceram imersos num contexto social no qual existem Internet e redes sociais virtuais. São os chamados *nativos virtuais* (Turkle apud Rosa e Santos, 2013) que, em oposição aos *adaptados virtuais*, (aqueles que nasceram antes do surgimento da rede mundial de computadores e dos sites de redes sociais), têm mais facilidade em assimilar e utilizar os dispositivos do mundo virtual.

O desenvolvimento de redes sociais *online* criou uma nova forma de organização social, deslocando as comunidades para a rede (Rosa e Santos, 2013). Nas redes sociais, há uma interação diferente daquela associada à presença física imediata do interlocutor. A peculiaridade de tal interação se deve a quatro características, a saber:

dá-se por meio de perfis elaborados pelos usuários que se representam nas redes. Independe de critérios de tempo e de espaço; pode advir em diferentes modalidades (um-para-um, um-para-muitos e muitos-para-muitos); permite o acesso e a interferência de diferentes usuários conectados pela rede (Rosa e Santos, p.20, 2013).

Atualmente, existem diversos sites de redes sociais na Internet com diferentes propostas, sendo que daremos destaque ao *Facebook*, uma rede social gratuita criada pelo estudante Mark Zuckerberg em 2004 e que possui o maior número de usuários no mundo. O *Facebook* tem sido a ferramenta por excelência utilizada pelos adolescentes para se comunicar com outras pessoas, expressar o que pensam, o que sentem e o que desejam a partir de comentários e postagens em geral (fotos, vídeos, músicas e textos). Não podemos nos esquecer, no entanto, que o *Facebook* oferece serviços como anúncios e, como qualquer empresa, visa o lucro, estando imerso em uma lógica do mercado, assim como as demais redes sociais de Internet. Nesse sentido, a congregação de pessoas no *Facebook* tornou-se um negócio comercial e a lógica de mercado influencia as transações que lá ocorrem.

Diante da rápida expansão das redes sociais, em especial do *Facebook*, pesquisas na área da Psicologia, Antropologia, Educação, Sociologia e Comunicação, entre outras vêm buscando compreender tal fenômeno e seus desdobramentos para os usuários. Em nosso trabalho que tem como objeto o adolescente contemporâneo, o interesse pelo *Facebook* se deve ao fato de ser um veículo que faz a mediação dos adolescentes com a cultura, bem como uma via para se ter acesso à subjetividade juvenil, afinal, “a tecnologia incorpora não apenas características da sociedade, mas também da cultura na qual se instala, o que a torna uma esfera inseparável da configuração sócio-histórica atual” (Lévy apud Rosa e Santos, 2013, p.30).

Uma de nossas hipóteses é de que a utilização adolescente dessa ferramenta tem se dado como forma de lidar com o desamparo, tendo em vista que a cultura (a partir de seus ideais) não tem cumprido a função que lhes caberia segundo Freud (1930/2010), qual seja a de promoção dos laços sociais e de proteção ante o desamparo, funções que têm sido destinadas ao mundo virtual. Contudo, será que o *Facebook* tem sido bem-sucedido na gestão do desamparo e na construção de laços sociais? Essas são as questões que investigaremos doravante.

Começamos pelo ingresso no *Facebook*, que se dá a partir da elaboração de um perfil virtual, através do qual os usuários se identificam e interagem com os demais. O internauta

inicia o processo de construção de seu perfil, com os seus dados, seus gostos e interesses, seus amigos, e as comunidades virtuais as quais pertence, nesse sentido, podemos dizer que o adolescente “tatu” na tela a sua identidade. Todavia, ao “criar o seu perfil”, o adolescente pode expor na tela não necessariamente aquilo que ele é, mas também a imagem e/ou identidade socialmente almejada e que terá o reconhecimento da rede social. Para interagir no *ciberespaço* o adolescente precisa criar uma identidade “adequada” à comunidade virtual da qual pretende fazer parte. Dessa forma, o adolescente “recria-se” em formato digital, incorporando características performáticas que transpareçam uma identidade socialmente desejada. Ao utilizar o *Facebook*, os usuários manifestam seus gostos e preferências, bem como seus ideais e sentimentos a partir do conteúdo que publicam e compartilham, nesse sentido, as publicações são associadas à pessoa que as publica (Rosa e Santos, 2013). Assim sendo: “ao utilizar o *Facebook*, o indivíduo seleciona certos caracteres de sua própria identidade, tendo, como critério, o como deseja ser visto, o que, de certa forma, pode estar relacionado a identidades almejadas e socialmente desejadas” (Rosa e Santos, 2013, p.29).

Em meio a esse processo de “customização da identidade”, os adolescentes buscam imagens que os identifiquem, tornando-os paradoxalmente únicos e iguais aos outros, transformando sua identidade em uma espécie de marca pessoal. O *Facebook* oferece recursos como postagem de fotos, vídeos e comentários que possibilitam aos usuários a criação e categorização de seu perfil. Além disso:

Os dispositivos de “curtir” e “compartilhar” permitem que cada usuário consinta, aprove, repasse e publique postagens. Considerando que as postagens constituem uma maneira de expressar sentimentos, pensamentos, ideias, emoções e desejos, inferimos que há uma espécie de comercialização destes na rede, a qual promove identificações recíprocas entre os adeptos do site. O compartilhamento ou o fato de curtir uma determinada postagem traz consigo a conotação de que o usuário está de acordo ou simplesmente gostou do que foi publicado (Rosa e Santos, 2013, p.176).

Ao curtir ou compartilhar uma determinada postagem, vemos, portanto, que o usuário passa a fazer parte de um determinado grupo de pessoas ou de uma determinada forma de pensar. O adolescente curte as páginas às quais deseja pertencer, não necessariamente para discutir temas, mas para publicar seus interesses. Curtir algo no *Facebook* é fazer uma “proclamação instantânea do self” (Minerbo, 2009) e dizer “amo isto” ou “odeio aquilo”, além disso, aquilo que é curtido compõe o “mosaico virtual da identidade” dos adolescentes.

Vemos, portanto, que o *Facebook* categoriza grupos e pessoas, oferecendo para o público, sentidos de identidade e para os usuários, sentimentos de identidade (Rosa e Santos, op.cit).

Baudrillard (1999) mostra, no entanto, ceticismo em relação às identidades forjadas nos ambientes virtuais da internet; considerando que as interações que são mediadas pelas redes sociais virtuais são pautadas em simulações e hiperespetacularização das identidades. Nesse sentido, o usuário tende a simular ser o que não é e substitui a realidade pela simulação. Rosa e Santos (2013) apontam que essa perspectiva desconsidera a existência da subjetividade imersa nesse contexto, pois há por detrás dos perfis, pessoas conectadas, cujas identidades promulgadas no *Facebook*:

Podem estar relacionadas ao que os usuários acham que são e às qualidades que os usuários estão convencidos de ter e não necessariamente a uma simulação ou, talvez, uma dissimulação (Rosa e Santos, 2013, p.28).

Apesar do contraponto feito por estes autores, isso não muda o fato de que no mundo virtual há uma maior possibilidade de seleção e omissão de aspectos da identidade que serão publicados e expostos no *Facebook*. Num relacionamento presencial, dissimular tais aspectos seria muito mais difícil. Assim sendo, podemos considerar que os usuários das redes sociais utilizam táticas para representar-se, o que é facilitado pela rede virtual. Os próprios autores destacam que os usuários do *Facebook* fazem “um gerenciamento meticuloso do que se refere à postagem de informações e de fotos, bem como à elaboração do perfil” (Rosa e Santos, 2013, p.83), visando ocultar aspectos considerados malvistas socialmente ou que vão à contramão dos “ideais” sociais contemporâneos.

Nesse sentido, podemos dizer que, ao utilizar o *Facebook*, os adolescentes interagem entre si consumindo não apenas as ferramentas e recursos do site, mas também os modelos de identidade que são comercializados através das interações e postagens. Rosa e Santos (2013) consideram que há no *Facebook* um processo de “Negociação de Identidades”, que ocorre de forma dinâmica e interativa de acordo com o interesse das pessoas imersas no ambiente virtual e também fora da rede. Os autores apontam que o *Facebook* tem um padrão estrategicamente estabelecido para seus usuários, os quais utilizam, por sua vez, de táticas próprias para negociar suas identidades. Ainda de acordo com os autores devemos:

reconhecer a existência de um duplo movimento no Processo de Negociação de Identidades no *Facebook*: a influência do mercado e da organização social nas

identidades dos usuários e a expressão genuína de indivíduos que utilizam o *Facebook* para negociar suas identidades de acordo com seus interesses. Com efeito, cria-se uma negociação recíproca, baseada em interesses contrapostos que, em nossa opinião, fomentam o consumo de identidades, de sentimentos e de emoções por intermédio dos processos de identificação e de categorização (Rosa e Santos, 2013, p. 94).

Chama a atenção o termo “consumo de identidades”. Como aponta Pinheiro (2008), com o desenvolvimento tecnológico, o consumo se desmaterializou e passou a contemplar uma ampla gama de possibilidades, tais como a “produção de sensações e de experiências”. Para a autora:

o que faz as redes sociais na Internet mais interessantes é essa estética de si que dá forma aos perfis e páginas pessoais e atrai o olhar dos outros sem buscar unicamente distinção, estilização para a descoberta de um self ou liberação de fantasias em uma sociedade em que tudo pode ser consumido. O que talvez esteja sendo gerado é um modo de ser simultaneamente individual e coletivo, quer dizer, uma subjetivação tramada em rede, em que o exercício de si passa pelo consumo e pela sua exposição: compartilhar gostos e preferências é permitir a ampliação da sensibilidade às variações de gostos e estilos (Pinheiro, 2008, p.116).

Vemos, portanto, que a customização dos perfis é uma adequação da identidade do dono do perfil no *Facebook* (tomada como produto) aos demais usuários (tomados como consumidores). Assim, o adolescente tende a seguir critérios que o identificam com ideais estabelecidos pela sociedade e difundidos pelo mercado como socialmente desejados. Rosa e Santos (2013) coletaram em entrevistas a opinião de usuários do *Facebook*, dentre os quais destaco a seguinte: “quando você cria o seu perfil, não é que você crie uma identidade; você cria uma identidade que não é você totalmente” (p.101). Esse depoimento mostra como os perfis expostos na rede social contemplam uma seleção de determinados aspectos identitários que serão expostos e que nem sempre são verídicos.

O *Facebook* permite, por exemplo, a construção de si como *celebridade* na medida em que funciona como uma coluna social personalizada, na qual o adolescente se retrata em festas, viagens, se divertindo muito com os amigos, ou simplesmente em poses bonitas, afinal ser visto é essencial e “se não tem foto, não aconteceu”. Para os facebookianos que buscam um lugar para expor sua identidade, essa lógica de registrar os momentos em fotos e esperar

comentários, como uma espécie de espelho para o próprio narcisismo, é fundamental. Há no *Facebook* algo como um *contrato narcísico* (Minerbo, 2009) recíproco que deixa implícito: “se eu elogio você, você deve me elogiar”.

E por falar em narcisismo, devemos lembrar que ter amigos e fazer parte de grupos sempre foi vital para os adolescentes e no *Facebook* isso não é diferente, sendo que ter muitos amigos dá ao “facebookiano” um status de popular, em contrapartida uma página sem mensagens é um duro golpe no narcisismo do adolescente. A grande diferença é que com o *Facebook* a rede de amigos *se presentifica* no espaço virtual como uma maquete e a experiência subjetiva de “amizade” se reifica, ou seja, o sujeito tem a experiência de ter amigos e de ser querido na medida em que sua página assim o mostra; quando os amigos deixam mensagens de afeto, elogios, comentários positivos e essas mensagens ficam expostas (Minerbo, 2009).

Há, ainda, o caso emblemático daqueles usuários que criam um perfil falso/*fake* utilizando informações falsas, tais como nome, fotos e interesses em seus perfis. No perfil *fake*, o adolescente parece encontrar uma possibilidade de criar uma nova identidade e de, supostamente protegido pelo anonimato, interagir com os demais usuários apenas com informações relativas ao personagem que criou, tomando atitudes no ciberespaço que não são tomadas no mundo *offline*. Os *fakes* podem ser compreendidos como uma faceta da fragmentação das identidades do homem contemporâneo. Mas qual seria o temor do adolescente contemporâneo em se mostrar tal como ele é? Com que finalidade ele lança mão de se apresentar diferentemente do que ele é?

Certamente essas questões são complexas, mas a resposta passa necessariamente pelo receio do adolescente em não corresponder ao já mencionado tipo psicológico ordinário, disseminado pela indústria cultural (e isso inclui o *Facebook*), como perfil a ser consumido. Um perfil que, no entanto, é modificado constantemente seguindo a lógica do obsoletismo planejado diante da multiplicidade de referências que marca a contemporaneidade, uma vez que:

Estamos diante da multiplicidade como dimensão da subjetividade. Se o princípio “identitário” moderno tentava preservar a subjetividade em sua essência, a emergência da ultravelocidade, com que acontecem as mudanças sociais, políticas, culturais, etc., produz, permanentemente desestabilizações nas subjetividades que precisam, periodicamente, reinventar novas maneiras de existência para poder interagir com os

diversos universos, de forma a organizar suas sensações e experiências (Araújo apud Rosa e Santos, 2013, p.150).

A globalização e a propagação da Internet certamente influenciaram esse processo de produção subjetiva múltipla e interligada que vai de encontro com a subjetividade ancorada nas tradições que caracterizava a modernidade. Diante da multiplicidade como dimensão subjetiva, os adolescentes contemporâneos parecem ser acometidos por um “estranhamento no qual se sentem desacomodados, desconchegados, desorientados e perdidos no tempo e no espaço, como um *homeless*” (Rolnik apud Rosa e Santos, 2013, p. 151). Podemos ver assim, a partir do uso adolescente do *Facebook*, que as suas identidades são produzidas como perfil subjetivo, de acordo com as performances requeridas e definidas não apenas por competências, mas principalmente pela aparência e pelo estilo que é ditado pelas tendências mercadológicas momentâneas; são identidades definidas a *prêt-à-porter* (prontas para levar).

Com tantas referências difusas e inconsistentes seria fácil compreender o porquê do adolescente contemporâneo se sentir desamparado e desorientado. Diante disso e a despeito do ceticismo em relação ao potencial transformador das novas tecnologias digitais, Rosa e Santos (op.cit) chegam a considerar que o *Facebook* tem funcionado como:

uma referência para os usuários concentrarem o seu mundo subjetivo. Isto é, oferece a possibilidade de armazenar contatos e informações; de participar em grupos; de customizar um perfil; de expressar-se e de ter retornos dessas expressões; de ver-se; de ter acesso a distintos arranjos socioculturais; e de negociar suas identidades [...] o *Facebook* funciona (ainda) como gerador de sentidos para quem sou eu e quem são os outros. Com efeito, sugerimos que esses e outros sites operam como uma espécie de “*home*” (lar) ou de registro subjetivo para cada usuário imerso nesse contexto de multiplicidade (p.153).

Ao apontar todas essas funções do *Facebook*, Rosa e Santos (op.cit) caracterizam-no como uma ancoragem subjetiva ante a multiplicidade existente na contemporaneidade e parecem corroborar a nossa hipótese, qual seja a de que a utilização do *Facebook* pelos adolescentes tem se dado como forma de lidar com o desamparo. Entretanto, creio que a visão dos autores negligencia o lado obscuro e preocupante desse processo. Diante disso, seguem algumas indagações: que tipo de referência os adolescentes encontram no *Facebook*? De quais grupos eles têm participado? Quais elementos são levados em consideração na

“customização do perfil”? O que exatamente eles têm expressado na rede social? A quais arranjos socioculturais eles têm acesso? Se o *Facebook* tem funcionado como *home* ou como “gerador de sentido para quem eu sou e quem são os outros” como alegam os autores citados, certamente temos mais motivos para nos preocupar do que para enaltecer tal recurso.

A questão da virtualidade, em si mesma, não é boa nem má. Entretanto, há muitos autores que têm uma verdadeira “tecnofobia” (Rouanet apud Levy, 2000), condenando e temendo a tecnologia. Creio que a questão não se passe por uma posição maniqueísta com relação às realidades virtuais, mas sim de compreender as repercussões dessa tecnologia no psiquismo. É inegável que a virtualidade é uma forma revolucionária de representação que o homem criou e que trouxe inúmeros benefícios à humanidade, no entanto, a questão para nosso trabalho se passa por compreender as consequências dessa inundação dos adolescentes pela realidade virtual, que tem potencializado a *tendência narcisante* (Levy, op.cit) de nossa cultura. O que tem se passado na mente dos adolescentes que estão imersos num mundo de relações virtuais com a presença de objetos virtuais e não do objeto humano real?

Mantendo a tensão entre os prós e contras da tecnologia, não podemos cair na ingenuidade e esquecer os interesses mercadológicos que induzem ao uso excessivo do virtual. Baudrillard (1999) apresenta uma visão mais real deste cenário ao pontuar os efeitos perversos da virtualidade, destacando o caráter anti-imaginário das imagens que se impõe ao psiquismo passivamente. Para o autor em questão, o virtual ao ser excessivamente real impede a obscuridade necessária à imaginação, pois como aponta Levy (op.cit):

O objeto virtual pretende ser o objeto real, ele não representa o objeto, ele é o seu simulacro. Apresenta-se como real e satura de tal forma a percepção e a atenção que não deixa espaço para a simbolização e para a imaginação. Em vez de abrir espaço para a ilusão, ele ilude o sujeito quanto à sua realidade. Ele simplesmente é; sem ambiguidades; sem a sombra de incerteza de não ser: ele é (p.63).

A experiência de “ser” do adolescente contemporâneo não provém da interioridade, mas sim da construção de uma certa forma de identidade a partir dos signos produzidos e oferecidos pela sociedade de consumo. Ao contrário da subjetividade moderna, na qual os indivíduos sentiam que eram produto de seu meio e tinham uma experiência subjetiva de identidade clara, em um movimento “de dentro para fora”, na subjetividade contemporânea é o estilo de vida que determina os modos de ser, num movimento “de fora para dentro”. Essa identidade reificada leva os adolescentes a, por exemplo, consumir a “griffe x” e frequentar os

“lugares y” para “ter a experiência” de ser “x” e “y” (Minerbo, 2009). Contudo, essa experiência de “ser” é um simulacro e não chega a ser internalizada, pois se consome rapidamente, precisando ser renovada. Temos aqui uma dimensão aditiva da construção da identidade, para a qual Rolnik (1997) criou o termo “toxicômanos da identidade”. Diante disso e do desamparo identitário, os adolescentes buscam alívio em comportamentos que lembram adições, dentre os quais podemos inserir o uso do *Facebook*.

Não podemos ignorar o fato de que adolescentes têm encontrado no virtual uma satisfação sem esforços para todos seus desejos, ou seja, sem os limites da realidade, o que aliena o sujeito da sua própria natureza (Levy, 2000). Além disso, as realidades virtuais desconsideram a privacidade, a qual pode ser completamente devassada. Diferentemente da realidade, na qual só se conhece o interior do objeto por meio de fantasias intrusivas onipotentes, na realidade virtual há uma concretização dessas fantasias intrusivas que acabam por empobrecer e banalizar o que há de mais íntimo e privado.

Ao se apresentar como mais sedutor do que o mundo real, repleto de frustrações, limitações e finitude, o mundo virtual pode levar os adolescentes a um prejuízo do sentimento de realidade e do senso de identidade, levando em última instância ao sentimento de vazio e de desamparo. Assim sendo, vemos o grande engodo de pensar o *Facebook* como ancoragem subjetiva, tal como proposto por Rosa e Santos (2013), tendo em vista que o real e o virtual não são iguais e que se relacionar com alguém através de uma tela/imagem nunca será a mesma coisa que se relacionar com alguém pessoalmente, pois carece do “olho no olho”, da escuta da voz, das expressões faciais e gestuais e do envolvimento emocional. A ausência desses elementos é substituída, nessas interações virtuais, por imagens e textos que representam os indivíduos que são considerados uma simulação do que é concebido como real (Baudrillard, 1999). A vida real não dá ao adolescente a possibilidade de fazer um *logout* e desconectar-se diante de uma frustração.

O advento da internet instaurou dispositivos que atuam como próteses interativas que exaltam os recursos do meio virtual e fazem com que simulacros sejam tomados como reais, fomentando uma concepção de vida como simulação. Além disso, a internet e os dispositivos tecnológicos têm possibilitado ao homem, o “Deus das próteses” (Freud, 1930/2010), a possibilidade de viver experiências sensoriais em outras dimensões, bem como de expandir os limites do corpo e transpor as fronteiras do tempo e do espaço. Entretanto, este pretensioso progresso traz em seu bojo novos problemas, pois ao transformar a natureza, o homem transforma sua constituição subjetiva, seus laços sociais, bem como sua percepção temporal, espacial e corporal (Prioste, 2013). Esse cenário faz com que o mundo real e o mundo virtual

estejam separados por linhas cada vez mais tênues, podendo se considerar essa divisão como *fronteiras movediças* (Rosa e Santos, 2013).

Como destacamos em nosso terceiro capítulo, a sociedade do consumo empreende uma verdadeira doutrinação dos jovens para o consumo e, nesse sentido, podemos ver que o cenário citado acima se faz bastante pertinente, pois a lógica do consumo:

serve-se dos estímulos sensoriais cada vez mais rápidos e diversificados, de modo que não se tenha tempo para organizá-los, tampouco formar uma representação do que foi percebido. O apelo ideológico explora percepções visuais e auditivas de maneira primitiva para que as pulsões tenham vazão rápida em direção ao mercado, e assim não se tenha tempo de ponderar, analisar e pensar (Zelcer apud Prioste, 2013, p.20).

E é exatamente nesse sentido, de expropriar a capacidade de pensar, que a *indústria cultural* tem atuado no mundo globalizado. Todo esse contexto de uma sociedade cada vez mais egocêntrica e fragmentada favorece que as fantasias onipotentes dos adolescentes ganhem asas no mundo virtual. Temos aqui os ingredientes necessários para a criação de um solo propício à emergência de fenômenos de massa, cuja eficácia reside na ilusão de que o desamparo e o sentimento de vazio podem ser remediados pela inserção nestes “grupos”.

Fazer parte do *Facebook*, enquanto grupo, parece estar se tornando um verdadeiro ritual, sendo que aqueles que não o fazem sentem-se excluídos, afinal, as mensagens difundidas pela indústria cultural remetem apenas aos benefícios que serão adquiridos em decorrência da inclusão nestas “coletividades”. Contudo tais formações grupais acabam por promover ainda mais um sentimento de exclusão subjetiva, o que pode ser facilmente percebido pelo estado de alienação, no qual se encontram submersos, os adolescentes nessas massas, ou seja, visando obedecer aos padrões impostos pela massa, os adolescentes tornam-se autômatos, isentos de qualquer crítica e capacidade reflexiva.

Na busca por reconhecimento e visibilidade, os jovens passam a dar adesão a modismos e a viver, agir, falar e se vestir como outros membros da massa, perdendo sua singularidade e caindo na tendência à uniformidade. Contudo, essas massas se dissipam rapidamente e dão lugar ao culto de novos valores, sendo que os adolescentes abraçam estes novos valores tentando esquecer o passado ou negá-lo para criar uma nova identidade. Isso pode ser percebido no grande número de redes sociais que surgem e caem em desuso em pouco tempo, como foi o caso do ICQ, Fotolog, MSN, Orkut, entre outros.

Falar em tribos e na enorme adesão que os adolescentes têm dado à internet, ao *Facebook* e aos rolezinhos remete-nos ao texto *Psicologia de massas e análise do eu*, no qual Freud (1921/2010) define a massa como um grupo volátil, no qual algum interesse passageiro aglomerou diversos tipos de indivíduos com um interesse comum num objeto e uma inclinação emocional semelhante. Freud afirma que, na massa, o indivíduo abandona seu *ideal de eu* e o substitui pelo ideal da massa, o qual pode ser ocupado pela figura de um líder, por uma ideia ou projeto que faz com que os membros se identifiquem entre si numa relação libidinal inibida quanto a seus fins.

Nesse sentido, podemos afirmar que é o compartilhamento de um mesmo ideal que leva às identificações horizontais, as quais, por sua vez, garantem a sustentação do laço grupal. Contudo, na ausência de algo em comum a ser partilhado, o grupo fica sob ameaça de dissolução. Assim, pode-se pensar que: “Quando o ideal na qualidade de um terceiro está ausente, como acontece nas tribos, o que prevalece nos grupos são identificações especulares ou narcísicas, que favorecem um estado de coisas propício à dissolução dos grupos” (Garcia e Coutinho, 2004, p.86).

Deste modo percebemos que há nas tribos uma prevalência de identificações entre os membros sem um “terceiro” no lugar do *ideal de eu*, o que leva a um predomínio da angústia traumática, característica das situações de desamparo e que deixam o sujeito numa posição de extrema vulnerabilidade; à mercê da angústia e de impulsos incontroláveis. Parece-nos que isso também ocorre no uso adolescente da internet, do *Facebook* e nos rolezinhos, onde os jovens na ausência de algo que ocupe a “função de ideal” descarregam erráticamente sua tensão pulsional reproduzindo:

No microcosmo em que se refugiam as condições vigentes do macrocosmo do qual pretendem se proteger. As insígnias que portam e tanto valorizam, assim como a maneira como transitam de uma tribo para outra, parecem indicar uma busca constante de inscrição de algo que sempre escapa, nos moldes da repetição de sonho traumáticos a que Freud se referiu em 1920 (Garcia e Coutinho, op.cit, p.87).

Ao serem confrontados com os fenômenos de massa, os adolescentes contemporâneos são sacrificados pela voz imperativa das formações massificantes emergentes e tornam-se entusiastas sem faculdade crítica, obedientes a impulsos imperiosos. Nesse sentido, se encontram num estado de servidão, marcado por uma indistinção ou simbiose. A questão que fica é como os adolescentes podem buscar uma singularidade que os permita escapar dos

efeitos aniquiladores dos movimentos de massa? Como constituir uma singularidade em meio às formações grupais massificantes?

Creio que a possibilidade dessa “revolta” na contemporaneidade está bastante ameaçada pelos ditames da “cultura-divertimento”. Os adolescentes ao abraçarem as formações de massa, tais como os rolês ou usando a internet e o *Facebook* para construir uma identidade, acabam por assumir uma identidade alienada, visto que não se trata exatamente da assunção de uma singularidade, mas sim de investimentos enganosos que acabam por não servir à função de amparo e de construção de laços sociais. As consequências subjetivas deste estado das coisas apontam para a intensificação do desamparo, fragilização dos laços e para a vulnerabilidade ao trauma como tentaremos demonstrar adiante.

4.6 Desdobramentos subjetivos do cenário social contemporâneo: desamparo, laços fragilizados e trauma.

Ao longo de nosso trabalho analisamos a contemporaneidade, cujas mutações políticas e econômicas resultaram numa nova dinâmica social, marcada pelo *individualismo paradoxalmente massificado* (Garcia, 2010). Além disso, assistimos em nossa sociedade do consumo a um processo de desinstitucionalização e desregulamentação da esfera pública, bem como a uma profunda transformação do campo dos saberes e a um desenvolvimento tecnológico avassalador que na presença de uma concepção individualista da existência resultaram numa mudança radical no modo de ser e sentir.

Este contexto foi propício de acordo com Garcia (2012) para a crença equivocada de que o psíquico diz respeito exclusivamente ao campo do privado e que se engendra fora da esfera pública, o que leva, por sua vez, à negação da inter-relação entre estas duas esferas, desconsiderando o caráter sócio-histórico da constituição psíquica. Para a autora esse processo ganhou forma com a emergência do capitalismo industrial que levou ao esvaziamento do domínio público e à inflação da esfera privada, desencadeando o desinteresse pela coisa pública e estimulando o superinvestimento no próprio eu. Outra consequência da negação da gênese sócio-histórica do domínio privado e da constituição psíquica que presenciamos na atualidade é a estimulação da fantasia onipotente de um autoengendramento narcísico que dificulta a relação com a alteridade e o espaço público (Garcia, op.cit).

Soma-se a esse declínio do interesse por questões públicas e ausência de projetos públicos a deterioração dos suportes simbólicos, bem como a exigência desmedida de autonomia e sucesso pessoal e vemos que o processo de constituição subjetiva dos adolescentes contemporâneos tem sido marcado por um excesso de intensidades difíceis de dominar, levando-os a ficar imersos em si mesmos e a terem relações especulares (Garcia, 2012).

A intensificação dos interesses privados e o desinvestimento da esfera pública fora apontada por Lipovetsky (2005) que destaca a tendência crescente à personalização e o declínio dos valores que norteavam outras épocas e que tem como efeito a apatia dos jovens que impera na vida pública contemporânea, tendo como evidências a neutralização de conflitos, a eliminação de opostos e diferenças. Tal situação pode ser vista em especial nos jovens das grandes cidades, os quais têm acesso fácil às últimas inovações tecnológicas, sendo bombardeados por informações cujo acúmulo e a frequente falta de sentido dificultam a possibilidade de elaboração psíquica, tendo como resultado uma *indiferença pelo excesso e pela saturação que domina um espaço social desvitalizado* (Garcia, op.cit, p.67).

Essa indiferença tem seus desdobramentos nas constituições narcísicas que se caracterizam pela vulnerabilidade psíquica. Os adolescentes, obcecados por si mesmos, se veem despreparados para lidar com as exigências com as quais se defrontam, mostrando-se incapazes de tolerar frustrações e dificuldades inerentes à condição humana. Garcia (op.cit) aponta que as ideias de Lipovetsky possuem estreita relação com a obra de Ehrenberg; que ao discutir a constituição do indivíduo contemporâneo, aponta que com a saída da sociedade de classes, o indivíduo emancipado e soberano, emblemático da contemporaneidade, se constitui num contexto de fragilidade da lei moral e da tradição enquanto indicadores de modos de agir tanto na vida privada quanto na vida pública. Ehrenberg (1998) aponta para o deslocamento na sociedade ocidental de uma experiência fundamentada nos parâmetros da disciplina, sacrifício e culpa para uma forma de se relacionar pautada na exigência de autonomia e iniciativa individual; valores que privilegiam o privado, bem como o direito e a responsabilidade de cada um escolher o rumo de sua vida.

Se o mal-estar postulado por Freud em 1930 (período no qual predominavam os antagonismos, a renúncia e o sacrifício) se pautava em categorias conceituais como: culpa, conflito e recalque; tais conceitos não remetem aos territórios frequentados na contemporaneidade. Deste modo, a trajetória de cada um é orientada atualmente pelo “direito de escolha” e pela exigência de “tornar-se si mesmo”. Esse processo de responsabilização do indivíduo se dá para o sociólogo francês em especial a partir dos anos 60, após a Segunda

Guerra Mundial, quando os indivíduos passaram a ser solitariamente responsáveis pela sua trajetória em meio ao vácuo deixado pela fragilização dos suportes que orientavam tradicionalmente a experiência de vida das gerações anteriores. Garcia (2012) aponta que esta mudança normativa:

Representa a emergência de novas condições de subjetivação na sociedade contemporânea pautada já não mais na polaridade proibido/permitido, que remete à esfera pública, mas na referência à dualidade possível/impossível, que aponta para o domínio do privado, individual. Dessa forma passamos do campo da lei simbólica, coletivamente construída, para a esfera das capacidades individuais, regida por limites fluidos e instáveis. O conflito se mantém embora seu desfecho malsucedido não mais se apresente como culpa, mas através do sentimento de insuficiência e de sintomas depressivos dominantes na atualidade.

Vemos na contemporaneidade o esmaecimento da divisão entre permitido e proibido e a preponderância da polaridade possível/impossível, ou seja, nos afastamos do eixo normativo de culpabilidade e disciplina para um eixo no qual predominam a iniciativa e responsabilização como pilares que regem o modo de existir na contemporaneidade (Garcia, op.cit). As consequências desse processo são de acordo com Ehrenberg (1998) a passagem de um paradigma da lei para o paradigma da insuficiência, dito de outra forma, o fracasso na realização de um ideal normativo que antes resultava em culpa e necessidade de ser punido (Freud, 1930/2010), atualmente resulta no sentimento de insuficiência. De acordo com Garcia (op.cit):

Em Ehrenberg também, assim como em Lipovetsky, encontramos a ideia de excesso aqui representada pela exigência de tornar-se a si mesmo e responder às expectativas de autonomia e iniciativa a que devem fazer face os indivíduos na atualidade. Em ambos, o desinvestimento da esfera pública, com a fragilização das instituições, e o declínio de referentes normativos presentes em outras épocas, são elementos indispensáveis à compreensão de seus argumentos, já que, para eles, é a partir do esvaziamento do social que as demandas de elaboração dos estímulos e realização de si mesmo se tornam inexecutáveis, acabando por adoecer o indivíduo (p.68).

As análises de Ehrenberg e Lipovetsky são bastante pertinentes à nossa discussão acerca da constituição dos adolescentes na contemporaneidade, pois apontam para o desinvestimento pulsional e suas consequências psíquicas. As condições de subjetivação na atualidade se apresentam *marcadas por excesso de estimulação e exigências que assolam o sujeito e amortecem sua capacidade de ação e simbolização, enfraquecendo sua possibilidade de investimento criativo* (Garcia, op,cit, p.69). Os desdobramentos deste cenário são: o prejuízo na constituição narcísica do sujeito e a fragilização psíquica. Além disso, na medida em que a economia narcísica é afetada, ocorre o mesmo com as relações objetais, uma das maiores responsáveis pela delimitação dos limites psíquicos (Garcia, op.cit).

Vimos que a contemporaneidade é um período marcado pelo excesso; seja de informações, de consumo ou de exigências de performatividade e em psicanálise o excesso remete ao conceito de pulsão; pois a pulsão é o excesso que requer a presença do objeto para investimento; já o objeto é aquilo que possibilita a contenção da pulsão. É esta relação entre pulsão e objeto que possibilita a emergência dos limites intrapsíquicos que vão permitir a produção de representações. Nesse sentido, a função psíquica é, por excelência, conter o excesso de excitação através da construção de traços mnêmicos, representações e afetos investidos que possibilitem a simbolização de produção de significado. No entanto, quando este processo é impedido, o potencial traumático inerente à situação do excesso pulsional se intensifica, tendo como resultado o prejuízo da capacidade de representação, levando os indivíduos a um funcionamento psíquico pautado na repetição e não na representação.

Para Garcia (2012) o cenário atual é marcado por uma esfera privada desvinculada de suas raízes sociais/históricas que fracassa no seu papel de ambiente estruturante confiável, pois isto requer um entorno público consistente e confiável. Esse fracasso do privado na consecução de suas funções tem como consequência a incapacidade de que ele se apresente como objeto de investimento que contém o excesso pulsional, o que interfere na constituição subjetiva e na construção de limites psíquicos, afetando a diferenciação eu/não-eu e deixando os adolescentes mais vulneráveis à eventos traumáticos. Assim sendo, podemos compreender o porquê dos adolescentes contemporâneos estarem imersos no vazio e na indiferença; dominados pelo sentimento de insuficiência e pela exigência de autonomia (Ehrenberg 1998). Eles se mostram vulneráveis a traumas devido à intensidade dos eventos que experimentam, mas também pelo desinvestimento pulsional que tem como efeito a falta de preparação para enfrentar a angústia.

Diante da dificuldade de simbolizar e de pensar dos adolescentes contemporâneos, bem como da falta de limites entre prazer/realidade e verdadeiro/falso, creio que seja

fundamental para uma compreensão teoricamente mais articulada a contribuição de André Green (1927-2012) sobre o narcisismo positivo e o narcisismo negativo. Para Green (1988) o conceito de narcisismo é um parêntese na obra de Freud entre a sexualidade e a criação da segunda tópica. De acordo com o autor, Freud abandona suas investigações sobre o narcisismo após 1920, incluindo-o como parte das pulsões de vida. Green aponta que Freud falhou em elaborar outras possibilidades para o narcisismo, uma vez que algumas de suas características poderiam ser vistas como parte daquilo que ele conceituou como pulsão de morte.

Green (op.cit) destaca a passagem em *O ego e o id* na qual Freud considera que a transformação da libido de objeto em libido narcísica implica em uma dessexualização, ou seja, no abandono dos objetos sexuais. Para Green esse processo segue a mesma linha da pulsão de morte, sugerindo que alguns aspectos do narcisismo podem seguir a mesma linha do anti-erotismo envolvido na pulsão de destruição. Além disso, Green destaca outro trecho do texto de 1923, no qual Freud explica que a transformação de amor em ódio e vice-versa poderia invalidar as suas hipóteses ao conceber a transformação de uma pulsão em outra, fazendo cair por terra a distinção entre pulsão erótica e destrutiva. Freud postula assim a existência de uma energia deslocável e neutra que poderia ser adicionada tanta a uma pulsão erótica como a uma destrutiva. Freud não especifica se essa energia se localiza no eu ou no id e cria a hipótese de que seria proveniente do estoque narcísico de libido; do Eros dessexualizado. Freud aponta que se essa energia deslocável é libido dessexualizada, é lícito chamá-la de sublimada na medida em que mantém a finalidade de unir e ligar, própria a Eros.

Para Green (op.cit), no entanto, é possível que essa dessexualização citada por Freud na sublimação seja uma mistura das funções de Eros, com seus objetivos de ligação e união, bem como da pulsão de morte com seu objetivo de dessexualização. O autor aponta que para Freud a sublimação ocorre por intermédio do eu, logo se deduz que a dessexualização envolvida na sublimação e o processo de desligamento ocorrem em parte no eu. Nesse sentido, o eu seria para Green o lugar de fusão e des fusão das pulsões. Freud (1920/2010) atribui a *intricação pulsional* a responsabilidade pelo movimento psíquico, no entanto, como destaca Garcia (op.cit) há episódios de *des fusão pulsional* que podem ser vistos nas psicoses, depressões, neuroses graves, estruturas narcísicas e estados limites, nos quais o que se percebe é que a função desobjetalizante domina o psiquismo com afetos e angústias que são típicas da pulsão de morte. Com esse percurso, Green chega à hipótese de um duplo narcisismo; um narcisismo positivo, com o objetivo de atingir a unidade; e um narcisismo negativo em direção à morte psíquica.

Green (1988) considera que enquanto a pulsão de vida tende à atividade de ligação, objetualizante e criativa realizada pela função sexual e que se caracteriza pela criação de vínculos pulsionais e por investimentos significativos, a pulsão de morte atua com uma função desobjetualizante, atacando os vínculos objetivos e a capacidade de investimento, no sentido do desligamento, portanto, se opondo à vida e visando o estado zero de tensão. A maior expressão da função desobjetualizante pode ser vista como o *narcisismo negativo* com sua *busca do nível zero de funcionamento psíquico e manifestação indiscutível da função desobjetualizante como processo de desinvestimento objetal* (Green apud Garcia, op.cit, p.70).

Freud (1920/2010) definiu “trauma” como a ruptura da camada protetora do psiquismo contra estímulos externos que inundam o aparelho psíquico pelo excesso de intensidade que bloqueia o funcionamento do princípio do prazer. Lembrando que é a transformação de energia livre em energia ligada que garante a manutenção do princípio do prazer, assim sendo *quanto mais energia quiescente, maior a possibilidade de vinculação e menor a suscetibilidade ao trauma* (Garcia, op.cit, p.71). Vemos nesse sentido, que a baixa intensidade vinculatória favorece o trauma ao causar falta de preparação para a angústia que se configura como uma defesa do aparelho psíquico ante as intensidades excessivas que levam ao trauma.

Ainda em *Além do princípio do prazer*, Freud (op.cit) considera que a situação traumática pode provocar como resposta um investimento narcísico maciço, o qual não se mostra eficaz em sua ação protetora de vinculação, ou seja, apesar deste desinvestimento no outro representar uma resposta defensiva diante de uma situação traumática, ele se mostra ineficaz na sua “tarefa protetora”, pois torna o sujeito ainda mais vulnerável ao trauma, uma vez que só a atividade de ligação (função objetualizante) garante alguma proteção frente ao trauma.

Em *Inibições, sintomas e angústia*, Freud (1926/1996) explica melhor esse processo ao associar o trauma ao desamparo, sendo que este estaria na origem da angústia, a qual se repetiria ao longo da vida como angústia sinal e angústia automática. A presença de expectativa em situações de desamparo evoca a angústia sinal e prepara o sujeito para a ação ao caracterizar a situação de perigo, exercendo assim uma influência protetora; por outro lado, na situação traumática o sujeito é submetido à angústia automática e não há expectativa, o que nos leva a compreensão de que *sistemas investidos são aqueles em que a possibilidade de expectativa está presente e, portanto, novamente a intensidade traumática é menor* (Garcia, op.cit, p.72). Já os sistemas desinvestidos seriam mais suscetíveis ao trauma, pois o sujeito se vê invadido pela angústia automática e é inundado por intensidade que ultrapassam seus limites.

Garcia (op.cit) considera a *função desobjetalizante* e o *narcisismo negativo* são expressões psíquicas do mal-estar contemporâneo. Deste modo, podemos pensar que os adolescentes contemporâneos são agentes e vítimas da ação de um *desinvestimento avassalador*, que apesar de se configurar como uma tentativa de defesa frente a traumática situação de existência atual, se mostra ineficiente em tal tarefa protetora e deixa os indivíduos mais vulneráveis ao trauma, pois só a atividade de ligação seria capaz de garantir tal proteção. Os desdobramentos psíquicos do cenário atual, marcado pela indiferença e pela insuficiência, podem ser vistos nos estados narcísicos e depressivos, bem como no envolvimento com drogas, na paralisia, na apatia e na ausência de projetos dos jovens (Faveret et.al, 2007).

Diferentemente da meta objetalizante da pulsão de vida, que possibilita a ligação, a simbolização e que é criada a partir dos vínculos; a meta desobjetalizante da pulsão de morte se expressa na dificuldade de representar, de pensar e no desinvestimento. Ao investir nas imagens e nas relações virtuais da internet e do *Facebook*, os adolescentes contemporâneos estão desinvestindo o humano/real. As tribos e formações grupais que poderiam ser um alento para essa construção de laços, também não parecem possibilitar esse investimento, uma vez que a ausência de crítica e de projetos claros levam ao estado de alienação, tornando os adolescentes meros autômatos, isentos de capacidade reflexiva.

Desse modo, vemos que os adolescentes contemporâneos, devido sua capacidade frágil de investimento e construção de vínculos libidinais, apresentam uma enorme vulnerabilidade ao trauma, se caracterizando como: *um sujeito desavisado, pobremente vinculado e, conseqüentemente à mercê das quantidades excessivas de excitação que continuamente o assolam, caracterizando uma situação traumática de desamparo* (Garcia, 2010, p. 73).

Aprendemos com Freud que amar exige investimento pulsional com produção de significado e isso depende da construção de representações carregadas de afeto, ou seja, depende do trabalho psíquico. Como nos mostra Garcia (op.cit), há uma carência desta capacidade nos dias de hoje. Uma das saídas apontadas pela referida autora seria a possibilidade do analista oferecer sua escuta e presença, contribuindo para a *reativação da capacidade de investir e desejar* do sujeito. Nos dizeres da autora:

Cabe ao analista, portanto, sustentado por sua posição de testemunha transferencial possibilitar não apenas o movimento de repetição restauradora, mas também oferecer um espaço ventilado no qual o excesso possa se transformar em ausência enquanto presença em potencial, e o narcisismo negativo possa ser substituído pela função

objetalizante no seu processo contínuo de construção de vínculos significativos (Garcia, op.cit, p.75).

Creio que caiba à psicanálise e ao analista o difícil exercício da escuta das inquietações de cada sujeito que, em sua angústia anônima e solitária, não deixa de se remeter ao outro da cena social. Porém, essa escuta não deve ficar restrita às clínicas psicanalíticas; a sociedade através da cultura também deve oferecer essa escuta e o espaço ventilado tão almejado pelos jovens, entretanto, não da forma corrente na atualidade, na qual diante de um ambiente pouco acolhedor e violento, esse espaço tem sido relegado à virtualidade dos computadores e/ou aos templos de consumo dos shopping-centers. Somente o resgate da capacidade de investimento nos laços com o outro humano pode mudar esse cenário marcado pelo desamparo, pela indiferença e fragilidade dos vínculos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PERSPECTIVAS PARA OS ADOLESCENTES CONTEMPORÂNEOS

Em 1905, Freud já apontava para a importante e dolorosa tarefa dos adolescentes de desligar-se da autoridade dos pais e construir novos laços sociais. Ainda de acordo com Freud (1930/2010), esses laços seriam fundamentais para lidar com o desamparo inerente à condição humana. No entanto, na contemporaneidade, essa construção de laços e as relações humanas estão atravessadas pelas tecnologias de informação e comunicação que, como vimos, repercutem na constituição subjetiva dos adolescentes contemporâneos.

Ao ingressar na adolescência, a sociedade de consumo, a partir de sua porta-voz, a *indústria cultural*, exige dos jovens uma espécie de “passaporte de consumidor”, sem o qual os adolescentes estarão destinados à exclusão e à “não existência”, pois há uma relação entre a situação de exclusão social dos jovens e as exigências impostas pela sociedade de consumo, que não reconhece aquele que não consome (Prioste, 2013). Retratamos isto em nosso trabalho a partir do apego excessivo dos jovens ao consumo, à internet e ao *Facebook*.

Podemos compreender que, em todos estes “lugares”, os adolescentes supostamente se sentem pertencentes e não excluídos da sociedade de consumo. Os shoppings-centers e o mundo virtual se apresentam como locais “seguros” para os adolescentes e podemos pensar que o excessivo apego às gratificações que eles proporcionam leva a um desinvestimento das outras áreas da vida, resultando em um empobrecimento das relações com o(s) outro(s) e dificultando a superação da adolescência e o ingresso à vida adulta.

O fascínio que o *Facebook* exerce sobre os adolescentes é emblemático, uma vez que retrata a necessidade de reconhecimento por parte dos pares; além disso, vimos que a utilização dessa mídia social virtual possibilita o exercício de fantasias por meio de próteses digitais. A *indústria cultural* lança mão de argumentos ideologicamente forjados, tais como: a liberdade, a gratuidade e a ausência de comando na internet para intensificar ainda mais este fascínio. Adorno e Horkheimer (1947/2006) já apontavam algumas formas de manipulação psicológica orquestradas pela *indústria cultural*, as quais culminam no enfraquecimento do *eu* e no conformismo ao *status quo*. O *eu* enfraquecido tem dificuldades em adiar o prazer, ou seja, de funcionar em acordo com o princípio da realidade. Como aponta Matheus (2013):

Cada novidade tecnológica, no momento de seu surgimento (como ocorreu com o carro, o fogão ou tantas outras *maravilhas* do mundo do consumo), tende a produzir este efeito: como facilitadora de processos cotidianos, encurta o tempo usual de

determinada operação usualmente praticada e provoca a fantasia da possibilidade de superação do esforço de postergação que cada processo desejante exige do psiquismo. Com o tempo, a novidade deixa de sê-lo e o exercício de postergação de satisfação volta a se mostrar inevitável a cada sujeito, cada vez mais equipado com os equipamentos que a indústria do consumo que oferece.

Já o *supereu* identificado aos ideais do mercado impõe modelos guiados pelo consumismo e não pela moral, ameaçando o sujeito de exclusão e abandono. Os adolescentes são assim convocados a conquistar a realização plena e imediata e tornam-se prisioneiros de um mandato superegoico tirânico, que restringe a possibilidade de se confrontar com suas insuficiências e de dar sentido a sua incompletude. Assim, a arbitrariedade do mandato ao qual está submetido o coloca numa condição de alienação frente a suas próprias paixões e às demandas a que responde na rede de laços a que se vê atado (Matheus, 2010b).

Diante de um cenário no qual a felicidade, o entretenimento e a posse de objetos de consumo tornaram-se obrigações aos adolescentes, a internet e o *Facebook* ganharam um papel de destaque, tendo em vista que fornecem a possibilidade de exibir seus feitos. Assim sendo, o uso destas ferramentas por parte dos adolescentes revela a tentativa de preencher um vazio e de lidar com o desamparo diante do engodo produzido pelo mercado de que para existir deve-se consumir.

A partir das nossas discussões, pudemos notar que os adolescentes contemporâneos tendem mais ao investimento em imagens do que em pessoas “reais” e em ideais coletivos. Entretanto tais imagens fabricadas e veiculadas pela indústria cultural não devolvem nada em termos de libido ao indivíduo, distanciando-o daquilo que poderia fortalecê-lo e conduzi-lo à felicidade por meio de relações gratificantes com seus pares. Nesse sentido, ao retirar a libido de seus pares e dos ideais culturais, os adolescentes contemporâneos tornam-se mais vulneráveis e menos capazes de enfrentar as condições que perpetuam sua subjugação e impotência diante do sistema (Nascimento, 2011).

Fuks (2010) compara os vínculos da modernidade aos da contemporaneidade, considerando que enquanto aqueles eram dotados de consistência e sentido, tendo os sentimentos como fundamento e suporte; estes são mais indiferentes em matéria de afetos, sendo que: *nas relações interpessoais, a possibilidade de dialogar cede espaço à imagem e a palavra perde relevância como suporte do pensamento e da subjetividade, e também como suporte da intersubjetividade e do vínculo* (p.38). De acordo com Fuks (op.cit) a prevalência da aparência em detrimento da profundidade, bem como das imagens em detrimento dos

pensamentos, palavras e emoções trazem como risco a convergência do narcisismo com a pulsão de morte, afinal ao entregar-se fascinado ao seu próprio reflexo com sua pretensão de coincidência absoluta com o ideal, Narciso morre enquanto sujeito desejante.

O sentimento de vazio recorrente na atualidade é uma manifestação da retração narcísica que ocorre simultaneamente ao desinvestimento da realidade, ou seja, ao desligamento da relação com o outro. Essa fragilização dos laços sociais libera a pulsão de morte e isso pode ser visto na agressividade entre as crianças e adolescentes e no entorno autoexigente e punitivo que rodeia os indivíduos na atualidade.

Visando escapar do tédio e se divertir, os jovens evitam o contato com a angústia de castração e com o sentimento de impotência diante da vida. Além disso, ao deixarem-se conduzir por fantasias virtuais onipotentes, os adolescentes perdem a capacidade de perceber a sua própria realidade e de imaginar o projeto de vida desejado. Com isso, eles têm dificuldade de vincular-se aos outros para obter satisfação, realizando um desinvestimento nos vínculos afetivos que desemboca na intensificação do desamparo. As fantasias virtuais na adolescência contribuem para a exacerbação do investimento libidinal no próprio eu.

A consequência disso é que o acesso a uma expressão amorosa do narcisismo é impedido, assim sendo, o narcisismo suscitado pela forma de organização social contemporânea tem como tendência a aliança da defesa narcísica à pulsão de morte. Deste modo, a defesa psíquica que seria uma forma de enfrentar o sofrimento e o medo da morte, acaba levando na contemporaneidade a uma maior fragilização dos adolescentes, incentivando seu isolamento e submetendo-o ainda mais ao sistema vigente (Nascimento, op.cit).

Isso pode ser observado na relação dos adolescentes com a internet e o *Facebook*, nos quais observamos uma preponderância da pulsão sádica e de morte, desconectada da pulsão de vida e do desejo de ligação com o objeto. A internet, assim como os produtos recentes da *indústria cultural*, reforça o argumento freudiano de que o princípio do prazer presta um enorme serviço à pulsão de morte, pois a necessidade de sentir a excitação prometida a cada “novo” produto encontra correspondência na descarga de energia psíquica que reduz a praticamente zero o estado anterior de tensão. De acordo com Turcke (2010) o mercado de fantasias que os adolescentes encontra na internet atua de *maneira vampiresca* ao consumir a energia psíquica e gerar constantes insatisfações.

Não podemos deixar de considerar o papel decisivo da cultura e do modo de funcionamento social na gênese do narcisismo de caráter defensivo e destrutivo da contemporaneidade. Desta forma, podemos compreender que a sociedade contemporânea, neoliberal e capitalista, precisa de indivíduos regredidos e desamparados e para isso suscita

aspectos destrutivos do narcisismo e obstrui sua dimensão amorosa, como forma de perpetuar-se e manter o *status quo*. Sabemos que o processo adolescente é potencialmente criativo, porém permeado de forte poder destrutivo, pois contempla um excesso pulsional que pode ser obstáculo para a simbolização psíquica. O cenário atual tem tido como consequências subjetivas a crueldade e a indiferença, uma vez que destituído daquilo que constitui e fortalece seu *eu*, resta aos adolescentes reproduzir tal esvaziamento em suas relações (Nascimento, 2011).

Soma-se a isso a imersão dos adolescentes nas fantasias virtuais promovidas pela *indústria cultural* e vemos consequências preocupantes, tais como: atrofia da capacidade de imaginação (Adorno e Horkheimer, 1947/2006) e simbolização, desinvestimento objetal, fixação narcísica, dificuldade de contato com a realidade, repressão do amor e, por fim, tudo isso culminando numa dificuldade de transição para a vida adulta.

Vimos em nosso trabalho que, em *O mal-estar na civilização*, Freud (1930/2010) aponta que os ideais em sua face cultural exerceriam duas funções: a função protetora contra o desamparo e a função de auxílio na constituição de laços sociais. Ou seja, os ideais ofereceriam consolo para o conflito entre sujeito e civilização, bem como recursos para o sujeito lidar com a castração e os destinos pulsionais, se constituindo como elementos norteadores da cultura que oferecem referências para seus membros sobre aquilo que deve ser almejado. Nesse sentido, os ideais seriam um contraponto ao desamparo e a dissolução dos laços sociais. No entanto, levantamos a questão sobre a eficácia dos ideais da sociedade de consumo na sua função protetora contra o desamparo e como promotora dos laços sociais na contemporaneidade. E acredito que após o percurso deste trabalho temos elementos para responder tal indagação.

No que diz respeito àquela primeira função, observamos que a idealização da juventude e os demais ideais de performatividade, marca da contemporaneidade, fizeram com que a alteridade perdesse seu lugar de troca e vire fonte de exaltação constante do próprio *eu* (Birman, 2009), num funcionamento psíquico pautado no *eu ideal* que leva os adolescentes a se verem desamparados diante da insuficiência de dispositivos sociais que lhe indiquem qual lugar ocupar. O “ideal jovem” como ideal da sociedade de consumo tem, portanto, agido na contramão daquilo que fora postulado por Freud, ao intensificar o sentimento de desamparo, deixando os jovens *sem bússola e com mapas queimados* (Silva, 2005)

Já no tocante à função de promoção de laços sociais, podemos considerar que o “ideal jovem” e os ideais contemporâneos têm contribuído para o esfacelamento do laço social, pois o indivíduo não busca por amparo no outro humano, mas sim nas mercadorias, imagens e

insígnias adolescentes cultuadas pela *indústria cultural*. Esse processo é altamente violento, levando ao engano com falsas promessas de felicidade (Caniato, 2009). Nossa cultura e sociedade não têm oferecido mecanismos de amparo e fixam “ideais” violentadores do indivíduo como o “padrão de normalidade”. Assim sendo, podemos afirmar que os ideais culturais da contemporaneidade tem dificultado a travessia adolescente e exercem violência sobre eles. Exercem ainda uma “pressão culpabilizante” que acusa o indivíduo como único responsável por seu próprio sofrimento (Freire Costa, 1986).

Diante de toda idealização da juventude e da falta de referências alternativas aos valores do consumo, tidos como o bem maior da atualidade, quais são as perspectivas para os jovens? Costa (2004) aponta que o caminho se passa por uma atitude responsável e ética, compromissada com o bem comum e com algo que transcenda nossas vidas passageiras e nossos prazeres fugazes. Para que isso ocorra faz-se necessário ir à contramão da atitude consumista e da cultura marcada pelo imediatismo, bem como pelo descompromisso consigo e com o outro. Ainda de acordo com Costa (op.cit) ou continuamos a perpetuar um modo de vida em direção ao sucesso econômico, ao prazer pessoal sendo indiferente em relação ao mundo; ou nos voltamos para o outro a fim de construir uma sociedade na qual todos tenham direito ao mínimo necessário para satisfação de suas necessidades elementares.

A sociedade de consumo vem minando nossa confiança na História e em nosso valor como agentes de transformação social, nesse sentido, o grande desafio que temos é o de continuar acreditando em um mundo melhor para nós e para as futuras gerações. Para isto, precisamos recuar da posição de indivíduos exclusivamente voltados para o próprio umbigo. O futuro dos adolescentes não pode ser entregue a eles próprios, pois depositar nas mãos deles o fardo de decidir quais rumos morais e sociais devem tomar é um sintoma da imobilidade dos adultos de hoje. Experimentar algo “novo” só é possível mediante um remanejamento da tradição, mas só sabemos se estamos repetindo ou inovando a tradição se a conhecermos bem, portanto, se quisermos apostar no advento do novo é necessário que as novas gerações conheçam a história da cultura na qual nasceram e vivem. O cenário atual aponta para uma ignorância dos adolescentes com relação a seu passado. Nesse sentido, Costa (op.cit) sugere um resgate do gosto e interesse dos jovens pelas origens de suas crenças e aspirações morais.

Prioste (2013) vai ao encontro dessa proposta ao falar da importância de intervenções educativas nas famílias, que muitas vezes estão capturadas pelo fascínio exercido pelos ideais da *indústria cultural*. Para a referida autora, é fundamental que a escola e as famílias levem em conta a dimensão da fantasia, oferecendo instrumentos para que possam refletir sobre ela, numa espécie de reatualização da “talking cure” proposta por Freud, na qual se valoriza as

narrativas em torno dos mitos, tanto as disponíveis nas tradições orais e escritas, como aquelas disponíveis em próteses televisuais, a fim de promover um vínculo entre texto e imagem e entre passado, presente e futuro. Isso só é possível se os adultos/educadores não se omitirem do seu papel de transmissão da cultura.

Caniato (2009), por sua vez, aponta que apenas uma educação que permita desenvolver o pensamento reflexivo e que leve em consideração o princípio de realidade, poderá fazer com que os indivíduos se libertem das ideias e dos ideais impostos *pela indústria cultural*. Saboia (2009) considera que essa educação formativa é um verdadeiro *antídoto para a indústria cultural* e aponta que esse trabalho deve ultrapassar uma abordagem instrumental e focar no fortalecimento do eu a partir de atividades que proporcionem a autoconsciência e a transformação intra e intersubjetiva.

Por fim, diante dessas reflexões, creio que cabe a nós, enquanto profissionais da Psicologia, a denúncia dessas formas veladas de violência na sociedade, que têm em suas justificativas ideológicas o seu principal aliado. O único modo de não nos tornarmos cúmplices desse processo é resgatar a capacidade de pensar criticamente. Não podemos ignorar a vulnerabilidade dos adolescentes diante da indústria cultural, tampouco ignorar o que ocorre no seu entorno. Assim sendo:

A cultura da crítica e do amparo, tratadas por Adorno (1986) e Freud (1930/2010), respectivamente, precisam ser construídas por sujeitos capazes de julgar, discriminar, amar e se relacionar com o outro, e desse modo, produzir sua existência de forma humanizada e humanizante. Só assim afastarão ou reduzirão a violência que sofrem passivamente (Caniato, 2009).

Creio que o filme *Medianeras* (Argentina, 2010, Direção de Gustavo Taretto) retrate bem o cenário no qual estão imersos os adolescentes contemporâneos. No filme em questão, a arquitetura da cidade representa aspectos subjetivos dos indivíduos que nela vivem; *Medianeras* é o nome dado àquelas paredes sem janelas dos edifícios, também chamadas de paredes cegas; geralmente essas paredes, por sua proximidade com o edifício vizinho, não permitem a abertura de janelas. Aqui podemos entender a não abertura de janelas como metáfora de uma não abertura para o mundo externo e, em última instância, à vida. O filme apresenta dois jovens, Martin e Mariana, que vivem em Buenos Aires e que apesar de morarem muito próximos um do outro, nunca se conheceram. Buenos Aires é a cidade que os une e também os separa. O filme retrata o tempo no qual vivemos; o tempo dos condomínios

fechados, das cercas elétricas e da segurança, do esvaziamento das praças e espaços públicos, do isolamento que faz com que não conheçamos nem mesmo nossos vizinhos. Além disso, suscita questões intrigantes, afinal, se nos construímos na e pela relação com os(s) outro(s) como nos ensinou Freud em sua obra, como fica a constituição psíquica dos adolescentes que estão imersos num cenário de relações virtuais e impessoais?

Certamente essa indagação mereceria uma maior atenção num estudo posterior, mas levanto a hipótese de que os adolescentes ocupam na atualidade aquilo que Marc Augé (1994) denomina “não-lugar”; espaço que ao contrário dos lugares investidos de sentido, tais como as noções de pátria, cidade ou casa, são lugares de trânsito, de passagem, de pouco investimento afetivo; lugares onde a vida transcorre sem que haja um sentimento de pertinência, com rapidez e transitoriedade. Soma-se à isso a intensificação do desamparo e a fragilização dos laços que destacamos em nosso estudo e vemos um cenário que proporciona o *desenraizamento e a errância simbólica* (Garcia, 2010).

Para encerrar, gostaria de compartilhar um trecho do texto “Eu sei, mas não devia” de Marina Colasanti que retrata bem o impasse dos adolescentes atualmente:

“A gente se acostuma a morar em apartamentos de fundos e a não ter outra vista que não as janelas ao redor. E, porque não tem vista, logo se acostuma a não olhar para fora. E, porque não olha para fora, logo se acostuma a não abrir de todo as cortinas. E, porque não abre as cortinas, logo se acostuma a acender mais cedo a luz. E, à medida que se acostuma, esquece o sol, esquece o ar, esquece a amplidão.”

Dizer que nada pode substituir o amparo e os laços humanos, pode parecer um clichê, mas é um emblemático sinal dos nossos tempos, que sejam necessários filmes, textos e dissertações para nos lembrar disso.

REFERÊNCIAS

- Abeche, R. P. C. (2003). *Por trás das câmeras ocultas a subjetividade desvanece*. (Tese doutorado). Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião, Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo.
- Aberastury, A. e Knobel, M. (2008). *Adolescência Normal: um enfoque psicanalítico*. Porto Alegre: Artes Médicas.
- Abramo, H. W. (1994). *Cenas Juvenis: Punks e Darks no Espetáculo Urbano*. São Paulo: Ed. Página Aberta.
- Adorno, T. W.; Horkheimer, M. (1947/2006). *Dialética do Esclarecimento: Fragmentos filosóficos*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Adorno, T. W. (2002). *Indústria Cultural e Sociedade*. São Paulo: Paz e Terra.
- Almeida, M. (2006). *Culturas Jovens: novos mapas do afeto*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Ariés, P. (1986). *História social da família e da criança*. Rio de Janeiro: Guanabara.
- Augé, M. (1994). *Não-lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade*. Campinas: Papirus.
- Barbosa, L. (2010). *Sociedade de Consumo*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Baudrillard, J. (1999). *Teta total: mito-ironias da era do virtual e da imagem*. Porto Alegre: Sulina.
- Bauman, Z. (1999). *Globalização: as conseqüências humanas*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2001). *Modernidade líquida*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Bauman, Z. (2008). *Vida para consumo: a transformação das pessoas em mercadoria*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Bauman, Z. (2013). *Sobre educação e juventude*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Beguoci, L. (2014). *Os debates extremados à direita e à esquerda estão ignorando as pessoas que participam do rolezinho. É hora de entender a periferia*. Disponível em <http://www.oene.com.br/rolezinho-e-desumanizacao-dos-pobres/>
- Bertol, C. E.; Souza, M. (2010). Transgressões e Adolescência: Individualismo, Autonomia e Representações Identitárias. *Psicologia: Ciência e Profissão*, 30(4), 824-839.
- Birman, J. (2006). Tatuando o desamparo: a juventude na atualidade. In: Cardoso, M. R. *Adolescentes*. São Paulo: Editora Escuta.
- Birman, J. (2009). *Mal-estar na atualidade: a psicanálise e as novas formas de subjetivação*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

- Booth, W. C. (2005). *A arte da pesquisa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Calligaris, C. (2000). *A adolescência*. São Paulo: Publifolha.
- Caniato, A. M. P. (2009). Os (Des)Caminhos na Psicanálise: A busca de compreensão da subjetividade e de seu sofrimento na contemporaneidade. In Tomanik, E.A; Caniato, A.M.P; Facci, M. G. D. (Orgs). *A constituição do sujeito e a historicidade*. Campinas, SP: Editora Alínea.
- Cardoso, M. R. (2001). *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ.
- Cardoso, M. R. (2006). *Adolescentes*. São Paulo: Editora Escuta.
- Castro, L. R (Org.). (1999). *Infância e adolescência na cultura de consumo*. Rio de Janeiro: NAU.
- Castro, M. (2009). *Crianças e adolescentes em psicoterapia*. Porto Alegre: Artmed.
- Chaves, J. C. (2001) “*Ficar com*”: *um novo código entre jovens*. Rio de Janeiro: Revan.
- Cloninger, S. (2006). *Teorias da Personalidade*. São Paulo: Martins Fontes.
- Coimbra, C. C., Bocco, F., & Nascimento, M. L. (2005). Subvertendo o conceito de adolescência. *Arquivos Brasileiros de Psicologia*, 57(1), 2-11.
- Coutinho, L. G. (2005). A adolescência na contemporaneidade: ideal cultural ou sintoma social. *Pulsional Revista de Psicanálise*, 17(181), 13-19.
- Debord, G. (1997). *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto.
- Dufour, D. R. (2005). *O Divino Mercado*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Ehrenberg, A. (1998). *La Fatigue d'être soi*. Paris: Odile Jacob.
- Ehrenberg, A. (2010). *O culto da performance: da aventura empreendedora à depressão nervosa*. São Paulo: Ideias e Letras.
- Eizirik, L. C. (2009). *O Ciclo da Vida Humana*. Artmed: Porto Alegre.
- Erikson, E. (1976). *Identidade, juventude e crise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Endo, P. C. (2007, março). Criação e destruição. *Mente e Cérebro*. O olhar adolescente: Espelhos da Sociedade, (4), 62-69.
- Faveret, B. M. S.; Faustino, R.; Coelho, E.; Mendonça, A. L. S. (2007) Eros no século XXI: Edipo ou Narciso?. *Tempo Psicanalítico*, v. 39, p. 35-50.

- Ferraris, A. O. (2005). À procura de um eu. *Mente e Cérebro*. A travessia do adolescente, 50–55.
- Ferreira, D. (2007). *Manual de sociologia: dos clássicos à sociedade de informação*. São Paulo: Atlas.
- Freire Costa, J. (1986). *Violência e Psicanálise*. Rio de Janeiro: Graal.
- Freire Costa, J. (2004). Perspectivas da juventude na sociedade de mercado. In: Novaes, R. e Vannuchi, P. (orgs). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Freire Costa, J. (2004b). *O vestígio e a aura: corpo e consumismo na moral do espetáculo*. Rio de Janeiro: Garamond.
- Freud, S. (1905/1996). *Três ensaios sobre a teoria da sexualidade*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1913/2012). *Totem e tabu e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1914/2010). *Introdução ao narcisismo: ensaios de metapsicologia e outros textos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1921/2010). *Psicologia de massas e análise do eu*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1923/2011). *O eu e o id*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1926/1996). *Inibição, sintomas e angústia*. Rio de Janeiro: Imago.
- Freud, S. (1930/2010). *O mal-estar na civilização*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Freud, S. (1937/1996). *Análise terminável e interminável*. Rio de Janeiro: Imago.
- Fuks, L. B. (2010). *Narcisismo e vínculos: ensaios reunidos*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Garcia, C. A; Coutinho, L.G. (1999). *Tribos, consumo e desamparo: uma trilogia contemporânea*. Pulsional. Ed.127.
- Garcia, C. A; Coutinho, L.G. (2004). *Os novos rumos do individualismo e o desamparo do sujeito contemporâneo*. Psychê, Revista de Psicanálise.
- Garcia, C. A.; Rocha, A. P. R. (2008). A adolescência como ideal cultural contemporâneo. *Psicol. cienc. prof.* [online]. vol.28, n.3, pp. 622-631. ISSN 1414-9893.
- Garcia, C. A. (2010). Trauma e narcisismo negativo: questões para a clínica contemporânea. In Cardoso, M. R. *Entre o eu e o outro: espaços fronteiriços*. Curitiba: Juruá.
- Garcia, C. A. (2012). A inflação do privado e suas repercussões no processo de constituição psíquica. In Souza e Winograd. *Processo de subjetivação, clínica ampliada e sofrimento psíquico*. Cia de Freud.

- Gatti, L. F. (s/d). Theodor W. Adorno e a indústria cultural. In *Revista Mente, Cérebro e Filosofia* n°7.
- Giddens, A. (2009). *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora UNESP.
- Giddens, A. (2002). *Modernidade e identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Grabski, S. (2009). *Conhecimento e Identidade na sociedade contemporânea*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Green, A. (1988). *Narcisismo de vida, narcisismo de morte*. São Paulo: Escuta.
- Gurski, R. (2012). *Três ensaios sobre juventude e violência*. São Paulo: Escuta.
- Hall, S. (2005). *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hobsbawn, E. (1995). *A Era dos extremos*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Hobsbawn, E. (2002). *Tempos interessantes: uma vida no século XX*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Jeammet, P. (2005). *Novas problemáticas da adolescência: evolução e manejo da dependência*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.
- Kehl, M. R. (2002). *Sobre Ética e Psicanálise*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Kehl, M. R. (2001). Lugares do feminino e do masculino na família. In *A criança na contemporaneidade e a Psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Kehl, M. R. (2004). *A frátria órfã: conversas sobre a juventude*. São Paulo: Olho d'Água.
- Kehl, M. R. (2004). A juventude como sintoma da cultura. In: Novaes, R. e Vannuchi, P. (orgs). *Juventude e Sociedade: trabalho, educação, cultura e participação*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo.
- Laplanche, J. (2001). *Vocabulário de Psicanálise*. São Paulo: Martins Fontes.
- Le Bretton, D. (2005). *Sinais de identidade: tatuagens, piercings e outras marcas corporais*. Lisboa, Portugal: Miosótis.
- Levisky, D. L. (1998) *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Lévy, P. (2000). *Cibercultura*. São Paulo: Editora 34.
- Lipovetsky, G. (2005). *A era do vazio: ensaios sobre o individualismo contemporâneo*. Barueri, SP: Manole.
- Mafesoli, M. (2006). *O tempo das tribos. O declínio do individualismo nas sociedades de massa*. Rio de Janeiro: Forense.

- Matheus, T. C. (2002). *Ideais na adolescência: falta (d)e perspectivas na virada do século*. Annablume: Fapesp.
- Matheus, T. C. (2010). *Adolescência: história e política do conceito na psicanálise*. São Paulo: Casa do Psicólogo.
- Matheus, T. C. (2010b). *Entre o excesso e a insuficiência: sobre o lugar do adolescente na contemporaneidade*. *Percurso* (São Paulo), v 44, p. 105-116.
- Matheus, T. C. (2013). *Adolesencia y nuevas tecnologías digitales: desafíos entre generaciones*. *Actualidad Psicológica*, v. XXXVIII, p, 6-8.
- Marcelli, D. (2009). *Adolescência e Psicopatologia*. Porto Alegre: Artmed.
- Martins, R. (2009). *Desamparo e subjetividade: a figura do pai na contemporaneidade*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Melman, C. (2003). *O homem sem gravidade: gozar a qualquer preço*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Mezan, R. (2001). *Freud: a trama dos conceitos*. São Paulo: Perspectiva.
- Menezes, L. S. de. (2012). *Desamparo*. São Paulo: Casa do Psicólogo
- Minerbo, M. (2009). Depleção simbólica e sofrimento narcísico contemporâneo. *Revista Contemporânea - Psicanálise e Transdisciplinaridade*, Porto Alegre, n.07, Jan/Fev/Mar 2009. Disponível em: www.contemporaneo.org.br/contemporanea.php
- Monzani, L. R. (1989). *Freud, o movimento de um pensamento*. Campinas: Unicamp.
- Nascimento, M. L. V. do. (2011). *O narcisismo contemporâneo: da barbárie social à tirania íntima*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Passerini, L. A (1996). A juventude, metáfora da mudança social. Dois debates jovens: a Itália fascista e os Estados Unidos da década de 1950. In Levi, G.; Schimitt, J-C. Org. *História dos jovens*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Pinheiro, M de A. (2008). Subjetivação e consumo em sites de relacionamento. *Comunicação, Mídia e Consumo*. São Paulo. v.5. n14. p 103-121.
- Pinheiro, T. (2001). Narcisismo, sexualidade e morte. In Cardoso, M. R. *Adolescência: reflexões psicanalíticas*. Rio de Janeiro: NAU Editora: FAPERJ.
- Prioste, C. D. (2013). *O adolescente e a internet: laços e embaraços no mundo virtual*. Tese de Doutorado, Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo. 361f
- Puertas, K. C. P. (2010). *Emergência e constituição do ideal do eu em Freud*. Dissertação de Mestrado, Universidade Estadual de Maringá, Maringá.
- Quinodoz, J. M. (2007). *Ler Freud: guia de leitura da obra de S.Freud*. Porto Alegre: Artmed.

- Rannã, W. (2005). Os desafios do adolescente. *Mente e Cérebro*. A travessia do adolescente, 42–49.
- Rolnik, S. (1997). *Toxicômanos de identidade: subjetividade em tempo de globalização*. Reelaboração de artigo publicado no caderno “Mais!” da Folha de São Paulo. São Paulo, 19/05/96. Disponível em: <http://www.pucsp.br/nucleodesubjetividade/Textos/SUELY/Toxicoidentid.pdf>
- Rosa, A. M.; Santos, B. R. dos. (2013). *Facebook e as nossas identidades virtuais*. Brasília: Thesaurus.
- Roudinesco, E. (2010). *Dicionário de Psicanálise*. Rio de Janeiro: Zahar.
- Saboia, P. T. (2009). *Dilemas da desconstrução – a educação crítica diante dos apelos de consumo da indústria cultural: entre questionar a lógica e subtrair o que se gosta sob o capitalismo tardio*. Dissertação de mestrado – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.
- Santos, Wanderley Guilherme dos. (2014). *O rolé do espaço público: soberanias contestadas*. In *Carta Maior*.
- Savietto, B. B. (2010). *Adolescência: ato e atualidade*. Curitiba: Juruá.
- Severiano, M. de F. V. (2001). *Narcisismo e publicidade: uma análise psicossocial dos ideais de consumo na contemporaneidade*. São Paulo: Annablume.
- Silva, V. (2005). *Juventude em desamparo: efeitos subjetivos da cultura contemporânea*. Maringá. Acesso em 20 de março de 2011: Disponível em: <http://www.letra-psicanalise.com>
- Szapiro A. M. & Resende, C. M. A. (2010). Juventude: etapa da vida ou estilo de vida? *Psicologia & Sociedade*, 22(1), 43-49.
- Taretto, Gustavo. (2010). *Medianeras*. Argentina, 95 min.
- Tubert, S. (1999). *A morte e o imaginário na adolescência*. Rio de Janeiro: Companhia de Freud.
- Turcke, C. (2010). *Sociedade excitada: Filosofia da sensação*. Campina, SP: Editora Unicamp.
- Zimerman, D. (1999). *Fundamentos Psicanalíticos: teoria, técnica e clínica*. Porto Alegre: Artmed.